

SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-MS

Edital 1/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
1/2026	170106-SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-MS	JORGE YABUSAME	28/04/2026 17:30 (v 0.9)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		11597.000350/2025-96

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO 90011/2025

CONTRATANTE/GERENCIADOR UAG 170106

OBJETO

Contratação, por meio do Sistema de Registro de Preços, de empresa especializada na gestão de frota de veículos para atendimento às demandas dos seguintes órgãos: Superintendência Regional de Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos no Estado do Mato Grosso do Sul (SRA/MS), Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Mato Grosso do Sul (SRTE /MS), Superintendência do Patrimônio da União no Mato Grosso do Sul (SPU/MS), Controladoria-Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul (CGU/MS) e Procuradoria da Fazenda Nacional no Mato Grosso do Sul (PFN/MS).

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R\$ 970.749,34 (novecentos e setenta mil, setecentos e quarenta e nove reais e trinta e quatro centavos);

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 21/05/2026 às 10h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: menor preço

MODO DE DISPUTA: aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM: NÃO

MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

Superintendência Regional de Administração no Estado do Mato Grosso do Sul

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2025.

(Processo Administrativo nº11597.000350/2025-96)

Torna-se público que a Superintendência Regional de Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos no Estado do Mato Grosso do Sul - MGI-SRA/MS - UASG 170106, por meio do setor de Planejamento e Licitação, sediado à Rua Pimenta Bueno, nº139, Bairro Amambaí, Campo Grande/MS, CEP: 79.005-020, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a Contratação, por meio do Sistema de Registro de Preços, de empresa especializada na gestão de frota de veículos para atendimento às demandas dos seguintes órgãos: Superintendência Regional de Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos no Estado do Mato Grosso do Sul (SRA/MS), Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Mato Grosso do Sul (SRTE/MS), Superintendência do Patrimônio da União no Mato Grosso do Sul (SPU/MS), Controladoria-Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul (CGU/MS) e Procuradoria da Fazenda Nacional no Mato Grosso do Sul (PFN/MS), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em um único grupo composto por 5 itens:

GRUPO 1						
Item	Descrição/Especificação	Catser	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Serviço de Gestão de Frotas - SRA/MS	25518	Serviço	1	R\$ 54.394,00	R\$ 54.394,00
2	Serviço de Gestão de Frotas - SRTE/MS	25518	Serviço	1	R\$ 565.331,67	R\$ 565.331,67
3	Serviço de Gestão de Frotas - SPU/MS	25518	Serviço	1	R\$ 153.316,67	R\$ 153.316,67
4	Serviço de Gestão de Frotas - CGU/MS	25518	Serviço	1	R\$ 131.205,33	R\$ 131.205,33
5	Serviço de Gestão de Frotas - PFN/MS	25518	Serviço	1	R\$ 66.501,67	R\$ 66.501,67
Valor total estimado					R\$ 970.749,34	R\$ 970.749,34

R\$ 970.749,34 (novecentos e setenta mil, setecentos e quarenta e nove reais e trinta e quatro centavos)

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

3.6.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.7. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.8. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.9. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.10. A vedação de que trata o item 3.7 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade

de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.6 No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.6.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade, quando aplicável à natureza do objeto.

5.9. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021 .

5.10. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3, 5.7 ou 5.9 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.11. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.12. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.13. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.14. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.14.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.14.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.15.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.15.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.14 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.17. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.18. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário do item;

6.1.2. marca; (Não se aplica)

6.1.3. fabricante; (Não se aplica)

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo de 100% da quantidade prevista no Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item .

7.5.1. Embora os lances sejam ofertados por item, a classificação das propostas e o julgamento da licitação ocorrerão com base no VALOR GLOBAL DO GRUPO, entendido como a soma dos valores ofertados para todos os itens que o compõem.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,1% (um décimo por cento).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.18.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015[A6]).

7.18.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.18.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.18.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.18.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.18.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.18.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.20. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.20.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.20.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.20.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.20.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025 .

7.21. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.1. empresas brasileiras;

7.21.2. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.3. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade e serão observados como critério de aceitabilidade os preços unitários máximos definidos no Termo de Referência.

7.23.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.5. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.6. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. O licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, devidamente preenchidos e assinados, quando cabível, os seguintes documentos, no prazo e forma estabelecidos pelo Pregoeiro:

- a) Anexo 2 EL – Modelo de proposta ajustada;
- b) Anexo 4 EL – Modelo de atestado de capacidade técnica;
- c) Anexo 5 EL – Modelo de declaração de elaboração independente;
- d) Anexo 6 EL – Modelo de declaração de não vínculo familiar;
- e) Anexo 7 EL – Modelo de declaração de microempresa, quando for o caso;
- f) Anexo 8 EL – Modelo de declaração de ciência das condições.

8.6.1 Os documentos referidos neste item destinam-se à confirmação das condições declaradas pelo licitante durante a fase de apresentação da proposta e de habilitação, não constituindo, por si, critério autônomo de julgamento.

8.7. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.7.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.8. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.9 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 8.9.1. conter vícios insanáveis;
- 8.9.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 8.9.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 8.9.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.9.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;
- 8.9.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.10. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.11. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

- 8.11.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 8.11.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro

lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.14.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.14.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.18. O pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

8.19. O pregoeiro concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia simples ou por autenticada, bem como por meio eletrônico, quando emitidos ou disponibilizados em ambiente digital, desde que permitida a verificação de sua autenticidade.

9.5 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.11.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.12.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.13 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.13.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **5 (cinco)** dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **5 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de **5 (cinco)** dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **epcon.sra.ms@gestao.gov.br**

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de **10 (dez)** dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte e-mail: **epcon.sra.ms@gestao.gov.br**

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico **compras.gov.br** .

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- Anexo 1 EL - TR - Termo de Referência;
- Anexo 1 TR – ETP - Estudo Técnico Preliminar;
- Anexo 2 TR – CE - Caderno de Especificações;
- Anexo 1 CE - Planilha de composição do preço estimado
- Anexo 2 EL – Modelo de proposta de preços ajustado;
- Anexo 3 EL – Modelo de IMR - Instrumento de Medição de Resultados;
- Anexo 4 EL – Modelo de Atestado de capacidade técnica;
- Anexo 5 EL – Modelo de Declaração de elaboração independente;
- Anexo 6 EL – Modelo de Declaração de não vínculo familiar;
- Anexo 7 EL - Modelo de Declaração de microempresa;
- Anexo 8 EL - Declaração de Ciência das condições;
- Anexo 9 EL - Minuta do Termo de Contrato;
- Anexo 10 EL - Minuta da Ata de Registro de preços.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MAURICIO BENICIO DOS SANTOS

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 28/04/2026 às 17:30:36.

SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-MS

Termo de Referência 33/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
33/2025	170106-SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-MS	JORGE YABUSAME	20/03/2026 15:16 (v 0.10)
Status			
DISPONIBILIZADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	49/2025	11597.000350/2025-96

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº11597.000350/2025-96)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços contínuos, por meio de Registro de Preços, de empresa especializada na gestão de frotas, com a finalidade de atendimento de demandas logísticas e operacionais dos órgãos: Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado do Mato Grosso do Sul (SRA/MS), Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Mato Grosso do Sul (SRTE/MS), Superintendência do Patrimônio da União no Mato Grosso do Sul (SPU/MS), Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul (CGU/MS) e Procuradoria da Fazenda Nacional no Mato Grosso do Sul (PFN/MS).

GRUPO 1						
Item	Descrição/Especificação	Catser	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Serviço de Gestão de Frotas - SRA/MS	25518	Serviço	1	R\$ 54.394,00	R\$ 54.394,00
2	Serviço de Gestão de Frotas - SRTE/MS	25518	Serviço	1	R\$ 565.331,67	R\$ 565.331,67
3	Serviço de Gestão de Frotas - SPU/MS	25518	Serviço	1	R\$ 153.316,67	R\$ 153.316,67
4	Serviço de Gestão de Frotas - CGU/MS	25518	Serviço	1	R\$ 131.205,33	R\$ 131.205,33
5	Serviço de Gestão de Frotas - PFN/MS	25518	Serviço	1	R\$ 66.501,67	R\$ 66.501,67
Valor total estimado					R\$ 970.749,34	R\$ 970.749,34

1.1.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 970.749,34 (novecentos e setenta mil, setecentos e quarenta e nove reais e trinta e quatro centavos) correspondente à estimativa anual de despesas com abastecimento de combustíveis, serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de materiais e peças, lavagem de veículos, Serviços de guincho e demais serviços correlatos, conforme planilhas e composições apresentadas nos anexos deste Termo de Referência.

1.1.2. O valor estimado possui caráter meramente referencial, destinando-se à definição do limite máximo orçamentário da contratação.

1.2. O objeto da contratação é a prestação de serviços continuados de gestão de frotas (CATSER 25518), a serem executados por sistema informatizado integrado acessível via web, online, em tempo real, destinado ao controle e à gestão da frota de veículos oficiais dos órgãos requisitantes.

1.3. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva compreendem o fornecimento de peças e materiais, serviços de lavagem, borracharia, guincho e demais serviços correlatos a serem executados sob demanda em oficinas e estabelecimentos credenciados pela Contratada, nos termos e condições definidos no item 5 do Caderno de Especificações (Anexo II deste Termo de Referência), mediante a implantação e operação do sistema informatizado de gestão.

1.4.O serviço de controle de abastecimento compreende o fornecimento de combustíveis do tipo diesel, etanol e gasolina, mediante tecnologia de pagamento por cartão magnético ou eletrônico, em rede de postos de combustíveis cadastrados e integrados ao sistema da contratada, assegurando a rastreabilidade, o controle e a transparência de todas as transações realizadas.

1.5. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

ÓRGÃO GERENCIADOR					
Item	Descrição/Especificação	CATSER	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Serviço de Gestão de Frotas - SRA/MS	25518	1	R\$ 54.394,00	R\$ 54.394,00

ÓRGÃOS PARTICIPANTES					
Item	Descrição/Especificação	CATSER	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
2	Serviço de Gestão de Frotas - SRTE/MS	25518	1	R\$ 565.331,67	R\$ 565.331,67
3	Serviço de Gestão de Frotas - SPU/MS	25518	1	R\$ 153.316,67	R\$ 153.316,67
4	Serviço de Gestão de Frotas - CGU/MS	25518	1	R\$ 131.205,33	R\$ 131.205,33
5	Serviço de Gestão de Frotas - PFN/MS	25518	1	R\$ 66.501,67	R\$ 66.501,67
Valor total estimando: novecentos e setenta mil, setecentos e quarenta e nove reais e trinta e quatro centavos.					R\$ 970.749,34

1.5.1. O detalhamento, por órgão, dos quantitativos estimados de combustíveis e serviços, encontram-se descritos nos itens 8 e 9 do Caderno de Especificações (Anexo II deste Termo de Referência).

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.6. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, nos termos do artigo 6º, inciso XXI, da Lei nº 14.133/2021, por envolver atividades padronizadas e objetivamente mensuráveis, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser definidos por especificações usuais de mercado, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar no item 6.5.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.7. O serviço é enquadrado como continuado, sem dedicação exclusiva de mão de obra, tendo em vista que se destina à manutenção da atividade administrativa, decorrente de necessidade permanente e prolongada, exigindo execução sucessiva ao longo do tempo, de modo a garantir a disponibilidade permanente da frota e eficiência operacional das unidades atendidas, nos termos do artigo 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a natureza contínua do objeto, a previsibilidade da demanda, a racionalização dos custos operacionais e a mitigação de riscos de descontinuidade do serviço.

Prazo de vigência

1.8. O prazo de vigência do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado da assinatura do instrumento contratual, podendo ser prorrogado sucessivamente até o limite de 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que comprovada a vantagem para a Administração.

1.8.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de até 12 (doze) meses, nos termos da legislação aplicável ao Sistema de Registro de Preços.

Critério de Julgamento

1.9. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO, representado pela MENOR TAXA ADMINISTRATIVA (percentual) a incidir sobre o valor das transações efetivamente realizadas

1.9.1. O percentual de desconto apurado corresponderá à **taxa administrativa** a ser aplicada durante toda a execução contratual, incidindo sobre os valores das transações efetivamente realizadas, constituindo a remuneração do contratado pelos serviços de gestão da frota.

1.10. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico na seção 2 e 7 dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 170106/000049/2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada na seção 6 dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A descrição dos requisitos da contratação encontram-se pormenorizadas na seção 4 dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Sustentabilidade

4.2. A presente contratação observa os princípios da sustentabilidade previstos no artigo 11, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021, e está alinhada às diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (AGU, 2025), que orienta a incorporação de critérios socioambientais em todas as etapas do processo de contratação pública. Considerando a natureza do objeto — serviços de gestão integrada de frotas de veículos —, foram contempladas exigências voltadas à redução de impactos ambientais, como o incentivo ao uso de combustíveis de menor emissão de poluentes, o descarte ambientalmente adequado de resíduos automotivos (óleos, filtros e peças), o controle informatizado para evitar desperdícios e o estímulo à digitalização de registros e relatórios.

4.2.1. Essas medidas contribuem para o uso racional de recursos públicos, a mitigação da pegada de carbono institucional e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, conforme diretrizes do citado Guia e do Plano de Logística Sustentável do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (PLS MGI 2024 - 2026).

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação da gestão do objeto contratual, compreendida como a operação do sistema informatizado, a administração das transações e o gerenciamento da rede credenciada.

4.3.1. A execução material dos serviços operacionais, tais como abastecimento de combustíveis, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, lavagem, borracharia, socorro mecânico, guincho e demais serviços correlatos, poderá ser realizada por estabelecimentos integrantes da rede credenciada da CONTRATADA, os quais atuarão sob sua responsabilidade e supervisão.

4.3.2. A CONTRATADA permanecerá integralmente responsável perante a Administração pela execução do objeto, inclusive pelos serviços realizados pelos estabelecimentos integrantes da rede credenciada.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões de que o objeto consiste em prestação de serviços continuados, com pagamento condicionado à efetiva execução e medição dos serviços, cujos riscos são mitigados por mecanismos de controle, fiscalização e glosa previstos neste Termo de Referência, não se mostrando a exigência proporcional nem necessária à adequada proteção do interesse público.

Vistoria

4.5. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços, tendo em vista que o objeto da contratação (serviços de gestão de frotas de veículos) é caracterizado como serviço comum, padronizado e amplamente ofertado no mercado, cuja execução se dá predominantemente por meio de plataforma informatizada e rede credenciada de atendimento. A execução contratual independe de condições físicas específicas ou de infraestrutura local a serem previamente conhecidas pelos licitantes, uma vez que o controle, a comunicação e o acompanhamento das demandas ocorrem em ambiente digital.

4.5.1. A exigência de visita técnica, nesse contexto, não agregaria elementos relevantes à formulação da proposta e poderia restringir a competitividade, contrariando os princípios da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa. As condições operacionais e geográficas necessárias à execução dos serviços já se encontram descritas de forma detalhada no Caderno de Especificações e no Estudo Técnico Preliminar, os quais asseguram pleno conhecimento do escopo e das responsabilidades da contratada.

Instalação de escritório

4.6. Não se considera imprescindível para a adequada execução dos serviços contratados que o fornecedor possua ou venha a instalar escritório contendo estrutura administrativa mínima no Estado de Mato Grosso do Sul, tendo em vista que a natureza do objeto (gestão integrada de frotas de veículos) é predominantemente informatizada e operacionalizada por meio de plataforma digital e rede credenciada de atendimento.

4.6.1. Todavia, é imprescindível que a contratada mantenha rede conveniada efetiva no Estado de Mato Grosso do Sul, abrangendo oficinas, postos de combustíveis e demais prestadores necessários à execução dos serviços, em conformidade com o Caderno de Especificações (Anexo 2 do Termo de Referência) e com as condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 1 do Termo de Referência). Essa estrutura operacional deverá assegurar atendimento adequado em todos os municípios abrangidos pela contratação, garantindo o cumprimento dos prazos e níveis de serviço exigidos

Margem de Preferência

4.7. O objeto da contratação não se enquadra em nenhuma margem de preferência estabelecida nos termos dos artigos 26 a 28 da Lei nº 14.133, de 2021, não havendo decreto ou resolução da CICS aplicável ao serviço de gestão de frotas.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: em até 30 (trinta) dias úteis, contados da assinatura do contrato, prazo destinado à implantação e operacionalização da solução de gestão de frota, podendo a execução iniciar-se em prazo inferior caso a CONTRATADA conclua antecipadamente as providências necessárias.

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho encontram-se descritas detalhadamente na seção 7 do Anexo 2 deste Termo de Referência (Caderno de Especificações).

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços de gestão de frota serão prestados pela CONTRATADA por meio de sistema informatizado disponibilizado via rede de dados, com acesso permanente pela CONTRATANTE para acompanhamento, controle e autorização das transações relacionadas à utilização da frota.

5.3 A execução dos serviços operacionais, tais como abastecimento, manutenção, fornecimento de peças, lavagem, socorro mecânico e demais atendimentos previstos neste Termo de Referência, ocorrerá nas dependências dos estabelecimentos integrantes da rede credenciada da CONTRATADA, observada a localidade de atendimento contratual e as necessidades operacionais dos órgãos e entidades participantes.

5.3.1. A execução contratual observará as rotinas descritas detalhadamente na seção 7 do Anexo 2 deste Termo de Referência (Caderno de Especificações).

5.4 . O sistema informatizado de gestão de frota deverá permanecer disponível para utilização e consulta pela CONTRATANTE de forma contínua, 24 (vinte e quatro) horas por dia, durante toda a vigência contratual.

5.5. Os horários de funcionamento dos estabelecimentos integrantes da rede credenciada observarão as condições operacionais de cada prestador de serviço, devendo a CONTRATADA assegurar rede suficiente para atendimento das demandas da CONTRATANTE, inclusive em situações emergenciais.

Materiais a serem disponibilizados

5.6. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário conforme orientações do Caderno de Especificações Técnicas, Anexo 2, deste Termo de Referência.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.7. As demandas dos órgãos tem como base as seguintes características:

5.7.1. A relação detalhada dos veículos pertencentes ou vinculados aos órgãos participantes encontra-se descrita no item 7.15 do Caderno de Especificações.

5.7.2. Os quantitativos estimados de combustíveis, serviços de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, lavagem, borracharia, guincho e demais serviços correlatos encontram-se descritos no item 8 do Caderno de Especificações.

5.7.3. As estimativas apresentadas possuem caráter referencial e destinam-se ao dimensionamento da proposta e à definição do limite máximo orçamentário da contratação.

Especificação da garantia do serviço

5.8. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e encontra-se descrito no Caderno de Especificações Técnicas, item 16, Anexo 2 deste Termo de Referência.

5.9. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto (Gestão de Frotas) durante o período de vigência do contrato.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.16.1. Fiscalização operacional: acompanhamento da execução diária dos serviços de abastecimento, lavagem, guincho e manutenção, com verificação de conformidade quanto à identificação dos veículos e condutores, observância dos limites autorizados, qualidade dos insumos empregados e cumprimento das rotinas previstas neste Caderno de Especificações Técnicas.];

6.16.2. Fiscalização documental e financeira: conferência dos relatórios e notas fiscais apresentados pela contratada, cotejando as informações registradas no sistema informatizado com os dados das ordens de serviço, registros de abastecimento e relatórios de manutenção, de modo a assegurar a compatibilidade entre valores faturados e serviços efetivamente prestados.; e

6.16.3. Fiscalização tecnológica e sistêmica: verificação do funcionamento e da confiabilidade do sistema informatizado de gestão de frotas, incluindo o correto registro das transações, rastreabilidade das operações, integridade das bases de dados, bloqueios automáticos configurados e disponibilidade de relatórios de controle e auditoria à Administração.

6.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.18. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.21. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às rotinas descritas no edital.

Gestor do Contrato

6.22. Cabe ao gestor do contrato:

6.22.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.22.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.22.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.22.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.22.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.22.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.22.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.23 receber e dar encaminhamento imediato:

6.23.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.22.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da qualidade da execução contratual será realizada por meio do Instrumento de Medição de Resultado – IMR, constante do ANEXO DO EDITAL, que estabelece indicadores objetivos destinados a aferir o desempenho da CONTRATADA na gestão operacional da frota e na administração da rede credenciada.

7.2. O IMR constitui mecanismo de gestão contratual que poderá repercutir no valor mensal devido à CONTRATADA, conforme o nível de desempenho obtido, mediante a verificação do cumprimento das metas e indicadores definidos para a prestação dos serviços.

7.3. A aferição será realizada pela fiscalização do contrato, com base nos registros constantes do sistema informatizado de gestão de frota, nas Ordens de Serviço emitidas, nos relatórios operacionais e em demais evidências documentais relativas à execução dos serviços.

7.4. Os indicadores definidos no IMR têm por finalidade avaliar, entre outros aspectos:

7.4.1. a eficiência no atendimento às Ordens de Serviço;

7.4.2. a qualidade da condução técnica das demandas de manutenção e suporte operacional;

7.4.3. a disponibilidade operacional da frota decorrente da gestão da CONTRATADA;

7.4.4. a regularidade dos registros e controles relacionados ao abastecimento e ao consumo de combustível.

7.5. A apuração dos indicadores poderá resultar em redimensionamento do valor mensal devido à CONTRATADA, mediante aplicação de glosas ou descontos, conforme metodologia, critérios e faixas de ajuste estabelecidos no IMR.

7.6. As avaliações serão realizadas em periodicidade mensal, considerando as ocorrências registradas no período de medição, sem prejuízo da aplicação das demais sanções administrativas previstas no contrato e na legislação aplicável, quando caracterizado o descumprimento de obrigações contratuais.

7.7. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.7.1. Conformidade técnica e quantitativa das transações e dos serviços executados no âmbito da rede credenciada, conforme registros do sistema informatizado e validação da fiscalização;

7.7.2. Compatibilidade entre os relatórios mensais e as notas fiscais apresentadas, devendo os valores faturados corresponder fielmente aos serviços efetivamente prestados e registrados no sistema, vedado o pagamento de quantitativos superiores aos executados ou em desconformidade com o contrato;

7.7.3. Regularidade contratual e documental da contratada, compreendendo a manutenção das condições de habilitação, a observância das obrigações fiscais e contratuais e a ausência de pendências registradas pela fiscalização técnica ou administrativa.

7.7.4. O pagamento somente será processado após o ateste da fiscalização técnica, que deverá confirmar a execução integral e satisfatória dos serviços, bem como a conformidade dos relatórios eletrônicos de controle de abastecimento, manutenção e demais operações realizadas no período.

7.7.5. O sistema informatizado de gestão deverá permitir à fiscalização o acesso integral aos relatórios analíticos de consumo e execução, em formato eletrônico, contendo dados consolidados por veículo, tipo de serviço e período, para fins de verificação e auditoria.

7.7.6. A contratada deverá emitir relatório mensal consolidado com resumo dos serviços executados, eventuais ocorrências, valores faturados e descontos aplicáveis, o qual servirá de base para conferência e ateste da fatura;

7.7.7. Quando identificadas inconsistências relevantes nos registros eletrônicos ou divergências materiais entre os dados do sistema e as informações da fatura, o pagamento da parcela controvertida ficará suspenso até a devida regularização, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

Recebimento

7.8. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 2 (dois) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante conferência dos relatórios consolidados do sistema de gestão de frotas e verificação do cumprimento das exigências contratuais.

7.9. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.10. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.11. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.12. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.13. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período MENSAL, compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês, com base nas transações efetivamente realizadas e devidamente registradas no sistema informatizado de gestão da frota, após a conferência e ateste do fiscal do contrato.

7.14. Ao final de cada período de faturamento:

7.14.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.15. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.16. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.17. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.18. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.19. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.20. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.20.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.20.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.20.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.20.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.20.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.21. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.22. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.23. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.24. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.25. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.26. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.27. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.28. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.29. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.29.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.29.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.30. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.31. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.32. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.33. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.34. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.35. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.36. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.37. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.38. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.38.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.39. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.40. A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento parcial ou total.

Reajuste

7.41. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.42. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.43. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.44. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.45. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.46. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.47. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.48. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.49. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.49.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração do apostilamento ao contrato administrativo.

7.49.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.49.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos.

7.49.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.51. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

8.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas alíneas “e” a “h” de 10% (dez por cento) a 30% do valor da contratação.

8.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, 0,5% (meio por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.7.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.7.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.8.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.11.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos

pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução será continuada com remuneração por taxa administrativa percentual incidente sobre transações, conforme definido no edital/contrato

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços na tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/>;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais*, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.26. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação para o período de doze meses aplicável para o contrato de serviço continuado.

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.32. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.32.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.33. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.33.1. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, será exigida a apresentação de atestado(s) que demonstre(m) a execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, correspondentes a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do volume financeiro e da quantidade de veículos gerenciados, considerados de forma proporcional à complexidade do objeto. A comprovação poderá ser realizada por meio de um ou mais atestados, desde que, em conjunto, atendam ao percentual mínimo exigido, sendo admitida a equivalência técnica entre serviços similares, ainda que não haja correspondência literal entre as descrições constantes dos atestados e o objeto licitado.

9.33.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 1 (um) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.33.1.2. Serão aceitos, para fins de comprovação da qualificação técnica, atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, referentes a serviços de natureza e complexidade compatíveis com o objeto da contratação, executados nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente da data de publicação do edital, admitido o somatório de atestados relativos a períodos distintos.

9.33.1.3 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.33.1.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor, desde que pertencentes ao mesmo CNPJ raiz da proponente, devendo essa vinculação ser comprovada por meio de cartão do CNPJ atualizado.

9.33.1.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.33.1.6. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.34. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.35. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.41. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.41.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

- 9.41.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 9.41.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 9.41.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 9.41.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 9.41.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
- 9.41.6.1. ata de fundação;
 - 9.41.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - 9.41.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - 9.41.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - 9.41.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
 - 9.41.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
 - 9.41.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador .

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 970.749,34 (novecentos e setenta mil, setecentos e quarenta e nove reais e trinta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 deste Termo de Referência.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

- 10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- 10.2.3. poderão ser reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- 10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

13. ANEXO I

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

13.1 Ressalte-se que o ANEXO I deste Termo de Referência refere-se às regras para instrumento substitutivo ao contrato, previsto no art. 95, I, da Lei nº 14.133/2021, constante do modelo padrão do Compras.gov.br. No presente procedimento, contudo, a contratação ocorrerá mediante TERMO DE CONTRATO, conforme minuta constante do ANEXO 9 do Edital, razão pela qual o instrumento substitutivo não será utilizado

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JORGE YABUSAME

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 20/03/2026 às 15:16:03.

SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-MS

Estudo Técnico Preliminar 10/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 11597.000350/2025-96

2. Descrição da necessidade

2.1 Pretende-se contratar empresa especializada para gestão da frota de veículos, por meio de sistema informatizado integrado à rede credenciada de estabelecimentos, responsável pela intermediação, controle e registro das operações de abastecimento, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, lavagem, guincho e demais serviços correlatos.

2.2. As frotas somam cerca de 30 veículos utilizados em atividades administrativas, técnicas, fiscalizatórias e operacionais, em âmbito estadual. A adequada gestão desses ativos é indispensável para assegurar deslocamentos, inspeções, diligências e atendimento institucional contínuo com o objetivo de atender às demandas logísticas e operacionais dos seguintes órgãos:

- a) Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado do Mato Grosso do Sul (SRA/MS);
- b) Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Mato Grosso do Sul (SRTE/MS);
- c) Superintendência do Patrimônio da União no Mato Grosso do Sul (SPU/MS);
- d) Controladoria-Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul (CGU/MS);
- e) Procuradoria da Fazenda Nacional no Mato Grosso do Sul (PFN/MS);

2.3. Os contratos vigentes responsáveis pelo gerenciamento atual possuem término entre janeiro e março de 2026. A ausência de nova contratação acarretaria descontinuidade do abastecimento, da manutenção e do controle operacional da frota, com impacto direto nas atividades dos órgãos.

- a) Contrato nº 36/2020 (SRA/MS) – vigência até 05/01/2026;
- b) Contrato nº 37/2020 (SRTE/MS) – vigência até 05/01/2026;
- c) Contrato nº 06/2021 (SPU/MS) – vigência até 26/03/2026.
- d) Contrato nº 04/2021 (CGU/MS) – vigência até 02/02/2026;
- e) Contrato nº 02/2021 (PFN/MS) – vigência até 25/01/2026;

2.4. Sem a nova contratação, haverá descontinuidade na manutenção, no controle e no abastecimento da frota, comprometendo a logística institucional e a eficiência das unidades, que dependem dos veículos para deslocamentos, inspeções e fiscalizações.

2.5. A contratação é indispensável diante do encerramento dos contratos vigentes, da necessidade de manutenção preventiva contínua e da inexistência de estrutura interna especializada. A ausência desse serviço pode ocasionar paralisações, aumento de falhas mecânicas, custos adicionais com reparos emergenciais e redução da eficiência dos serviços públicos, impactando diretamente servidores, gestores e a população atendida.

2.6. A inexistência de solução integrada resultaria em riscos como falhas na manutenção preventiva, aumento de custos emergenciais, dificuldades de rastreamento de despesas, uso indevido da frota, baixa eficiência logística e comprometimento da qualidade dos serviços públicos.

2.7. A atuação dos órgãos abrange todo o território do Estado de Mato Grosso do Sul, incluindo municípios de difícil acesso e longas distâncias entre as sedes. Essa realidade reforça a necessidade de controle rigoroso de manutenção e abastecimento, bem como de planejamento das rotas e utilização racional dos veículos, fatores que justificam a adoção de um sistema de gestão profissional.

2.8. O objeto abrange o gerenciamento integral da frota de veículos, compreendendo:

- a) controle de uso e abastecimento de combustíveis;
- b) manutenção preventiva e corretiva;
- c) fornecimento de peças;
- d) serviços de geometria veicular, lavagem e guincho; e
- e) demais serviços correlatos necessários à plena operação da frota, conforme especificações constantes do Caderno de Especificações Técnicas.

2.9. Este Estudo Técnico Preliminar fundamenta o Termo de Referência e o Caderno de Especificações que compõem este processo, onde estão descritas de forma detalhada as condições técnicas e operacionais da futura execução contratual. As informações aqui descritas constituem a base para a definição da solução, a estimativa de custos e elaboração das especificações que orientarão a futura contratação.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SRA/MS	Carolina Nunes Kinjo
CGU/MS	Tiago Abi Rios
PFN/MS	Neide Cristina Lima Machado
SRTE/MS	Ismael Ferreira de Arruda
SPU/MS	Josiane Barbosa Matos

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Pretende-se a contratação de serviços voltados ao gerenciamento da frota atualmente composta por 30 (trinta) veículos vinculados aos órgãos participantes, com possibilidade de inclusão de novos veículos que venham a ser adquiridos, recebidos por doação e/ou empréstimo, bem como exclusão daqueles que forem alienados ou desincorporados.

4.2. A execução será demandada conforme utilização da frota, com despesas proporcionais ao uso efetivo dos serviços e funcionalidades contratadas.

4.3. Os serviços possuem natureza comum, uma vez que seus padrões de qualidade e desempenho podem ser definidos objetivamente no edital, com base em especificações usuais de mercado. Tratam-se, ainda, de serviços continuados, destinados à manutenção de necessidades permanentes da Administração Pública, garantindo suporte operacional às atividades finalísticas e ao funcionamento regular da estrutura administrativa. A contratação deverá atender às necessidades logísticas e operacionais das unidades participantes por meio de sistema informatizado de gestão de frota e rede credenciada de atendimento no Estado de Mato Grosso do Sul, assegurando controle, rastreabilidade e manutenção contínua dos serviços de abastecimento, manutenção veicular e suporte técnico.

4.4 Os serviços de gerenciamento informatizado de abastecimento e manutenção veicular enquadram-se nas disposições do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, que regulamenta a contratação de serviços terceirizados no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Ressalta-se que tais serviços não se inserem nas hipóteses de vedação à execução indireta previstas no art. 3º do referido decreto, não havendo impedimento à sua terceirização.

4.5. A solução deverá operar por meio de sistema informatizado de gestão de frota integrado à rede credenciada de estabelecimentos, composta por postos de combustíveis, oficinas mecânicas, centros automotivos e demais prestadores de serviços necessários à operação da frota. A execução material dos serviços de abastecimento, manutenção veicular, fornecimento de peças, lavagem, socorro mecânico, guincho e demais atividades correlatas será realizada pelos estabelecimentos integrantes dessa rede credenciada, cabendo à contratada a gestão

administrativa, tecnológica e operacional do sistema, incluindo a intermediação, o controle e o registro das operações realizadas. Para atender à demanda de forma adequada, o objeto deverá observar os seguintes requisitos mínimos:

4.5.1. Soluções informatizadas: A contratada deverá disponibilizar plataforma digital de gestão de frotas com acesso via web, em tempo real, a usuários previamente autorizados, com diferentes níveis de permissão. O sistema deverá integrar as seguintes funcionalidades:

- a) registro e controle de abastecimentos, com identificação automática por cartão com chip, etiqueta RFID ou tecnologia equivalente;
- b) agendamento e controle de manutenções preventivas e corretivas, com histórico individualizado por veículo;
- c) registro de quilometragem, desempenho e custos operacionais;
- d) emissão de relatórios e dashboards gerenciais com filtros personalizados;
- e) controle de rotas e acompanhamento de indicadores de eficiência;
- f) trilha de auditoria e exportação de dados em formatos compatíveis (csv/xlsx).

4.5.2. Rede de atendimento: A contratada deverá assegurar a disponibilidade de rede credenciada capaz de atender aos municípios com população superior a 5.000 habitantes no estado de Mato Grosso do Sul, conforme estimativas oficiais do IBGE. A exigência estará condicionada à viabilidade de atendimento local, a ser aferida mediante a existência de estabelecimentos aptos à prestação dos serviços, regularmente constituídos e passíveis de credenciamento, observadas as condições técnicas e econômicas do município.

4.5.2.1. Nos municípios em que não se verifique a viabilidade de atendimento local (população inferior a 5.000 habitantes), seja por inexistência de postos ou oficinas compatíveis com os requisitos técnicos exigidos, seja por inviabilidade econômica devidamente caracterizada, o atendimento poderá ser realizado a partir de município limítrofe, desde que o deslocamento não ultrapasse 50 km e sejam observados os prazos máximos de atendimento previstos para a execução dos serviços.

4.5.2.2. O credenciamento de novos estabelecimentos será contínuo, mediante aprovação da Fiscalização, com publicação mensal da lista atualizada no sistema informatizado.

4.5.3. Meios de controle e rastreabilidade: todos os abastecimentos e serviços deverão ser rastreáveis por meio eletrônico, preferencialmente com registro automatizado de local, hora, veículo, condutor, tipo e quantidade de insumos/serviços, de forma a garantir a rastreabilidade e o combate a fraudes.

4.5.4. Padrões de qualidade: Os serviços deverão seguir as recomendações dos fabricantes e normas técnicas aplicáveis, com uso de peças novas, originais ou de qualidade equivalente, vedado o uso de componentes recondicionados. As oficinas credenciadas deverão estar regularmente constituídas e possuir profissionais qualificados.

4.5.5. Suporte técnico e atendimento: A contratada deverá disponibilizar central de atendimento técnico e operacional para suporte aos usuários, com canais de comunicação eficazes (telefone, e-mail e/ou chat), incluindo serviços de guincho e atendimento emergencial em caso de pane ou acidente, bem como o transporte do motorista e passageiros até local seguro ou oficina credenciada, além de garantir o acompanhamento da execução dos serviços de forma proativa.

4.5.6. Sustentabilidade: a contratada deverá observar critérios de sustentabilidade, tais como:

- Priorizar oficinas que realizem descarte ambientalmente adequado de resíduos (óleos, filtros, peças, etc.);
- Incentivar o uso de combustíveis com menor impacto ambiental (como etanol ou diesel S-10, quando compatível com os veículos);
- Reduzir o consumo de papel com a utilização de registros eletrônicos e digitais;
- Disponibilizar relatórios que permitam monitorar indicadores de eficiência energética e emissão de gases, como parte da governança da frota.

4.5.7. Outros critérios:

- O sistema e os serviços prestados deverão atender à legislação vigente aplicável, incluindo normas da administração pública federal;

- A contratada deverá garantir confidencialidade das informações e proteção de dados, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- O tempo máximo de resposta para o atendimento emergencial deverá ser de até 2 horas, contadas a partir do registro da solicitação no sistema informatizado, correspondendo ao prazo máximo para a chegada da equipe de atendimento, do guincho ou do prestador credenciado ao local da ocorrência, salvo situações de força maior devidamente justificadas.

4.6. A adequada definição desses requisitos visa garantir a seleção da proposta mais vantajosa à Administração, considerando não apenas o menor preço, mas também a qualidade técnica dos serviços, o nível de controle gerencial proporcionado e a aderência às políticas de sustentabilidade.

4.6.1. Catálogo Eletrônico de Padronização

4.6.1.1. Em atendimento ao disposto no art. 19, §2º, e no art. 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021, verificou-se a existência de item correspondente ao objeto no Catálogo Nacional de Contratações Públicas (CNCP). Constatou-se que, até a presente data, não há item cadastrado que contemple de forma específica o objeto de gestão de frotas veiculares.

4.6.1.2. Dessa forma, foi justificada a não utilização do catálogo eletrônico de padronização, adotando-se especificações técnicas baseadas em padrões internos da Administração e práticas de mercado, garantindo a padronização e a comparabilidade das propostas.

4.7. JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS E FUNDAMENTAÇÃO

4.7.1. Cobertura mínima da rede credenciada (municípios com mais de 5.000 habitantes)

4.7.1.1. A definição da cobertura mínima em municípios com mais de 5.000 habitantes justifica-se pela necessidade de garantir atendimento célere e econômico à frota pública distribuída no interior do Estado, evitando deslocamentos de longa distância para manutenções de rotina e corretivas. Segundo dados do IBGE, municípios com essa faixa populacional concentram infraestrutura mínima de abastecimento e oficinas, o que viabiliza a execução contratual sem comprometer a competitividade. Trata-se, portanto, de parâmetro técnico de eficiência e economicidade, e não de limitação territorial indevida, em conformidade com os princípios previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 37 da Constituição Federal.

4.7.2. Manutenção preventiva, corretiva e demais atividades correlatas com aprovação prévia do fiscal técnico

4.7.2.1. A adoção de procedimento de aprovação prévia pelo fiscal técnico nas manutenções preventivas, corretivas e demais atividades correlatas visa garantir rastreabilidade, transparência e controle de custos. Como regra geral, o fiscal deverá acessar o sistema informatizado da contratada, selecionar ao menos três empresas credenciadas e solicitar os respectivos orçamentos, optando pela proposta de menor valor, compatível com os preços praticados no mercado. Excepcionalmente, em situações devidamente justificadas, tais como atendimentos emergenciais, inexistência de três prestadores credenciados na localidade ou outras circunstâncias que comprometam a continuidade do serviço, poderá ser admitida a apresentação de orçamento único, desde que devidamente motivado, registrado no sistema e sujeito à posterior verificação e auditoria pela fiscalização contratual, em conformidade com o art. 23, § 2º, da lei nº 14.133/2021.

4.7.3. Inclusão de indicadores de desempenho (SLA/IMR)

4.7.3.1. A adoção de indicadores de desempenho e metas de nível de serviço tem o objetivo de assegurar a gestão por resultados e a mensuração da eficiência contratual. O uso de indicadores como tempo médio de atendimento, disponibilidade do sistema informatizado e taxa de retrabalho permite acompanhamento objetivo e aplicação de medidas corretivas. Essa prática encontra amparo no art. 11, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece o princípio da eficiência, e no art. 113, § 2º, do Decreto nº 11.246/2022, que incentiva a adoção de mecanismos de mensuração de desempenho contratual. O modelo de IMR encontra-se no Anexo 3 do Edital.

4.7.5. Requisitos de segurança e governança do sistema informatizado

4.7.5.1. A definição de requisitos mínimos de segurança, disponibilidade e integridade dos dados no sistema informatizado tem como finalidade garantir a rastreabilidade das informações, a continuidade do serviço e a conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD). A inclusão de parâmetros como autenticação multifator, trilhas de auditoria e recuperação de desastres assegura governança tecnológica, proteção das informações e transparência da execução contratual. A exigência é compatível com os arts. 67 e 69 do Decreto nº 11.246/2022 e com o princípio da publicidade.

4.7.6. Sustentabilidade e conformidade ambiental

4.7.6.1. A inclusão de requisitos de sustentabilidade ambiental e conformidade técnica busca alinhar a execução contratual ao Plano de Logística Sustentável do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (PLS MGI 2024-2026) e à Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010). A exigência de comprovação de destinação adequada de resíduos, certificação do INMETRO e observância de normas do CONTRAN reforça a responsabilidade socioambiental e previne impactos negativos decorrentes do descarte inadequado de óleos, pneus e baterias. Trata-se de medida que atende aos princípios da eficiência e da sustentabilidade previstos no art. 5º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021.

4.7.7. Catálogo homologado de peças e serviços

4.7.7.1. A utilização de catálogo homologado de peças e serviços visa conferir previsibilidade e uniformidade aos custos contratuais. O catálogo, aprovado pela Fiscalização, permite controle de preços com base em valores de mercado previamente validados, reduzindo o risco de variação injustificada entre oficinas e fornecedores. A medida promove eficiência e economicidade, em conformidade com o art. 11, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, além de facilitar auditorias posteriores e a glosa de valores indevidos.

4.7.8. Garantias e qualidade das peças aplicadas

4.7.8.1. A exigência de utilização de peças novas, originais ou de qualidade equivalente, com garantia mínima de 90 dias, visa assegurar a durabilidade e a segurança dos veículos mantidos. Tal requisito decorre da necessidade de preservação do patrimônio público e da mitigação de riscos de falhas técnicas. O fundamento jurídico está no art. 115 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 70 do Decreto nº 11.246/2022, que impõem responsabilidade objetiva da contratada pela qualidade e adequação dos materiais empregados.

4.7.9. Mobilização e treinamento inicial

4.7.9.1. A exigência de plano de mobilização e treinamento inicial tem o propósito de garantir a rápida implantação do contrato e a correta utilização do sistema informatizado por condutores, gestores e fiscais. O treinamento assegura a padronização de procedimentos e o uso adequado das ferramentas de controle, prevenindo falhas na fase inicial de execução. Essa medida é compatível com o art. 37 da Lei nº 14.133/2021 e com as boas práticas de governança contratual previstas no Decreto nº 11.246/2022.

4.7.10. Limite temporal e percentual para os atestados (5 anos e 50%)

4.7.10.1. A avaliação da capacidade técnica das licitantes considerará, de forma substancial, a equivalência entre as atividades comprovadas nos atestados apresentados e o objeto licitado, especialmente no que se refere ao gerenciamento de frotas de veículos, à utilização de sistemas informatizados e à administração de rede credenciada, desde que tais atestados tenham sido emitidos nos últimos 5 (cinco) anos. Para fins dessa análise, serão aceitos atestados que demonstrem a execução de serviços compatíveis com, no mínimo, 50% do volume financeiro e da quantidade de veículos do objeto licitado.

4.7.11. Avaliação técnica substancial dos atestados (flexibilização de redação)

4.7.11.1 A análise da capacidade técnica das licitantes considerará a equivalência das atividades comprovadas em relação ao objeto licitado, não se exigindo correspondência literal entre as descrições constantes dos atestados e os termos do Caderno de Especificações.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Em atendimento ao disposto na Instrução Normativa nº 65/2021, realizou-se consulta de valores praticados através do sistema Painel de Preços. As consultas de contratações similares se deram através do sistema Painel de Preços, no dia 10 de dezembro de 2025, utilizando-se como filtro os seguintes parâmetros:

Serviço: 25518
Abastecimento de Veículos e Gerenciamento de manutenção de veículos
Pregão
últimos 180 dias

a) Código
b) Descrição: Controle
c) Modalidade de compra:
d) Período de compra: Comprado

5.2. A análise dos resultados obtidos no Painel de Preços possibilitou a verificação de valores consolidados e recentes relativos a contratações similares, reforçando a transparência e a aderência aos preços praticados pelo mercado. Identificaram-se 13 (treze) contratações com aplicação de taxas administrativas predominantemente negativas, variando entre -6,1% e -3,9%, no entanto, observou-se que o desconto médio aplicado pelos gerenciadores de frotas foi de 4,97%. Tal cenário evidencia elevada competitividade no setor e demonstra a viabilidade de obtenção de condições economicamente vantajosas para a Administração conforme tabela abaixo:

Data Compra	CATSER	Desconto	Fornecedor	UASG	Orgao
26/05/2025	25518 (Administração)	5,1	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	985915	PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESOPOLIS - RJ
29/07/2025	25372 (Abastecimento)	5,27	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	154044	FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
13/08/2025	25373 (Abastecimento)	4,96	NEO CONSULTORIA E ADMINISTRACAO DE BENEFICIOS LTDA	380281	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA
14/08/2025	25374 (Abastecimento)	3,9	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	929524	EPR - LOTERIA DO ESTADO DO PARANÁ
09/09/2025	25375 (Abastecimento)	4,97	NEO CONSULTORIA E ADMINISTRACAO DE BENEFICIOS LTDA	130056	MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA - MAPA
11/09/2025	25376 (Abastecimento)	6,1	VOLUS INSTITUICAO DE PAGAMENTO LTDA	980615	PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA - AP
12/09/2025	25518 (Administração)	4,75	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	155016	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES
12/09/2025	25372 (Abastecimento)	3,97	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	462939	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO
17/10/2025	25373 (Abastecimento)	4,98	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	135018	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA
10/11/2025	25372 (Abastecimento)	5,01	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	380271	ESP-SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA
11/11/2025	25373 (Abastecimento)	5,3	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	926412	CAMARA MUNICIPAL DE SALVADOR - BA
13/11/2025	25518 (Administração)	4,81	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	156679	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALAO
02/12/2025	25372 (Abastecimento)	3,91	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	389177	CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA - RJ
	Mediana	4,97			

5.3. Apesar de a consulta realizada por meio do painel de preços ter se mostrado abrangente, evidenciando a amplitude do mercado e a viabilidade de uma contratação única que contemple o gerenciamento integrado de abastecimento e manutenção da frota de veículos, bem como indicando que, na maioria das contratações recentes, o mercado tem ofertado percentuais negativos sob a forma de desconto, optou-se pelo encaminhamento adicional de solicitações de propostas a empresas prestadoras desses serviços. Ressalta-se que os percentuais negativos identificados no painel de preços referem-se a descontos aplicados sobre os valores de referência das contratações analisadas, enquanto as propostas encaminhadas diretamente pelos fornecedores expressam a taxa administrativa utilizada como forma de remuneração do serviço. tal providência teve por finalidade compatibilizar os diferentes modelos de precificação observados no mercado e verificar o custo da contratação à luz das estimativas apresentadas pelos órgãos demandantes e dos requisitos mínimos necessários ao adequado atendimento das necessidades institucionais.

5.4. Foram identificadas no mercado diversas empresas especializadas em gestão de frotas, dotadas de capacidade técnica comprovada, ampla rede credenciada e soluções informatizadas compatíveis com as necessidades operacionais dos órgãos participantes. A referida identificação decorreu de pesquisa e consulta ao mercado, devidamente registrada nos autos do processo administrativo por meio do documento SEI nº 56323799, assegurando a rastreabilidade, a transparência e a aderência às práticas de mercado aplicáveis à contratação pretendida.

5.4.1. As solicitações de orçamento foram encaminhadas através de comunicação eletrônica em 10 de dezembro de 2025, tendo a Equipe de Planejamento da Contratação recebido propostas de 05 (cinco) prestadoras de serviços de Gestão de Frotas, sendo:

Data	Empresa	CNPJ	Taxa
11/12/2025	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA	12.039.966/0001-11	2,50%
17/12/2025	PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA	00.394.460/0218-15	3,00%
15/12/2025	S.H. INFORMÁTICA LTDA	06.048.539/0001-05	2,50%
15/12/2025	TRACK LAND LTDA	05.738.058/0001-50	2,95%
15/12/2025	VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA	03.817.702/0001-50	2,50%

5.5. A pesquisa preliminar realizada junto a órgãos da administração pública, bem como as consultas informais a empresas atuantes no setor, evidenciaram a existência de oferta consolidada de soluções de gestão de frotas no mercado, com histórico de execução de contratos públicos e capacidade técnica para atendimento simultâneo às demandas de múltiplos órgãos. constatou-se que tais empresas operam com plataformas digitais baseadas em tecnologia web, contemplando identificação eletrônica de abastecimentos por meio de cartão com chip ou etiqueta rfid, controle de manutenções preventivas e corretivas, bem como a emissão de relatórios gerenciais em tempo real. A referida pesquisa e consulta encontram-se devidamente registradas nos autos do processo administrativo por meio do documento sei nº 56323422, assegurando a rastreabilidade e a transparência das informações levantadas.

5.3. Observou-se que o segmento apresenta maturidade tecnológica crescente, caracterizada pela integração entre sistemas, rastreabilidade completa das operações e possibilidade de acompanhamento gerencial detalhado. Tal evolução permite à Administração adotar modelo de gestão informatizada com segurança operacional, controle de custos e transparência das despesas.

5.4. O modelo de serviço proposto nesta contratação já é atualmente utilizada pelos órgãos participantes além de ser amplamente utilizada em diversos Órgãos da Administração Pública em geral, conforme verificado em consultas ao portal de compras do Governo Federal e, atualmente, surge como modelo de contratação que substitui paradigma do contrato individualizado de várias empresas prestadoras de serviços de manutenção de veículos dos mais diversos tipos, modelos, fabricantes e montadoras.

5.4.1. A contratação de empresa especializada que atue como centralizadora da gestão da frota, reunindo rede credenciada de oficinas e fornecedores de peças em nível nacional, possibilita a execução das manutenções em estabelecimentos previamente homologados, garantindo cobertura territorial adequada e padrão uniforme na prestação dos serviços.

5.4.2. O acesso a uma ampla rede de atendimento vinculada a sistemas informatizados de controle permite maior agilidade, rastreabilidade e segurança nas operações, além de assegurar que os pagamentos sejam efetuados apenas pelos serviços efetivamente prestados.

5.4.3. A centralização contratual promove economia processual ao reduzir a quantidade de atos administrativos (elaboração de estudos, análises jurídicas, publicações, etapas de julgamento e homologação), o que resulta em menor esforço operacional, otimização do tempo das equipes envolvidas e redução de custos indiretos. Também evita duplicidade de esforços entre unidades, favorece o planejamento integrado, fortalece o poder de negociação e possibilita ganhos comerciais decorrentes da economia de escala.

5.5. A contratação conjunta de seis órgãos solicitantes, estruturada em item único, mostra-se adequada para promover economia de escala, simplificar a gestão contratual e assegurar a integração da gestão de frotas, sem prejuízo da autonomia operacional de cada unidade. A individualização contratual e a definição dos respectivos valores ocorrerão conforme as planilhas de estimativas de preços levantadas para cada órgão participante.

5.6. Durante o levantamento, identificou-se que as empresas atuantes no setor adotam práticas alinhadas às políticas de sustentabilidade e conformidade ambiental, incluindo destinação adequada de resíduos e uso de ferramentas digitais que minimizam o consumo de papel. Essas práticas encontram correspondência nas diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS-MGI 2024 - 2026) e na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

5.7. A análise geral de mercado confirma a viabilidade técnica e econômica da contratação proposta, evidenciando que há oferta suficiente de fornecedores capazes de atender às especificações do Caderno de Especificações Técnicas, com níveis adequados de competitividade e conformidade às normas da Lei nº 14.133/2021.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviços de GESTÃO DE FROTA DE VEÍCULOS, por meio de sistema informatizado integrado via internet, com tecnologia de identificação eletrônica dos veículos e controle das transações realizadas. O sistema deverá possibilitar o gerenciamento, controle, registro e autorização das operações relacionadas ao abastecimento de combustíveis, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, lavagem veicular, socorro mecânico, guincho e demais serviços correlatos. A execução material desses serviços será realizada exclusivamente pelos estabelecimentos integrantes da rede credenciada da contratada, cabendo à contratada a gestão administrativa, operacional e tecnológica do sistema de gerenciamento da frota, bem como a intermediação das transações realizadas entre a Administração e os estabelecimentos credenciados.

6.1.1. A escolha da presente solução se fundamenta em análise técnica e comparativa de modelos similares adotados por diversos órgãos da Administração Pública Federal, bem como na própria experiência da SRA/MS com essa modalidade de contratação, atualmente em vigor até 5/01/2026. Trata-se de um modelo com o qual esta Superintendência já está plenamente familiarizada e cuja execução tem se mostrado satisfatória, inclusive com prorrogação contratual até o limite legal permitido, evidenciando sua adequação, eficiência e aderência às necessidades institucionais em razão das seguintes vantagens:

- a) racionalização das rotinas de controle e fiscalização da frota;
- b) redução de despesas administrativas e de tempo gasto em processos de pagamento e auditoria;
- c) padronização dos procedimentos de manutenção e abastecimento;
- d) rastreabilidade e segurança das operações por meio de autenticação eletrônica de usuários;
- e) disponibilização de relatórios em tempo real para subsidiar decisões corretivas e preventivas;
- f) possibilidade de descentralização do atendimento com centralização das informações em sistema único.

6.2. A solução técnica foi definida a partir de experiências consolidadas em contratações anteriores e da necessidade de integração entre abastecimento, manutenção, rastreabilidade e atendimento emergencial, observando as diretrizes da Lei nº 14.133/2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 40/2020 e dos princípios de sustentabilidade previstos na Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos).

6.3. A solução contempla, de forma integrada, as seguintes funcionalidades e serviços:

- **Sistema informatizado de gestão de frotas**, com acesso remoto e interface amigável, para controle de abastecimentos, manutenções, quilometragem, desempenho e custos por veículo;
- **Gestão de abastecimento**, com utilização de meios de identificação eletrônica (como cartão, etiqueta RFID ou tecnologia equivalente), com registro automatizado por local, data, hora, tipo e quantidade de combustível;
- **Gestão de manutenções preventivas e corretivas**, com possibilidade de agendamento, controle de histórico e emissão de alertas de manutenção por tempo de uso ou quilometragem;
- **Rede credenciada de oficinas e postos de combustíveis**, localizados obrigatoriamente nas regiões de atuação dos órgãos participantes;
- **Emissão de relatórios gerenciais e dashboards**, permitindo o acompanhamento em tempo real de indicadores operacionais e financeiros;
- **Suporte técnico e operacional** contínuo, por meio de central de atendimento e canais de comunicação diretos com os usuários.

6.4. Justificativa técnica e econômica

6.4.1. Do ponto de vista técnico, a adoção de solução informatizada e integrada permite maior controle e rastreabilidade sobre a operação da frota, eliminando registros manuais, minimizando falhas humanas, reduzindo riscos de fraude e facilitando a auditoria dos dados. O histórico completo das ações sobre cada veículo, bem como a visibilidade centralizada das atividades, oferece suporte à tomada de decisões e à gestão estratégica da frota pública.

6.4.2. Do ponto de vista econômico, a gestão profissionalizada da frota, com uso de indicadores e controle automatizado, contribui diretamente para a redução de custos operacionais, por meio da prevenção de manutenções emergenciais, do combate ao uso indevido e da otimização do abastecimento. A contratação via Sistema de Registro de Preços ainda possibilita ganho de escala, padronização dos serviços e flexibilização no atendimento de múltiplos órgãos e entidades, reduzindo o custo administrativo da gestão contratual.

6.4.3. A escolha por empresa que já disponha de rede credenciada reduz a necessidade de infraestrutura própria e garante maior capilaridade no atendimento das unidades descentralizadas, promovendo maior eficiência logística.

6.5. Justificativa da classificação do objeto como Serviço Comum.

6.5.1. Os serviços de gestão de frota de veículos caracterizam-se como serviços comuns, uma vez que envolvem atividades padronizadas e amplamente ofertadas no mercado, cujas especificações podem ser objetivamente definidas no edital, sem necessidade de desenvolvimento específico ou soluções de natureza singular.

6.5.2. A execução contratual abrangerá serviços de gestão informatizada, controle de abastecimentos, manutenções preventivas e corretivas, atendimento de guincho, lavagens e suporte técnico, todos com padrões de desempenho e qualidade usuais na prática comercial. O Estudo Técnico Preliminar demonstra que existem empresas capacitadas para fornecer tais serviços mediante utilização de plataforma eletrônica de gestão integrada e rede credenciada de oficinas e postos, o que assegura padronização, comparabilidade de propostas e ampla competitividade.

6.5.3. Dessa forma, nos termos do artigo 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, o objeto enquadra-se como serviço comum, uma vez que suas características permitem especificação usual no mercado, com requisitos técnicos objetivos e resultados mensuráveis, não havendo inovação tecnológica, singularidade técnica ou necessidade de execução intelectual especializada.

6.6. Justificativa da classificação do Serviço como Continuado.

6.6.1. Os serviços de gestão de frota possuem natureza continuada, uma vez que envolvem atividades essenciais e ininterruptas de manutenção preventiva e corretiva, abastecimento, controle informatizado e suporte técnico, cuja interrupção acarretaria prejuízo direto à execução das atividades administrativas e finalísticas dos órgãos atendidos.

6.6.2. Neste ETP destaca-se que a prestação contratual deve ocorrer de forma contínua e rastreável, garantindo a disponibilidade permanente da frota e a eficiência operacional das unidades. Dessa forma, a contratação se enquadra como serviço continuado, nos termos do artigo 6º, inciso XXIII, da Lei nº 14.133/2021, por demandar execução sucessiva ao longo do tempo e estar vinculada à manutenção da atividade administrativa regular.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

- 7.1. Os quantitativos estimados para a contratação foram definidos com base na relação de veículos que estão descritos no Anexo 2 do Termo de Referência (Caderno de Especificações) - Item 7.15.
- 7.2. A estimativa de consumo foi definida com base em levantamentos prévios e históricos de utilização da frota, contemplando serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como fornecimento de peças e insumos necessários ao pleno funcionamento dos veículos oficiais.
- 7.3. Os quantitativos definidos possuem caráter meramente estimativo e destinam-se exclusivamente à formação dos preços de referência e à adjudicação da contratação, não se constituindo, por si só, em garantia ou expectativa de consumo mínimo.
- 7.4. Para a manutenção corretiva, em razão da imprevisibilidade dos serviços e materiais a serem aplicados, o valor da mão de obra será remunerado conforme o preço unitário da hora técnica contratada, observando-se o orçamento prévio e a autorização do fiscal do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços. Os materiais e peças utilizados serão reembolsados conforme as condições e valores aprovados na proposta e planilha de referência.
- 7.5. A contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, de modo que os itens e quantitativos registrados constituem mera expectativa de contratação, podendo ser acionados de forma parcelada e conforme a efetiva necessidade dos órgãos participantes, não havendo obrigação, por parte da Administração, de utilização total ou mínima dos quantitativos registrados.
- 7.6. Ao todo, foram definidos 14 pacotes de peças que atendem integralmente a frota composta pelos 30 veículos. A descrição detalhada dos pacotes encontram-se descritas no Anexo 2 do Termo de Referência (Caderno de Especificações) - Item 9.7
- 7.7. A estimativa das quantidades de combustíveis e dos serviços associados encontra-se descrita no Anexo 2 do Termo de Referência (Caderno de Especificações), no Item 8.
- 7.8. Os quantitativos foram apurados e validados por meio de consulta formal realizada junto aos órgãos demandantes, utilizando-se de comunicação eletrônica (e-mail).
- 7.9. Como referência, adotou-se o histórico de consumo e utilização do contrato anterior, devidamente ajustado para refletir a variação da frota de veículos atualmente em operação.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 970.749,34

- 8.1. O valor total estimado da presente contratação é de **R\$ 970.749,34 (novecentos e setenta mil, setecentos e quarenta e nove reais e trinta e quatro centavos.)** correspondente à estimativa anual consolidada dos serviços a serem executados, calculada com base nas quantidades médias previstas no processo.
- 8.2. As composições de preços e seus detalhamentos encontram-se devidamente descritos e registrado no processo no Anexo 1 do Caderno de Especificações (Planilha de Composição do Preço Estimado), documento SEI 56323869, de modo a garantir a rastreabilidade, a transparência e a consistência do processo de definição do valor estimado.
- 8.10. O valor estimado total da contratação de **R\$ 970.749,34 (novecentos e setenta mil, setecentos e quarenta e nove reais e trinta e quatro centavos.)** , correspondente à soma das estimativas individualizadas dos órgãos participantes. A discriminação dos valores estimados por órgão, apurada com base nas demandas informadas, encontra-se apresentada na tabela a seguir, a qual servirá de referência para a individualização dos compromissos financeiros no âmbito da execução contratual.

Item	Descrição/Especificação	CATSER	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Serviço de Gestão de Frotas - SRA/MS	25518	1	R\$ 54.394,00	R\$ 54.394,00

2	Serviço de Gestão de Frotas - SRTE/MS	25518	1	R\$ 565.331,67	R\$ 565.331,67
3	Serviço de Gestão de Frotas - SPU/MS	25518	1	R\$ 153.316,67	R\$ 153.316,67
4	Serviço de Gestão de Frotas - CGU/MS	25518	1	R\$ 131.205,33	R\$ 131.205,33
5	Serviço de Gestão de Frotas - PFN/MS	25518	1	R\$ 66.501,67	R\$ 66.501,67
Valor total estimando: novecentos e noventa e seis mil, cento e vinte reais e dezessete centavos.					R\$ 970.749,34

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Nos termos do §2º, incisos II e III, do art. 40 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que se mostrar técnica e economicamente vantajoso à Administração, e desde que não comprometa a economia de escala nem a eficiência da execução contratual.

9.2. Após análise da natureza do objeto, verificou-se que a gestão de frotas demanda padronização operacional, integração sistêmica e monitoramento centralizado. O fracionamento em grupos distintos poderia resultar na contratação de empresas diferentes, gerando múltiplas interfaces de controle, divergência de procedimentos e perda de uniformidade na execução do serviço.

9.3. A adoção do modelo unificado permite que todos os órgãos participantes utilizem a mesma solução informatizada, com controle único de abastecimento, manutenção, quilometragem, consumo e demais dados operacionais. Essa estrutura integrada reduz riscos de inconsistências de informação, facilita auditoria, amplia a rastreabilidade e viabiliza acompanhamento gerencial contínuo.

9.4. A contratação sem parcelamento também propicia economia de escala, pois concentra a demanda em um único fornecimento, possibilitando maior competitividade nas propostas, redução de custos administrativos e simplificação da fiscalização, evitando a necessidade de acompanhar contratos paralelos e distintos.

9.5. A gestão centralizada minimiza assimetrias de atendimento entre unidades, assegura padrões de qualidade homogêneos, amplia a capacidade de planejamento operacional e promove maior governança sobre os indicadores de desempenho do serviço contratado.

9.6. Dessa forma, conclui-se que o parcelamento, embora juridicamente possível, não se apresenta como a alternativa mais vantajosa. A solução única favorece uniformidade técnica, eficiência na execução, melhor controle dos serviços prestados e otimização dos recursos empregados.

9.7. Portanto, justifica-se a não adoção do parcelamento do objeto, optando-se pela contratação integral e centralizada, em conformidade com o art. 40, §2º, da Lei nº 14.133/2021, privilegiando economicidade, eficiência administrativa e desempenho operacional.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A presente contratação trata-se de uma solução autônoma, voltada exclusivamente à gestão da frota de veículos dos órgãos abrangidos, não estando vinculada a outros contratos complementares ou dependentes para sua execução. Sua estrutura operacional, seus insumos e seus resultados não dependem de articulação com outras contratações específicas, razão pela qual não se identifica qualquer relação de complementaridade ou continuidade com contratos correlatos já firmados ou planejados pela Administração.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento institucional da Superintendência Regional de Administração/MS, conforme diretrizes estabelecidas no Plano Anual de Contratações (PAC) sob nº 170106-49 /2025 nos termos do inciso IX do art. 7º da IN SEGES/ME nº 40/2020.

11.2. O objeto está devidamente registrado no PAC sob a categoria pertinente à gestão e manutenção de veículos, visando garantir a continuidade dos serviços administrativos essenciais e o adequado suporte logístico às unidades atendidas. A contratação contribui para a racionalização do uso da frota, o controle de despesas com combustível e manutenção, e a eficiência no gerenciamento dos veículos oficiais, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência e sustentabilidade que regem a Administração Pública.

11.3. A contratação também se alinha ao Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS MGI 2024-2026), atendendo aos objetivos de racionalização do uso de veículos oficiais, eficiência energética e redução de impactos ambientais, conforme Decreto nº 10.947/2022 e Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (AGU, 2025).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação dos serviços de gestão integrada de frotas busca promover ganhos diretos e indiretos à Administração Pública, com impactos positivos em termos de eficiência operacional, economicidade, controle gerencial e sustentabilidade.

12.2. Entre os principais benefícios almejados, destacam-se:

- Racionalização do uso da frota: por meio de controles automatizados e relatórios gerenciais, será possível otimizar a utilização dos veículos, evitando deslocamentos desnecessários, ociosidade e sobrecarga de determinados ativos;
- Redução de custos operacionais: o acompanhamento em tempo real de abastecimentos, manutenções e uso do veículo permite identificar desperdícios, práticas indevidas e oportunidades de economia, especialmente no consumo de combustível e reposição de peças;
- Melhoria na gestão dos recursos humanos: com a automação de processos e centralização de dados, reduz-se a carga de trabalho manual das equipes administrativas, liberando-as para atividades estratégicas e de maior valor agregado;
- Aumento da segurança e da rastreabilidade: a adoção de sistemas com monitoramento, controle de rotas e alertas de manutenção contribui para a preservação dos veículos e maior segurança dos servidores em trânsito;
- Desenvolvimento nacional sustentável: ao permitir melhor controle da manutenção preventiva e do consumo de combustível, a solução contribui para a redução da emissão de poluentes e do descarte prematuro de peças e veículos, alinhando-se às diretrizes de sustentabilidade ambiental.

12.3. Com esta contratação, objetiva-se a preservação do patrimônio público e o aumento da vida útil dos veículos, mantendo-os em perfeito estado de funcionamento, para o atendimento, com segurança, das demandas de operacionalização dos serviços de transporte para a locomoção de autoridades e servidores durante o desempenho de suas atividades funcionais, bem como de distribuição de expedientes e outras atividades para as quais é necessária a utilização de veículos oficiais e, conseqüentemente, a mitigação de prejuízos para o funcionamento das atividades inerentes, garantindo-se a execução dos serviços públicos.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para assegurar a adequada execução do contrato e o cumprimento das obrigações pactuadas, a Administração adotará, previamente à celebração contratual, as seguintes providências:

13.1.1 Designação formal da equipe de fiscalização e gestão contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133 /2021, com a definição de responsáveis pelas atividades de fiscalização técnica, administrativa e setorial;

13.1.2. Capacitação específica dos servidores designados para a fiscalização, com foco nos sistemas de controle de frota, nas funcionalidades da solução contratada (plataformas digitais, dashboards, relatórios gerenciais, etc.) e na aplicação das cláusulas contratuais, com vistas a garantir o efetivo acompanhamento da execução e a mitigação de riscos contratuais;

13.1.3. Acesso prévio à infraestrutura tecnológica necessária, como equipamentos de informática, conexão à internet, credenciais de acesso aos sistemas disponibilizados pela contratada e integração com eventuais sistemas internos da Administração, de modo a viabilizar a comunicação e o monitoramento dos serviços prestados;

13.1.4. Acesso prévio à infraestrutura tecnológica necessária, como equipamentos de informática, conexão à internet, credenciais de acesso aos sistemas disponibilizados pela contratada e integração com eventuais sistemas internos da Administração, de modo a viabilizar a comunicação e o monitoramento dos serviços prestados;

13.2. Tais providências visam garantir a efetividade da gestão contratual, promover a transparência, e permitir que os servidores atuem de forma técnica, preventiva e proativa na fiscalização da execução, em consonância com os princípios da eficiência, do controle e da boa governança pública.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 A contratação de serviços de gestão de frotas envolve a operação e manutenção de veículos automotores, atividades que podem acarretar impactos ambientais, especialmente relacionados à emissão de gases poluentes, consumo de combustíveis fósseis, descartes inadequados de resíduos automotivos (como óleos, filtros, pneus e peças) e utilização intensiva de recursos naturais.

14.2. Com o objetivo de mitigar esses riscos, serão adotadas as seguintes medidas:

14.2.1 Priorização da manutenção preventiva como estratégia central da gestão contratada, reduzindo falhas mecânicas, o consumo excessivo de combustível e o desgaste prematuro de componentes;

14.2.2. Controle sistemático do consumo de combustível e da emissão de poluentes, por meio de relatórios periódicos e indicadores ambientais, possibilitando intervenções corretivas e preventivas;

14.2.3. Exigência de descarte ambientalmente adequado de resíduos automotivos, conforme as normas da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), sendo responsabilidade da contratada a destinação correta de óleos usados, filtros, baterias, pneus e demais itens com potencial poluente;

14.2.4. Exigência de descarte ambientalmente adequado de resíduos automotivos, conforme as normas da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), sendo responsabilidade da contratada a destinação correta de óleos usados, filtros, baterias, pneus e demais itens com potencial poluente;

14.2.5. Avaliação do desempenho ambiental da gestão contratada, com possibilidade de inclusão de critérios de sustentabilidade no acompanhamento contratual.

14.3. Dessa forma, a Administração busca compatibilizar a necessidade do serviço com o compromisso institucional com o desenvolvimento nacional sustentável, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021, adotando medidas preventivas e corretivas para minimizar os impactos ambientais da operação da frota oficial.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. A contratação, por meio do Sistema de Registro de Preços, de empresa especializada na gestão de frota de veículos mostra-se viável e razoável, com base na análise dos seguintes parâmetros identificados nos Estudos Técnicos Preliminares:

15.1.1. Financeiro-econômico:

15.1.1.1 A adoção de sistema informatizado de gestão de frota possibilita maior transparência nos gastos e controle sobre consumo de combustível, serviços de manutenção e outros insumos. A previsão de geração de relatórios analíticos auxilia na identificação de desperdícios e permite adoção de medidas corretivas. Além disso, a contratação em formato de Sistema de Registro de Preços possibilita economia de escala e maior competitividade entre fornecedores, resultando em preços mais vantajosos para a Administração.

15.1.2. Técnico-operacional:

15.1.2.1. A centralização da gestão da frota sob responsabilidade de empresa especializada permite padronizar procedimentos, automatizar controles, monitorar o uso dos veículos em tempo real e adotar indicadores de desempenho. Isso favorece a identificação de desvios, o planejamento de manutenções preventivas e a tomada de decisões com base em dados consistentes, assegurando maior controle e disponibilidade da frota.

15.1.3. Logístico:

15.1.3.1. A logística da gestão de frota envolve múltiplos pontos de atendimento, controle de abastecimento, acionamento de guinchos, agendamento de manutenções e substituição de veículos. A terceirização dessa atividade por meio de uma solução integrada melhora o tempo de resposta, evita deslocamentos desnecessários e reduz o tempo de inatividade dos veículos, otimizando os recursos disponíveis.

15.1.4. Legal e normativa:

15.1.4.1. A contratação atende aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, conforme preconizados pela Lei nº 14.133/2021. Além disso, respeita a IN nº 40/2020 quanto à necessidade de estudos prévios, justificação da solução e viabilidade da contratação. A adoção do SRP também assegura flexibilidade para atender demandas futuras e de diferentes unidades, de acordo com a regulamentação vigente.

15.1.5. Sustentabilidade ambiental:

15.1.5.1. O controle centralizado do uso da frota permite a racionalização do consumo de combustíveis fósseis, evitando deslocamentos desnecessários e incentivando o uso consciente dos veículos. O acompanhamento de indicadores ambientais, como emissões de CO₂, pode ser incorporado ao sistema de gestão como ferramenta de monitoramento da sustentabilidade, alinhando-se à política de responsabilidade socioambiental da Administração Pública.

15.1.6. Recursos humanos:

15.1.6.1. A contratação reduz a carga administrativa e operacional sobre os servidores públicos, que atualmente desempenham atividades de controle de frota de forma descentralizada e manual. Ao liberar os servidores dessas tarefas operacionais, permite-se maior dedicação às atividades finalísticas dos órgãos, resultando em melhor aproveitamento da força de trabalho.

15.2. Diante dos aspectos técnicos, econômicos, logísticos, legais, ambientais e administrativos apresentados, conclui-se que a contratação é viável e razoável, sendo a alternativa mais adequada para atender às necessidades da Administração de forma eficiente, sustentável e economicamente vantajosa.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JORGE YABUSAME

Agente de contratação

WYLLIANS VERISSIMO DA SILVA

Integrante administrativo - SRA/MS

RAFAEL FONTES FERNANDES

Equipe de planejamento - CGU/MS

ISMAEL FERREIRA DE ARRUDA

Equipe de planejamento - SRTE/MS

PAULO RICARDO CONDI

Equipe de planejamento - SPU/MS

NEIDE CRISTINA LIMA MACHADO

Equipe de planejamento - PFN/MS



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria de Serviços Compartilhados
Diretoria de Contratações e Unidades Descentralizadas
Superintendência Regional de Administração no Estado do Mato Grosso do Sul
Serviço de Administração e Logística
Equipe de Planejamento de Contratação

SERVIÇOS COMUNS
(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11597.000350/2025-96)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90011/2025
ANEXO 2 TR - CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES

1. OBJETO

1.1. Contratação, por meio do Sistema de Registro de Preços, de empresa especializada na gestão de frota de veículos para atendimento às demandas dos seguintes órgãos: Superintendência Regional de Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos no Estado do Mato Grosso do Sul (SRA/MS), Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Mato Grosso do Sul (SRTE/MS), Superintendência do Patrimônio da União no Mato Grosso do Sul (SPU/MS), Controladoria-Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul (CGU/MS) e Procuradoria da Fazenda Nacional no Mato Grosso do Sul (PFN/MS).

2. APRESENTAÇÃO

2.1. O presente Caderno de Especificações estabelece os requisitos técnicos e operacionais para a prestação de serviços de GESTÃO DE FROTA DE VEÍCULOS, por meio de sistema informatizado, compreendendo a intermediação, o controle e o registro das operações de abastecimento, manutenção, lavagem, socorro mecânico e demais serviços correlatos, executados por estabelecimentos integrantes da REDE CREDENCIADA da CONTRATADA, destinados ao atendimento dos órgãos participantes abaixo relacionados, observadas as diretrizes, limites e justificativas constantes dos artefatos que integram o processo de contratação:

- a) Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul (SRA/MS) - Rua Pimenta Bueno, 139 - Campo Grande - MS.
- b) Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul (SRTE/MS) - Rua 13 de Maio, 3214 - Campo Grande - MS.
- c) Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Mato Grosso do Sul (SPU/MS) - Rua Joaquim Murtinho, 65 - Campo Grande - MS.
- d) Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul (CGU/MS) - Rua Pimenta Bueno, 139 - Campo Grande - MS.
- e) Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado de Mato Grosso do Sul (PFN/MS) - Av. Desemb. Leão Neto do Carmo, 3 - Campo Grande - MS.

3. DEFINIÇÕES

- 3.1. **Abastecimento:** Ato de fornecer combustível ao veículo, normalmente controlado por sistema informatizado com registro de data, hora, local, tipo e quantidade abastecida;
- 3.2. **Agente fiscalizador:** Servidor designado para acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços, conforme competências definidas no contrato e no Decreto nº 11.246/2022;
- 3.3. **Autorização prévia:** Procedimento pelo qual a fiscalização valida previamente a execução de determinado serviço ou despesa, especialmente em manutenções preventivas ou corretivas;
- 3.4. **Base de dados da frota:** Conjunto estruturado de informações cadastrais, operacionais e financeiras dos veículos, usuários e transações, mantido no sistema informatizado;
- 3.5. **Bloqueio de veículo:** Funcionalidade do sistema que impede temporária ou definitivamente a realização de abastecimentos ou serviços em determinado veículo;
- 3.6. **Cartão microprocessado:** Cartão com chip utilizado para controle e pagamento de despesas da frota (combustível, manutenção, etc.), vinculado a sistema informatizado;
- 3.7. **Catálogo homologado de peças e serviços:** Relação previamente aprovada pela fiscalização contendo peças, insumos e serviços autorizados, com parâmetros de qualidade e valores de referência;
- 3.8. **Central de atendimento:** Estrutura disponibilizada pela contratada para suporte técnico e operacional aos usuários e à fiscalização, por telefone, e-mail ou sistema eletrônico;
- 3.9. **Checklist de veículos:** Lista de verificação usada para registrar o estado de conservação e funcionamento do veículo em inspeções periódicas;
- 3.10. **Controle de frota:** Conjunto de funcionalidades do sistema informatizado que permite o registro, a autorização, o bloqueio, o acompanhamento e a auditoria das operações realizadas com os veículos da frota, assegurando a rastreabilidade das transações, a conformidade com as autorizações emitidas e o suporte à fiscalização contratual.
- 3.11. **Dashboard (Painel Gerencial):** Painel visual interativo que exibe indicadores e dados operacionais, como consumo de combustível, custos, quilometragem e desempenho dos veículos, etc;
- 3.12. **Desmobilização de veículo:** Processo de retirada definitiva do veículo da frota ativa, geralmente por motivo de obsolescência, baixa ou sinistro;
- 3.13. **Etiqueta RFID (Radio Frequency Identification):** dispositivo eletrônico que permite identificação do veículo por Rádio Frequência dispensando contato físico ou digitação manual;
- 3.14. **Frota oficial:** Conjunto de veículos pertencentes ou utilizados por órgão público para a execução de suas atividades;
- 3.15. **Gestão de frota:** Atividade administrativa de planejamento, controle, monitoramento e intermediação das operações relacionadas ao uso, abastecimento, manutenção e demais serviços vinculados à frota, executados por estabelecimentos integrantes da rede credenciada;
- 3.16. **Gestor do contrato:** Agente público responsável pela coordenação da execução contratual, acompanhamento global do desempenho e interface institucional com a contratada;
- 3.17. **Guincho/Socorro mecânico:** Serviço de remoção de veículo em caso de pane ou acidente, contratado para atender emergências com a frota;
- 3.18. **Histórico de manutenção:** Registro cronológico dos serviços realizados em cada veículo, incluindo datas, quilometragem, peças substituídas e valores;
- 3.19. **Indicadores de desempenho (SLA / IMR):** Métricas utilizadas para mensurar a qualidade, eficiência e tempestividade dos serviços prestados, como tempo de atendimento e disponibilidade do sistema;

- 3.20. **Lavagem veicular:** Serviço de limpeza interna e/ou externa dos veículos da frota, realizado em estabelecimentos credenciados;
- 3.21. **Manutenção corretiva:** Reparos realizados nos veículos quando já houve falha ou defeito;
- 3.22. **Manutenção preventiva:** Serviços realizados de forma planejada e periódica com o objetivo de evitar falhas e prolongar a vida útil do veículo;
- 3.23. **Oficina credenciada:** Estabelecimento previamente autorizado e vinculado ao sistema de gestão para realização de serviços de manutenção;
- 3.24. **Orçamento técnico:** Documento elaborado pelo estabelecimento integrante da rede credenciada contendo diagnóstico do veículo, descrição dos serviços necessários e estimativa de custos, registrado no sistema informatizado da contratada e submetido à aprovação da fiscalização.
- 3.25. **Ordem de serviço (OS):** Documento que formaliza a solicitação e a execução de serviço em um veículo;
- 3.26. **Pane mecânica:** Falha inesperada que impede o funcionamento normal do veículo, demandando atendimento emergencial ou socorro mecânico;
- 3.27. **Planejamento de rotas:** Funcionalidade acessória do sistema informatizado destinada à organização e ao registro de deslocamentos dos veículos, quando utilizada pela contratante, com o objetivo de subsidiar análises de uso da frota, sem caracterizar obrigação de otimização logística ou de redução de custos pela contratada.;
- 3.28. **Preposto da contratada:** Representante formal da empresa responsável pelo contato direto com a fiscalização e pelo acompanhamento operacional do contrato;
- 3.29. **Quilometragem controlada:** Registro e acompanhamento da distância percorrida por cada veículo da frota, para controle de uso e manutenção;
- 3.30. **Rastreabilidade:** Capacidade do sistema de identificar e registrar todas as etapas das operações da frota, com dados de veículo, usuário, local, data e valores;
- 3.31. **Rede credenciada:** Conjunto de postos de combustíveis, oficinas, lavagens e prestadores de serviços vinculados ao sistema de gestão da contratada;
- 3.32. **Relatório de utilização:** Documento que reúne informações consolidadas sobre o uso dos veículos (viagens, quilometragem, consumo, manutenções, etc.);
- 3.33. **Relatório técnico circunstanciado:** Documento detalhado que descreve a situação do veículo, diagnóstico, justificativa técnica e proposta de intervenção;
- 3.34. **Sistema informatizado de gestão de frota:** Plataforma digital que permite o controle e acompanhamento de todas as operações da frota, como abastecimento, manutenção, uso e documentação;
- 3.35. **Sistema de registro de preços (SRP):** Instrumento utilizado para contratação da solução de gestão de frotas, permitindo contratações futuras conforme demanda;
- 3.36. **Socorro emergencial:** Atendimento imediato ao veículo em situação de pane ou sinistro, incluindo suporte mecânico e remoção por guincho;

4. **NORMAS E REGULAMENTAÇÕES APLICÁVEIS**

4.1. A presente contratação está subordinada às normas e diretrizes previstas no ordenamento jurídico vigente, especialmente no que se refere à legislação de compras públicas, à gestão contratual e à prestação de serviços continuados com uso de tecnologia. Aplicam-se, de forma direta ou subsidiária, as seguintes normas e regulamentações:

- a) **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:** Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que estabelece normas gerais para licitação e contratação no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- b) **Decreto nº 11.246, de 28 de outubro de 2022:** Regulamenta dispositivos da Lei nº 14.133/2021 no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, especialmente no que se refere às competências do gestor e dos fiscais do contrato, bem como aos mecanismos de acompanhamento e controle da execução contratual;
- c) **Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002:** Aplicam-se de forma subsidiária e no que couber, exclusivamente para suprir eventuais lacunas procedimentais, desde que compatíveis com a Lei nº 14.133/2021 e com os regulamentos que a disciplinam no âmbito da Administração Pública federal.
- d) **Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013** – No que for compatível com a nova legislação, em especial no que se refere à operacionalização do Sistema de Registro de Preços;
- e) **Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019** – Dispõe sobre o Sistema de Registro de Preços no âmbito da Administração Pública federal, no que couber;
- f) **Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 5 de agosto de 2020:** Estabelece regras para a contratação de serviços sob o regime de execução indireta, com foco em gestão de resultados e desempenho, no que for compatível com a Lei nº 14.133/2021;
- g) **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018:** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), aplicável ao tratamento de dados pessoais de condutores, usuários, gestores e registros operacionais mantidos no sistema informatizado de gestão de frota;
- h) **Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022:** Institui o Plano Nacional de Logística Sustentável no âmbito da Administração Pública federal, no que se refere à mobilidade, uso racional de recursos, eficiência operacional e redução de impactos ambientais;
- i) **Portarias e normas internas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos:** Especialmente aquelas relacionadas à gestão de frota e à governança logística;
- j) **Normas técnicas e regulamentações específicas aplicáveis ao setor de transportes terrestres e manutenção veicular,** como as estabelecidas pelo Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, Secretaria Nacional de Trânsito – SENATRAN, Agência Nacional do Petróleo – ANP, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO e outros órgãos competentes;
- k) **Diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS)** dos órgãos envolvidos, no que se refere à mobilidade, uso racional de recursos e controle de emissões.
- l) **Lei nº 12.305/2010:** Política Nacional de Resíduos Sólidos

4.2. Eventuais atualizações legais ou normativas publicadas durante a vigência do contrato deverão ser observadas e incorporadas, respeitando-se o equilíbrio econômico-financeiro da contratação.

5. **LOCAIS DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DA REDE CREDENCIADA**

5.1. Os serviços objeto da presente contratação serão executados pelos estabelecimentos integrantes da rede credenciada da CONTRATADA, cabendo a esta a gestão administrativa, operacional e financeira das transações realizadas no âmbito do sistema informatizado de gestão da frota.

- 5.2. Eventuais atendimentos fora do Estado de Mato Grosso do Sul poderão ocorrer exclusivamente em situações de deslocamento previamente autorizado pela Administração, não caracterizando obrigação de cobertura nacional permanente por parte da CONTRATADA.
- 5.3. A CONTRATADA deverá assegurar a disponibilidade de rede credenciada de estabelecimentos aptos à execução dos serviços previstos neste Caderno de Especificações, observadas as condições de viabilidade técnica, econômica e operacional de cada localidade.
- 5.4. Nos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul que possuam infraestrutura local compatível com os serviços demandados, a CONTRATADA deverá assegurar a existência de rede credenciada composta, preferencialmente, por ao menos um posto de combustível e uma oficina multimarcas aptos à prestação dos serviços previstos nesta contratação.
- 5.5. Nos municípios em que não exista infraestrutura local compatível com os serviços demandados, o atendimento poderá ser realizado por estabelecimento localizado em município limítrofe ou próximo, preferencialmente a uma distância de até 50 km, desde que observados os prazos máximos de atendimento estabelecidos neste Caderno de Especificações.
- 5.6. A CONTRATADA não é obrigada a possuir rede credenciada previamente constituída em todos os municípios no momento da contratação, devendo, entretanto, assegurar o credenciamento dos estabelecimentos necessários à adequada execução dos serviços no prazo máximo estabelecido neste Caderno de Especificações, contado da assinatura do contrato ou da solicitação da Administração.
- 5.7. O credenciamento de novos estabelecimentos deverá ocorrer de forma contínua sempre que identificada necessidade operacional ou interesse da Administração, devendo a CONTRATADA manter permanentemente atualizada, no sistema informatizado de gestão da frota, a relação completa da rede credenciada.
- 5.8. A rede credenciada deverá permanecer disponível para consulta pela fiscalização durante toda a vigência do contrato, incluindo a identificação dos estabelecimentos, localização, tipo de serviço prestado e demais informações relevantes ao acompanhamento da execução contratual.
- 5.9. As especificações e exigências técnicas descritas nesta seção têm como base as justificativas constantes do Estudo Técnico Preliminar, item 4.7.1, que instrui o presente processo, o qual integra este documento para todos os efeitos.

6. ESCOPO E NÃO ESCOPO DOS SERVIÇOS

6.1. Escopo dos Serviços

- 6.1.1. A presente contratação tem por objeto a prestação contínua de SERVIÇOS DE GESTÃO DE FROTA, por meio de sistema informatizado integrado via internet, com tecnologia de pagamento por cartão microprocessado, abrangendo a intermediação, controle, autorização e registro das seguintes operações realizadas por estabelecimentos integrantes da rede credenciada:
- a) fornecimento de combustíveis;
 - b) serviços de lavagem veicular;
 - c) serviços de manutenção preventiva e corretiva;
 - d) fornecimento de peças e insumos automotivos;
 - e) serviços de socorro mecânico e guincho.
- 6.1.2. Não se incluem no escopo desta contratação:
- a) Aquisição ou substituição de veículos por parte da contratada;
 - b) Custos relacionados a seguros dos veículos (obrigatório ou facultativo), que permanecem sob responsabilidade da contratante;
 - c) Multas por infrações de trânsito e quaisquer penalidades legais atribuíveis à condutora ou ao condutor do veículo;
 - d) Instalação de equipamentos adicionais não homologados (ex: rastreadores, bloqueadores, sirenes, etc.);
 - e) Serviços de transporte de passageiros ou bens que exijam contratação específica (como fretamento ou transporte terceirizado);
 - f) Serviços prestados fora do território do Estado de Mato Grosso do Sul, salvo em casos de deslocamentos previamente autorizados;
 - g) Qualquer despesa que não esteja prevista nos limites do contrato ou que não tenha sido expressamente autorizada pela contratante.

7. FLUXO DE DEMANDAS

- 7.1. O presente item tem por objetivo estabelecer o fluxo de solicitação, acompanhamento, atendimento e encerramento de demandas relacionadas ao abastecimento, lavagem, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, socorro mecânico e guincho dos veículos oficiais vinculados aos órgãos participantes do processo: SRA/MS, SRTE/MS, SPU/MS, CGU/MS e PFN/MS.
- 7.1.1. As solicitações serão formalizadas pela Contratante por meio da emissão de Ordens de Serviço ou acionamento via sistema informatizado disponibilizado pela Contratada.
- 7.2. Agentes
- 7.2.1. Considera-se a constituição de comissão de fiscalização do contrato, com os seguintes agentes, conforme competências estabelecidas pelo Decreto nº 11.246/2022:
- 7.2.1.1. Gestor do Contrato;
 - 7.2.1.2. Fiscal Técnico;
 - 7.2.1.3. Fiscais Setoriais;
 - 7.2.1.4. Fiscal Administrativo.
- 7.2.2. Para fins deste fluxo, considera-se como **preposto** o representante da Contratada responsável pelo contato direto com a Fiscalização, podendo ser supervisor de frota, analista técnico, encarregado de atendimento ou equivalente, a ser definido conforme a estrutura organizacional da empresa contratada.
- 7.3. Fluxo de atendimento:
- 7.3.1. Serviços de abastecimento, lavagem e atendimento programado:
- 7.3.1.1. As solicitações poderão ocorrer por meio de cartão com chip entregue aos condutores autorizados, vinculados ao sistema informatizado da contratada.
 - 7.3.1.2. As transações deverão ser registradas automaticamente no sistema informatizado no momento de sua realização, ficando imediatamente disponíveis para consulta pela Fiscalização. Na hipótese de indisponibilidade temporária de conexão ou falha sistêmica, o registro

deverá ocorrer tão logo restabelecida a comunicação, preferencialmente no prazo máximo de até 2 (duas) horas.

7.3.1.3. Caso, por motivo técnico devidamente justificado, não seja possível realizar o registro no prazo indicado no subitem anterior, a Contratada deverá proceder à regularização do registro tão logo cessada a ocorrência, apresentando à Fiscalização justificativa fundamentada para o atraso.

7.3.1.4. Em caso de falhas operacionais, o preposto da contratada deverá ser acionado para regularização imediata.

7.3.2. **Execução dos serviços de manutenção**

7.3.2.1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo diagnóstico técnico, elaboração de orçamento e execução de reparos, serão realizados pelos estabelecimentos integrantes da rede credenciada da Contratada.

7.3.2.2. A vistoria técnica e a elaboração do Relatório Técnico Circunstanciado deverão ser realizadas pelo estabelecimento integrante da rede credenciada responsável pelo atendimento, cabendo à Contratada registrar o relatório no sistema informatizado e disponibilizá-lo à fiscalização.

7.3.2.3. A Contratada permanecerá responsável perante a Contratante pela adequada prestação dos serviços realizados por sua rede credenciada, inclusive quanto à regularidade do atendimento, prazos e conformidade com as autorizações emitidas.

7.3.3. **Manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças**

7.3.3.1. A solicitação poderá ser feita pela fiscalização, por meio de Ordem de Serviço ou diretamente no sistema informatizado da contratada.

7.3.3.2. Quando necessária a realização de manutenção preventiva ou corretiva, a Contratada deverá encaminhar a demanda à rede credenciada para realização de vistoria técnica no veículo. A oficina credenciada deverá elaborar Relatório Técnico Circunstanciado contendo diagnóstico, plano de serviço e, quando aplicável, orçamento detalhado.

7.3.3.3. O relatório técnico e o respectivo orçamento deverão ser inseridos no sistema informatizado da Contratada para análise da Fiscalização, preferencialmente no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contado da solicitação registrada ou da entrada do veículo no estabelecimento credenciado.

7.3.3.4. Na hipótese de impossibilidade de atendimento do prazo indicado no item anterior, a Contratada deverá apresentar justificativa fundamentada à Fiscalização.

7.3.3.5. A autorização prévia da Fiscalização constitui regra geral para a execução dos serviços. Após a disponibilização do Relatório Técnico Circunstanciado e do respectivo orçamento no sistema informatizado, a Fiscalização procederá à análise e deliberação no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, salvo nos casos que demandem avaliação técnica mais complexa, devidamente justificada.

7.4. **Socorro mecânico e guincho (atendimento emergencial)**

7.4.1. O acionamento será feito diretamente pela unidade demandante ou condutor autorizado, via telefone, aplicativo ou sistema próprio da contratada.

7.4.2. O atendimento deverá ocorrer no menor tempo possível, conforme limites contratuais estabelecidos para áreas urbanas e rodoviárias.

7.5. **Prazos**

7.5.1. Demandas emergenciais (ex: socorro, guincho, falhas críticas em veículos em uso):

7.5.1.1. O tempo máximo de resposta para atendimento emergencial deverá ser de até 2 horas, contadas a partir do registro da solicitação no sistema informatizado, correspondendo ao prazo máximo para a chegada da equipe de atendimento, do guincho ou do prestador credenciado ao local da ocorrência, salvo situações de força maior devidamente justificadas.

7.5.2. Manutenção corretiva com orçamento:

7.5.2.1. Elaboração do relatório técnico e orçamento: até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da demanda;

7.5.2.2. Aprovação do orçamento pela fiscalização: até 2 (dois) dias úteis após o recebimento;

7.5.2.3. Execução do serviço: até 5 (cinco) dias úteis após a aprovação do orçamento.

7.5.3. Os prazos poderão ser revistos pela Fiscalização, mediante justificativa técnica, em razão de condições locais ou situações excepcionais devidamente registradas.

7.6. **Acompanhamento**

7.6.1. O sistema informatizado da contratada deverá manter registro detalhado de cada demanda, com os seguintes marcos obrigatórios:

7.6.1.1. data e hora da solicitação

7.6.1.2. status do atendimento (em análise, aprovado, em execução, concluído)

7.6.1.3. histórico de movimentações

7.6.1.4. encerramento e avaliação da execução

7.7. **Encerramento**

7.7.1. Concluído o atendimento, fica sob responsabilidade da contratada registrar no sistema o encerramento da demanda e solicitar à fiscalização a validação da respectiva Ordem de Serviço.

7.7.2. Após validação, os dados serão consolidados no relatório mensal de prestação de contas.

7.8. **Descrição detalhada dos métodos, rotinas e procedimentos**

7.8.1. As obrigações geradas pela execução do contrato serão exigidas da empresa eventualmente contratada, imputando-se à mesma as responsabilidades e as penalidades pelas obrigações não cumpridas. Os sistemas da empresa contratada para o serviço contínuo de controle de abastecimento e para o serviço contínuo de de gestão de frotas de veículos automotivos deverão permitir o bloqueio e o desbloqueio dos veículos cadastrados no sistema a pedido da Contratante;

7.8.2. Os sistemas tecnológicos de autogestão disponibilizados por meio de site operacional de navegação deverão permitir a extração de informações pertinentes ao objeto contratual à Contratante, por meio da emissão de relatórios gerenciais, conforme decisão do Gestor do Contrato. O referido sistema deve propiciar o acompanhamento de todas as operações em andamento, avaliação dos orçamentos, bem como novas solicitações de serviços. O sistema deverá, também, interagir com os usuários, gestores da frota e prestadores de serviço, respeitando os níveis de acesso determinados pela Contratante.

7.8.3. A Contratada para a prestação dos serviços ficará impedida de usar os dados em seu poder, bem como repassá-los a terceiros, por qualquer meio, sem autorização prévia e por escrito da Administração do Contratante.

7.8.4. Compete à Contratada providenciar, sempre que solicitado pela Contratante e no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da emissão da respectiva solicitação, o credenciamento de algum novo estabelecimento parceiro, sempre que o atendimento não esteja sendo considerado satisfatório, ou caso os preços praticados pelas empresas constantes das redes credenciadas não estejam dentro dos limites usuais do mercado, ou ainda, por quaisquer outras questões técnicas ou operacionais, sob o risco de implicar em descumprimento contratual e da aplicação das sanções cabíveis.

7.8.5. Todos os estabelecimentos integrantes das redes credenciadas da Contratada para o serviço contínuo de controle de abastecimento e para o serviço contínuo de gestão de frotas de veículos automotivos deverão ser por esta respectivamente reembolsados, inexistindo quaisquer vínculos ou obrigações financeiras entre a Contratante e tais prestadores de serviço.

7.8.6. A contratada deverá garantir a segurança lógica, a confidencialidade, a disponibilidade e o controle de acesso aos sistemas informatizados utilizados na execução do contrato, observadas, no mínimo, as seguintes exigências:

- a) o acesso ao sistema deverá ocorrer mediante autenticação individualizada, com uso de credenciais pessoais e intransferíveis, observados os perfis e níveis de permissão definidos pela contratante;
- b) o sistema deverá permitir o bloqueio, desbloqueio, cancelamento e redefinição de acessos de usuários, de forma imediata, sempre que solicitado pela fiscalização ou pela gestão do contrato;
- c) todas as operações realizadas no sistema deverão ser registradas em trilhas de auditoria, contendo identificação do usuário, data, hora e ação executada, de modo a possibilitar a rastreabilidade completa das operações;
- d) contratada deverá adotar medidas de segurança compatíveis com a legislação vigente, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, vedada a utilização ou o compartilhamento de dados para fins estranhos à execução do contrato, sem autorização expressa da contratante;
- e) o sistema deverá apresentar disponibilidade contínua, 24 horas por dia e 7 dias por semana, admitidas interrupções programadas previamente comunicadas à contratante, sem prejuízo da continuidade da prestação dos serviços;
- f) eventuais falhas de segurança, indisponibilidades ou acessos indevidos deverão ser comunicados imediatamente à contratante, acompanhados das medidas corretivas adotadas.

7.8.7. A CONTRATADA será responsável pela gestão administrativa, operacional e tecnológica do sistema de gerenciamento da frota, bem como pela coordenação e administração da rede credenciada responsável pela execução dos serviços previstos nesta contratação.

7.8.8. Os sistemas disponibilizados pela Contratada devem ser compatíveis com o sistema operacional compatível com navegadores suportados e atualizados, navegadores e ferramentas de escritório padrões Microsoft, sendo de responsabilidade das proponentes quaisquer softwares adicionais necessários ao seu acesso.

7.8.9. Os sistemas deverão viabilizar o controle de produtos e serviços contratados, com crítica de consistência aos lançamentos efetuados e a segurança de utilização, devendo estas informações estarem disponíveis para consulta na web imediatamente após realizada a transação.

7.8.10. As operações realizadas nas plataformas da Contratada deverão disponibilizar, no mínimo, as seguintes informações individuais:

- a) Base de gerenciamento;
- b) Placa e demais dados de identificação;
- c) Município / UF / Estabelecimento;
- d) Data e hora;
- e) Tipo de operação;
- f) Origem;
- g) Produto adquirido ou serviço prestado;
- h) Quantidade;
- i) Valor da operação por veículo;
- j) Identificação do responsável pelo abastecimento ou serviço;
- k) Marcação da quilometragem / horímetro do veículo;
- l) Valor unitário do produto;
- m) Valor da compra ou do serviço;

7.8.11. A Contratada deverá fornecer modelo de dados atualizado do banco de dados.

7.8.12. A Contratada deverá garantir os produtos fornecidos e os serviços executados que forem demandados para a satisfação do objeto contratual pelas suas redes credenciadas, sem qualquer ônus adicional para a Contratante, desde que seja comprovada a ocorrência de vício ou de falha nos produtos fornecidos e/ou serviços realizados.

7.8.13. Qualquer custo proveniente da administração da garantia, tais como fretes, impostos, serviços de reparação, despesas com deslocamento de equipes e comunicação, entre outros, correrá por conta e responsabilidade da Contratada, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

7.8.14. Os produtos ou serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos de forma imediata e às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.8.15. A remuneração da Contratada pela prestação dos serviços de gerenciamento da frota será apurada mediante aplicação da taxa de administração adjudicada na licitação sobre o valor total das transações registradas no sistema informatizado de gestão da frota, correspondentes aos abastecimentos e aos serviços de manutenção efetivamente realizados pela rede credenciada no período de faturamento.

7.8.15.1. Para fins de cálculo da taxa de administração, considera-se como valor das transações o montante correspondente aos produtos e serviços efetivamente fornecidos pelos estabelecimentos integrantes da rede credenciada, conforme registros constantes do sistema informatizado de gestão da frota.

7.8.15.2. A taxa de administração poderá assumir valor positivo, nulo ou negativo, conforme proposta apresentada pela licitante vencedora, aplicando-se uniformemente sobre o valor das transações registradas no período.

7.8.15.3. A eventual taxa negativa caracteriza desconto aplicado sobre o valor das transações realizadas, não alterando a responsabilidade da Contratada pela gestão operacional e administrativa da rede credenciada.

7.8.16. A Contratante não fornecerá à Contratada quaisquer materiais, equipamentos, mão de obra, ou outros meios para a execução do objeto.

- 7.8.17. A Contratada arcará com todo o ônus necessário à completa execução dos serviços de que trata o Termo de Referência.
- 7.8.18. Não será permitida a divulgação dos serviços relacionados no presente termo pela Contratada sem prévia anuência da Contratante.
- 7.8.19. As informações geradas a partir da execução dos serviços contratados, serão de propriedade da Contratante.
- 7.8.20. Todo o investimento necessário à implantação dos sistemas utilizados para os serviços constantes da pretendida contratação (serviço de gestão de frotas de veículos), como a instalação dos equipamentos de leitura, softwares de gravação e transmissão de dados, credenciamento da rede, manutenção do sistema e treinamento de pessoal, fornecimento de manuais de operação e tudo mais que se fizer necessário para o bom funcionamento e operação do sistema, será de responsabilidade da Contratada, cuja previsão de cobertura está incluída na taxa de administração estabelecida no instrumento contratual a ser assinado para cada serviço contratado, não cabendo nenhum ônus adicional à Contratante e não sendo permitida qualquer alegação de incompatibilidade com os sistemas de informática utilizados pelo contratante.
- 7.8.21. Para a implantação dos sistemas utilizados para os serviços constantes da pretendida contratação, serviço de controle de abastecimento e serviço de gestão de frotas de veículos automotivos veículos, não poderá ocorrer modificação ou instalação de equipamentos nos veículos.
- 7.8.22. Sempre que solicitado, fica sob responsabilidade da contratada ministrar treinamento inaugural a gestores ou fiscais indicados pela Contratante que estarão diretamente envolvidos na utilização dos sistemas de informação a serem disponibilizados para cada serviço a ser contratado, sem qualquer custo adicional a ser faturado, sob pena de sanção em caso de descumprimento. Quando da alteração de funcionalidades que afetem diretamente a operação, o nivelamento de conhecimento poderá ser aplicado por meio de treinamento presencial ou ferramenta eletrônica capaz de suprir necessidade.
- 7.8.23. Compete à Contratada manter serviço de Central de Atendimento para prover suporte técnico operacional disponível 24 horas por dia, inclusive aos finais de semana e feriados, através de atendimento via correio eletrônico (e-mail) ou de telefonia para solução de inconsistências técnicas apresentadas nos serviços, sob risco de sanção contratual em caso de descumprimento.
- 7.8.24. A Contratada será responsável pela gestão operacional, administrativa e financeira da rede credenciada utilizada na execução do objeto contratual, inclusive quanto aos repasses decorrentes das operações realizadas pelos estabelecimentos credenciados, não respondendo a Administração, em nenhuma hipótese, solidária ou subsidiariamente por tais obrigações.
- 7.8.25. Compete exclusivamente à Contratada estabelecer, no âmbito de suas relações comerciais privadas com os estabelecimentos integrantes da rede credenciada, as condições de faturamento, repasse e liquidação financeira decorrentes das operações realizadas no sistema de gestão da frota.
- 7.8.25.1. A gestão dos repasses financeiros entre a Contratada e os estabelecimentos credenciados constitui relação de natureza privada, não cabendo à Administração interferir nas condições comerciais pactuadas entre essas partes.
- 7.8.25.2. Sem prejuízo do disposto no subitem anterior, a Contratada deverá assegurar a regularidade da rede credenciada e a continuidade da prestação dos serviços, adotando as medidas necessárias para evitar interrupções decorrentes de questões operacionais ou financeiras.
- 7.8.25.3. A emissão de documentos fiscais pelos estabelecimentos integrantes da rede credenciada deverá ocorrer em nome da Contratada, responsável pela intermediação financeira das operações realizadas no sistema de gestão de frota. A Contratada, por sua vez, realizará o faturamento consolidado à Contratante, correspondente ao valor das transações registradas no período de apuração, acrescido ou deduzido da taxa de administração contratada.

7.9. **Manutenção Veicular**

- 7.9.1. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva previstos nesta seção serão executados pelos estabelecimentos integrantes da rede credenciada da CONTRATADA, cabendo a esta a gestão, o controle e o registro das operações no sistema informatizado.
- 7.9.2. A análise técnica das necessidades de manutenção, o diagnóstico dos veículos e a execução dos serviços são de responsabilidade do estabelecimento integrante da rede credenciada responsável pelo atendimento, observadas as normas técnicas aplicáveis e as recomendações dos fabricantes dos veículos.
- 7.9.3. Compete à CONTRATADA a gestão administrativa, operacional e tecnológica do sistema informatizado de gerenciamento da frota, incluindo a intermediação, o registro, o controle e a autorização das operações realizadas no âmbito da rede credenciada.
- 7.9.4. A Contratada deverá credenciar e tornar disponível, mediante solicitação da Contratante, outros estabelecimentos para manutenção preventiva e corretiva dos veículos da Contratante, em todo o estado do Mato Grosso do sul, conforme apresentado nos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo 1 do Termo de Referência, e sempre que houver interesse da Contratante, observados os critérios estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos. O prazo para credenciamento será de 15 (quinze) dias corridos, a contar da solicitação expressa da Contratante.
- 7.9.5. As oficinas e as concessionárias integrantes da rede conveniada pela Contratada deverão estar satisfatoriamente equipadas e em condições plenas para a prestação de serviços mecânicos automotivos e fornecimento de peças e acessórios automotivos originais para itens de segurança e peças e/ou acessórios paralelos para itens de acabamento, conforme item 5.7. Materiais a serem disponibilizados, logo abaixo.
- 7.9.5.1. Sempre que possível, deverão ser priorizadas empresas que atendam à rigorosa observância à legislação ambiental aplicável às suas atividades, conforme IN SLTI nº 01 de 19/01/2010, destacando-se os seguintes critérios: certificado de Licenciamento Ambiental, composto de Licença Prévia (LP) Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO), conforme Art. 18 da Resolução CONAMA 237/97, onde se aplicar.
- 7.9.6. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- a) O Contratante relatará o defeito apresentado pelo veículo, para que a empresa cadastrada pela Contratada elabore o respectivo orçamento de base a partir de vistoria no veículo, sendo esse serviço remunerado em Nota Fiscal referente a respectiva Ordem de Serviço de acordo com o tempo empregado e o valor do serviço estabelecido na tabela tempário (valor definido a partir do tempo empregado do mecânico para a realização da vistoria ou valor estimado para serviço equivalente ao de vistoria), e fará um comunicado antecipado (por telefone, e-mail ou outro meio de contato estabelecido) informando o envio do veículo à Contratada;
- a.1) serviços de manutenção preventiva e corretiva deverão ter como parâmetro máximo a Tabela de Os Tempo Padrão de Reparo de acordo com a montadora e modelo do veículo e o valor a ser pago por hora de serviço (Homem/Hora).
- a.2) As tabelas temparias trazem os tempos e os valores, hora -homem e hora -máquina, para os serviços do setor de reparação automotiva. Com as tabelas tempárias é possível determinar, a partir de parâmetros e com alguma precisão, os

custos dos serviços de reparo automotivo para a emissão dos orçamentos e propostas.

a.3) As empresas cadastradas pela Contratada deverão fornecer no orçamento a relação de peças, componentes e materiais a serem trocados, o custo e a quantidade de hora(s) para avaliação da Contratante.

b) A partir do escopo de serviços identificados no orçamento de base, as demais empresas cadastradas na relação de estabelecimentos disponibilizada pela Contratada deverão informar seus respectivos orçamentos através de documento, enviado por e-mail e/ou disponibilizado no sistema da Contratada, com os dados da empresa, o detalhamento dos serviços e peças juntamente com os respectivos valores, a validade do orçamento e a assinatura do responsável pelo orçamento. Havendo o cadastro de orçamentos pelas oficias na plataforma da Contratada, o sistema deve emitir alerta de retorno, por e-mail, aos usuários da Contratante que realizaram as respectivas solicitações;

c) O setor responsável/fiscal do contrato, verificará, antes de autorizar a prestação dos serviços e/ou a substituição das peças e/ou acessórios, a compatibilidade entre os valores apresentados pelas empresas cadastradas pela Contratada e o tempo unitário referencial do serviço, obtido através do uso da tabela temporário a fim de fundamentar a autorização ou não da prestação dos serviços;

d) Os procedimentos mecânicos não compreendidos no Sistema Temporário serão pagos mediante acompanhamento in loco pelo fiscal do contrato ou representante por ele designado, sendo considerado o tempo real do serviço.

e) O prazo para elaboração dos orçamentos para manutenção preventiva ou corretiva não poderá ser superior a 03 (três) dias úteis, contados a partir do recebimento da comunicação devidamente justificada e assinada pelo solicitante, prorrogáveis por igual período mediante solicitação expressa da Contratada e autorização formal da Contratante.

f) Se não houver, pelo menos, três oficinas e estabelecimentos correlatos no Município onde se encontra o veículo, as cotações deverão ser realizadas em oficinas e estabelecimentos de Municípios mais próximos ao local onde o veículo se encontra;

g) A qualquer momento, fica facultado ao Contratante realizar cotações no mercado de forma a verificar se os preços apresentados pela Contratada estão coerentes com o praticado pelo mercado, sob risco de notificação e sanção administrativa caso se verifique que os preços praticados não estão conforme o praticado no mercado;

h) O prazo para execução dos serviços de manutenção corretiva e preventiva e de reparo será o mínimo necessário, contado a partir do recebimento da ordem de serviço autorizada pelo Contratante, salvo quando, justificada e motivadamente, seja autorizado pelo Contratante o prolongamento dos prazos, devendo este ser oficializado de forma expressa;

i) Na eventualidade de tornar necessária a substituição de qualquer peça fornecida ou se necessário refazer serviços executados pela Contratada, durante o período de garantia, o prazo será restabelecido especificamente para os serviços executados;

j) Sempre que solicitado pelo Contratante, a Contratada deverá manter responsável técnico designado pela Contratada e devidamente habilitado para análise conjunta com o representante do Contratante, visando aprovação prévia dos serviços a serem realizados, bem como da relação das peças a serem substituídas;

k) A prestação dos serviços somente poderá ser efetuada mediante apresentação de autorização de prestação de serviços, embasada em orçamento prévio, o qual ficará sujeito à autorização por parte do Contratante sem o que não deverá ser executado o serviço, sob pena de não se efetuar o respectivo pagamento;

l) O Contratante analisará o orçamento dos serviços mecânicos, pela tabela temporário, e a necessidade da execução total ou parcial do serviço como proposto pela Contratada. Após essa análise, o Contratante autorizará ou não, formalmente e por escrito (e-mail ou via sistema), que a Contratada execute os serviços;

m) A emissão de autorizações para a realização dos serviços nos veículos por meio do sistema da Contratada deverá considerar o limite de alçada de cada tipo de usuário definido conjuntamente com a Contratante;

n) A depender do valor do orçamento será necessária também a autorização da Gestão do Contrato, caso se verifique que esse valor ultrapassa os limites definidos pela Contratante;

o) Em caso de duplicidade de autorização para o mesmo serviço a ser realizado no mesmo veículo, deverá haver o bloqueio da referida autorização durante a validade do período de garantia definido para os serviços;

p) Se durante a execução dos serviços forem identificados outros defeitos que impliquem em aumento de serviço, peças, materiais ou acessórios, a Contratada deverá informar o fato ao Contratante, notificando o fato por e-mail e descrevendo detalhadamente o problema encontrado, atualizando o respectivo orçamento e submetendo à aprovação;

q) O serviço somente poderá ser realizado após a entrega, pela Contratante, de autorização formal e por escrito, via sistema, de fornecimento de serviços complementares;

r) O sistema deverá enviar alertas de movimentação ou atualização da Ordem de Serviço por e-mail ao usuário solicitante do serviço de forma a atualizar o status andamento do serviço e, deverá permitir a interação no ambiente virtual, com o registro da comunicação pelo envio da conversa do chat por e-mail, tanto com a Contratada quanto com as oficinas e demais estabelecimentos cadastrados;

7.9.6.1. Como regra geral, os serviços de manutenção deverão ser precedidos de comparação de preços entre estabelecimentos credenciados disponíveis na plataforma da Contratada, priorizando-se a proposta de menor valor ou aquela que apresente melhor relação custo-benefício, conforme avaliação da fiscalização.

7.9.7. Após o pagamento da fatura ou nota fiscal do serviço, o sistema deverá realizar a baixa dessa cobrança em no máximo 15 (quinze) dias de forma a evitar cobrança duplicadas e indevidas.

As oficinas, as concessionárias e os estabelecimentos correlatos integrantes da rede conveniada pela Contratada deverão proceder a entrega ao usuário das peças substituídas nos veículos, ou descartá-las de forma adequada, quando autorizadas pela Contratante.

7.9.8. Todos os serviços executados, ou materiais fornecidos pelas oficinas, concessionárias e estabelecimentos correlatos conveniados pela Contratada, estarão sujeitos à aceitação da Contratante, pelo Gestor e/ou Fiscais do Contrato, que aferirão se aqueles satisfazem o padrão de qualidade desejável e necessário, em cada caso.

7.9.9. Para cada local em que haja unidades da Contratante, a Contratada deverá manter credenciamento de, sempre que houver oferta local, três prestadores dos segmentos de serviços listados abaixo em rol não exaustivo, caso as próprias oficinas, concessionárias e /ou estabelecimentos correlatos credenciados não os detenham:

- a) Concessionárias autorizadas de todas as marcas de fabricantes de veículos que compõem a frota da Contratante, visando que seja mantida a garantia de fábrica, para veículos novos;
- b) Empresa especializada no fornecimento e serviços de adesivos/adesivagem, plotagem, envelopamento automotivo nos padrões da contratante;
- c) Empresa especializada no fornecimento de cópia de chaves simples e codificadas, assim como na abertura de portas e fechaduras de veículos automotores;
- d) Empresa especializada no fornecimento de placas de identificação e tarjetas para todas as marcas e modelos de veículos da Contratante, no padrão estabelecido pelo CONTRAN;
- e) Empresa especializada na instalação e retirada de películas de controle solar para veículos automotores, que atendam às regulamentações do CONTRAN;
- f) Empresa especializada no serviço de socorro mecânico, através de guinchos, plataformas, capazes de atender todas as marcas e modelos de veículos pertencentes à frota das Unidades Descentralizadas da contratante;
- g) Empresa especializada nos serviços de lavagem geral interna e externa, inclusive à seco, polimento, cristalização e lubrificação;
- h) Empresa especializada no fornecimento de peças e serviços referentes à tapeçaria automotiva;
- i) Empresa especializada nos serviços e fornecimento de peças referentes a alinhamento ou geometria de direção e balanceamento computadorizado, cambagem e câster;
- j) Empresa especializada nos serviços de borracharia automotiva, desempenho e recuperação de rodas de ferro ou de liga leve;
- k) Empresa especializada na manutenção de equipamentos de sinalização sonora, visual e de emergência;
- l) Empresa especializada para manutenção de turbinas de veículos movidos a diesel;
- m) Empresa especializada para higienização e manutenção de sistemas de ar condicionado;
- n) Empresa especializada no segmento de vidraçaria, apta a realizar substituições de vidros dianteiros, traseiros e laterais, bem como manutenção de máquinas de vidros, elétricos ou manuais, e substituições de espelhos retrovisores;
- o) Empresa especializada no segmento de serviços de despachante;
- p) Oficinas ou postos de combustíveis em condições de realizar serviços comuns como troca de óleo e filtro de óleo, troca de palhetas, lavagem, borracharia e serviços emergenciais de mecânica e elétrica.
- q) outros correlatos.

7.9.10. A Contratante reserva-se ao direito de, a qualquer tempo, indicar outras empresas para prestação dos serviços acima descritos, de modo a ampliar a rede de atendimento, bem como solicitar o credenciamento de empresas especializadas em serviços não descritos acima, desde que vinculados à manutenção e reparação automotiva e garantia da frota de veículos em condições de uso adequadas e seguras, as quais devem ser cadastradas no prazo de até 15 (quinze) dias corridos.

7.9.11. Compete à CONTRATADA credenciar e manter rede de estabelecimentos aptos à execução dos serviços de manutenção veicular previstos neste Caderno de Especificações, devendo assegurar que os estabelecimentos credenciados possuam infraestrutura, equipamentos e capacidade técnica compatíveis com os serviços a serem executados.

7.9.11.1. Para fins de garantia da qualidade dos serviços prestados, a Contratada deverá assegurar que os estabelecimentos credenciados atendam, no mínimo, aos seguintes requisitos:

- a) possuir infraestrutura física compatível com os serviços de manutenção automotiva a serem executados;
- b) dispor de equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados e atualizados para atendimento da frota;
- c) contar com pessoal técnico qualificado para execução dos serviços;
- d) possuir capacidade para emissão de documentos fiscais eletrônicos relativos aos serviços prestados;
- e) observar a legislação ambiental, trabalhista, fiscal e demais normas aplicáveis à sua atividade.

7.9.11.2. A verificação do atendimento a esses requisitos constitui responsabilidade da Contratada, sem prejuízo do direito de fiscalização da Administração quanto à adequada execução dos serviços.

7.9.12. A Contratada será a única responsável por garantir que as oficinas credenciadas atendam às exigências descritas acima.

7.9.13. Faculta-se ao servidor designado para a fiscalização do contrato verificar junto aos fabricantes os prazos de garantia das peças/componentes, constituindo inadimplência na execução do objeto, o fato de a empresa oferecer garantia com prazos inferiores aos utilizados pelos fabricantes.

7.9.14. A Contratada responsabilizar-se-á por todo e qualquer ato lesivo à frota da Contratante, causado por alguma das empresas credenciadas, na execução do serviço de manutenção previsto no contrato.

7.9.15. A credenciada pela Contratada deverá disponibilizar local adequado para inspeção prévia de todas as peças a serem substituídas nos veículos da Contratante, fornecendo relação das mesmas e seus respectivos códigos, que serão verificados pelos fiscais do contrato ou por comissão especialmente designada pela autoridade competente da Contratante, se for o caso.

7.9.16. A efetiva implantação do sistema de gerenciamento de manutenção dos veículos e demais ajustes que se fizerem necessários, com a apresentação da rede credenciada, deverá dar-se num prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, entre a assinatura do contrato e o início da execução efetiva dos serviços contratados.

7.9.17. Compete à contratada disponibilizar à contratante plataforma de trabalho em ambiente web destinada ao gerenciamento das atividades de manutenção e demais serviços vinculados à gestão de frota, cuja tecnologia permita, no mínimo:

- a) abertura, acompanhamento e encerramento de ordens de serviço em meio eletrônico;
- b) recebimento, análise, comparação e aprovação de orçamentos de serviços e fornecimento de peças;
- c) definição de níveis de autorização e aprovação, conforme limites de alçada estabelecidos pela contratante;
- d) acompanhamento do status das solicitações e dos serviços em execução, com atualização das etapas operacionais;
- e) disponibilização de funcionalidades de cotação e comparação de preços entre estabelecimentos credenciados;

- f) geolocalização dos estabelecimentos integrantes da rede credenciada, com possibilidade de acionamento dos serviços;
- g) integração com aplicativo ou interface compatível com dispositivos móveis, quando disponível, para apoio à operação e ao acompanhamento das demandas.

7.9.18. Todas as operações serão realizadas interativamente, através de sítio eletrônico na rede mundial de computadores (internet), entre o sistema da Contratada e os operadores – servidores e demais usuários formalmente autorizados pela Contratante, de acordo com cada nível de acesso, mediante opções de execução oferecidas (menus). A plataforma de trabalho deverá permitir acesso de qualquer terminal e/ou equipamento conectado à internet, mediante login e senha de usuário.

7.9.19. A Contratada deverá fornecer ferramenta capaz de possibilitar que o Fiscal do Contrato realize, online, consulta à tabela de preços do fabricante de cada peça desejada, bem como à tabela de custo com valor do tempo da mão de obra, o que pode ocorrer por Sistema ou por outro instrumento hábil similar, sem nenhum custo adicional para a Contratante.

7.9.20. Os preços das peças deverão ser atualizados de acordo com as alterações do PPS – Preço Público Sugerido, apresentados pelos fabricantes de cada marca, concessionárias, ou ainda, conforme a gestão da empresa que administra o sistema.

7.9.21. A plataforma deverá permitir a inclusão permanente de novos veículos nos bancos de dados (modelos, peças e tempos de mão-de-obra) e também a eventual exclusão de veículos, além de permitir a busca de peças por nome, código ou através da identificação da imagem/figura da peça do veículo (marca, modelo, ano e motorização).

7.9.22. A plataforma deverá possibilitar à Contratante a aquisição, por meio da rede credenciada da Contratada, de quaisquer peças, componentes, acessórios e outros materiais de uso automotivo solicitados, sejam eles distribuídos ou comercializados pelo fabricante ou pela montadora de veículos automotivos e/ou através da rede de concessionárias, ou pelo comércio e indústria automotiva e afins, definidas pelas seguintes características e procedências, preferencialmente nessa ordem em função da vantajosidade implícita:

- a) Genuínos, produzidos e/ou embalados e com controle de qualidade do fabricante ou montadora de veículos, constantes de seu catálogo e direcionados ao mercado de reposição; ou
- b) Originais, produzidos pelos mesmos fabricantes dos genuínos, que não foram testados pelo fabricante do veículo, atendidos os mesmos padrões e níveis de qualidade por esta exigidos, recomendados ou indicados, e constantes de seu catálogo; ou
- c) Similares de outros fabricantes, não originais e não genuínos, cujo produto atenda aos níveis de qualidade e aplicabilidade recomendados ou indicados pelo fabricante ou montadora de veículos, constantes ou não de seu catálogo, sob solicitação ou autorização formal da Administração.

7.9.22.1. Os valores das peças similares na execução deste contrato, não poderão ultrapassar o valor correspondente a **80% (oitenta por cento)** do valor da mesma peça classificada como genuína, constante das tabelas dos fabricantes de veículos.

7.9.22.2. Independentemente do tipo de peça autorizada para execução do serviço, esta deverá possuir garantia mínima nos mesmos prazos do contido no item que trata da garantia do Termo de Referência.

7.9.22.3. Para o montante das peças a serem substituídas, a Contratada, através da rede cadastrada na respectiva plataforma, fornecerá, através do sistema eletrônico, via web, orçamento detalhado contendo a relação de peças e serviços, para apreciação da Contratante.

7.9.23. Manutenção preventiva que tem como objetivo principal, mediante sistemática regular de revisões e serviços, garantir as melhores condições de desempenho do veículo no que se refere ao seu funcionamento, rendimento e segurança, assim como prevenir a ocorrência de defeitos que possam redundar em danos nos componentes ou mesmo à paralisação do veículo. São exemplos de serviços de manutenção preventiva:

- a) Troca de pneus, alinhamento, balanceamento e desempenho de rodas e outros reparos em pneus para conter vazamentos e/ou furos, podendo ser através de aplicação de macarrões, vulcanização da carcaça, cola de câmara de ar, conforme a gravidade do dano. No que diz respeito ao alinhamento, este serviço deve compreender, no mínimo, a manutenção executada no eixo direcional, visando a aferição dos ângulos de câmbio, cáster, KPI, abertura de roda, set back e divergência em curvas e correção dos parâmetros para os valores indicados pelo fabricante, de modo a permitir que o veículo trafegue em retas e curvas com estabilidade e sem desgaste prematuro dos pneus. Quanto ao balanceamento, deve haver a aferição do conjunto roda e pneus, verificando anomalias na distribuição uniforme de peso do conjunto, com aplicação ou não de contrapesos visando o equilíbrio e evitando vibrações;
- b) Lubrificação de veículos com troca de óleo de motor, câmbio e diferencial, óleo de freio, líquido de arrefecimento com fornecimento e troca de óleo do motor, da caixa de câmbio, do diferencial e da direção hidráulica, com substituição dos filtros de óleo e de combustível, além dos fluidos de freio e arrefecimento, e todos os outros serviços e materiais afins.
- c) Reposição de palhetas de limpador, correias de alternador/gerador, correia dentada, corrente de comando, etc.;
- d) Substituição de itens do motor;
- e) Limpeza de motor e bicos injetores;
- f) Regulagens de bombas e bicos injetores;
- g) Limpeza e higienização do sistema de ar condicionado para o perfeito funcionamento de sistemas de refrigeração dos veículos, podendo compreender trocas de peças, recargas de gás, aferição de pressão, limpeza de condensadora, evaporadora e compressor, dentre outros serviços do gênero;
- h) Serviços de lavagem e proteção à pintura e carroceria do veículo;
- i) Outros serviços constantes no manual dos veículos e/ou equipamentos ou por orientação da equipe da Contratante.

7.9.24. Manutenção Corretiva ou Pesada que compreende todos os serviços executáveis em oficinas mecânicas reparadoras ou concessionárias de automóveis, que venham a ocorrer fora dos períodos estabelecidos para execução das manutenções preventivas, para correções de defeitos aleatórios resultantes de quebra ou desgaste e/ou deficiências de operação, manutenção e fabricação, garantindo a operacionalidade do veículo, além de preservar a segurança de pessoas e materiais. São exemplos de manutenção corretiva.

- a) Serviços de retífica de motor;
- b) Montagem e desmontagem de jogo de embreagens;
- c) Serviços de instalação elétrica incluindo a substituição ou conserto de partes elétricas dos veículos, revisão do sistema de sinalização identificadora, luz e som (giroflex, kojack e sirene), (faróis, lâmpadas, condutores, comandos, setas, vidros elétricos, limpadores de para-brisa e outros;
- d) Serviços no sistema de injeção eletrônica;

- e) Capotaria com a substituição ou conserto de estofados e cobertura interna do veículo, incluindo tapeçaria, bem como a parte mecânica do funcionamento dos bancos, portas, cintos de segurança, borrachas das portas e todos os outros serviços afins;
- f) Funilaria e pintura aplicados na chaparia veicular e sua estrutura, destinado a recuperação da forma original, bem como recuperação da pintura, podendo compreender a troca de peças, recuperação de peças, lixamento, pintura e polimento;
- g) Manutenção nos sistemas de suspensão com a substituição e/ou consertos de amortecedores, estabilizadores, borrachas, calços, balanças, molas, pivôs, barra de direção e todos os outros serviços afins;
- h) Manutenção nos sistemas de arrefecimento, freios, suspensão e direção com a substituição ou conserto nos sistemas hidráulicos dos veículos (freios, direção e outros);
- i) Manutenção no sistema de ar-condicionado.

7.9.25. Manutenção de garantia de fábrica, que visa resguardar a Contratante com relação aos veículos ainda em prazo de garantia, devendo ser realizada apenas nas concessionárias das marcas respectivas. Sempre que houver nova aquisição, a Contratante notificará a Contratada, que providenciará o credenciamento das concessionárias das respectivas marcas.

7.9.26. A Contratada deverá assegurar serviço de socorro mecânico e remoção por guincho, disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, em todo o território do Estado de Mato Grosso do Sul, para atendimento de veículos em situação de pane ou acidente.

7.9.26.1. O atendimento desejável deverá ser realizado com a maior brevidade possível, observando-se, como referência operacional, o prazo de até 2 (duas) horas para atendimento em áreas urbanas e de até 4 (quatro) horas para rodovias ou localidades remotas, contado a partir do acionamento registrado no sistema ou comunicado pela Fiscalização.

7.9.26.2. Na hipótese de impossibilidade de atendimento dentro dos prazos de referência indicados no item anterior, em razão de fatores alheios à atuação da Contratada, tais como distância, indisponibilidade momentânea de prestadores ou condições excepcionais de tráfego, a Contratada deverá apresentar justificativa à Fiscalização e informar previsão de atendimento.

7.9.27. Serão considerados como USUÁRIOS os Fiscais Técnicos e Setoriais do Contrato, designados para fiscalização dos serviços bem como os demais colaboradores indicados expressamente pela Contratante, e como GESTORES os Gestores do Contrato, aos quais a Contratada tornará disponíveis senhas de acesso ao sistema web de gerenciamento, em diferentes níveis, inclusive para aprovação e autorização de execução dos serviços, conforme o caso;

7.9.28. A plataforma autorizará o faturamento da empresa credenciada para a Contratada, e da Contratada para a Contratante, dos serviços executados e do fornecimento de peças, materiais e acessórios, mediante uso de senha fornecida aos USUÁRIOS, designados pela Contratante;

7.9.29. A contratada deverá disponibilizar à contratante relatórios operacionais, financeiros e gerenciais relativos à execução dos serviços, na forma e condições estabelecidas no item 7.8.30 deste Caderno de Especificações.

7.9.30. Todos os relatórios devem ser gerados a partir de um período pré-estabelecido pelo usuário do sistema e/ou gestor habilitado, permitindo comparativos de desempenho e outras análises de gestão.

7.9.30.1. O sistema deverá gerar e disparar relatórios semestralmente para cada veículo cadastrado de forma a permitir a verificação do gasto realizado com os serviços de manutenção preventiva e corretiva, com o detalhamento do gasto e do quantitativo realizado por peças, por estabelecimento, por tipo de manutenção, por período, por quilometragem, indicando valores médios e medianos para cada parâmetro assim como o % de consumo do valor contratual para monitoramento do saldo do valor do contrato.

7.9.30.2. O sistema deverá possibilitar que avisos de cobranças e demais alertas possam ser excluídos ou fechados pelos usuários após a sua confirmação de ciência;

7.9.31. A recuperação e o processamento das informações relativas às operações realizadas deverão ser descentralizadas e automáticas, a partir do momento da realização das transações nos estabelecimentos conveniados.

7.9.32. A Contratada deverá permitir acesso para o Fiscal do Contrato, bem como aos Gestores possibilitando: consulta, autorização, aprovação, rejeição, emissão e consulta de relatórios, cujos perfis/níveis de acesso devem atender os critérios contidos em indicação formalizada pela Contratante.

7.9.33. A efetiva implantação do sistema de gerenciamento de manutenção dos veículos, com fornecimento de peças, deverá dar-se num prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, entre a assinatura do contrato e o início da efetiva execução do serviço contratado, incluindo o acesso a todos os recursos tecnológicos e ferramentais necessários à plena utilização dos sistemas web da contratada pelos servidores autorizados vinculados à Contratante.

7.9.34. Compete à Contratada prover forma alternativa, sem prejuízo da transparência nas operações, para garantir a continuidade dos serviços contratados, no caso da impossibilidade de se efetuar a transação em meio eletrônico.

7.9.35. A Contratante poderá exigir a emissão de relatório específico para atender suas necessidades, desde que dentro dos objetivos relacionados ao controle da frota, ressalvada a razoabilidade da solicitação.

7.9.36. A Contratada deverá manter um representante/preposto, para prestar, junto a Contratante, esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato, fornecendo os meios de contato disponíveis como números de telefone, endereços de correio eletrônico ou outro meio de comunicação que possibilite tempestivamente o permanente e irrestrito contato Contratante - Contratada, inclusive fora dos dias e horários normais de atendimento, sábados, domingos e feriados.

7.9.37. Classificação das ocorrências de manutenção.

7.9.37.1. Para fins de atendimento das demandas relacionadas à manutenção da frota, as ocorrências serão classificadas da seguinte forma:

- a) Atendimento emergencial: situação que implique a imobilização do veículo, risco à segurança dos ocupantes ou impossibilidade de continuidade do deslocamento, tais como pane mecânica, elétrica ou eletrônica, acidente, falha em sistema de freios, direção ou qualquer outro evento que impeça o uso imediato do veículo.
- b) Atendimento não emergencial: situação que não comprometa a utilização imediata do veículo, incluindo manutenções programadas, revisões periódicas, substituição de componentes por desgaste natural, ajustes mecânicos ou outras intervenções de caráter preventivo ou corretivo sem impacto imediato na operação.

7.10. **Abastecimento Veicular**

7.10.1. A localização dos estabelecimentos de abastecimento e demais serviços a serem contratados, sempre que possível, deverá atender os seguintes requisitos:

- a) Localizar-se, preferencialmente, em rodovias e estradas federais ou estaduais de relevância regional;

b) Distar no máximo, preferencialmente, 15 km da Sede ou Unidades Descentralizadas.

c) Distar no máximo, desde que haja viabilidade, 100 km entre si.

7.10.2. Compete à Contratada credenciar e tornar disponível, mediante solicitação da Contratante, no mínimo, sempre que possível, 3 (três) postos credenciados e operacionais, em todo o estado de Mato Grosso do Sul nos municípios considerados rotas estratégicas de atuação do Órgão e em todas as localidades onde houver unidades da Contratante, sempre que houver necessidade ou for de interesse da Contratante, observados os critérios estabelecidos neste item e nos Estudos Técnicos Preliminares, inclusive quanto aos locais que contam com unidades da contratante. O prazo para credenciamento será de 15 (quinze) dias úteis, a contar da solicitação da Contratante.

7.10.3. Os estabelecimentos credenciados deverão, preferencialmente, prestar atendimento no seguinte horário: de segunda a sexta feira, das 08h às 18h, aos sábados, das 08 às 12 horas, atendidos os demais quesitos de localização, valor e qualidade no atendimento.

7.10.3.1. Os estabelecimentos credenciados deverão, sempre que possível, prestar atendimento no horário compreendido entre 06h e 22h, inclusive aos domingos e feriados. Nos casos de atendimento emergencial fora desse horário, especialmente aqueles relacionados a socorro mecânico ou remoção por guincho, a Contratada deverá assegurar a adoção das providências necessárias para atendimento da ocorrência, ainda que por meio de prestadores disponíveis em regime de plantão.

7.10.4. A Contratada deverá fornecer sistema on-line que possibilite a obtenção, por parte da Contratante, de relatórios gerenciais, com, no mínimo, as seguintes informações por período de análise:

- a) Identificação do veículo e motorista;
- b) Leitura do hodômetro do veículo (km);
- c) Local (estabelecimento), data e hora da transação;
- d) Discriminação do tipo de produto ou serviço fornecido com a composição do gasto total por mês e principais indicadores (R\$, litros, km, R\$/km, R\$/litro, km/litro) de abastecimento com comparativo mês a mês, por 12 meses;
- e) Quantidade referente a unidade da transação executada (Litros de combustível);
- f) Valor da operação por veículo indicando o gasto em R\$ (reais) dos abastecimentos e demais serviços, quantidade de transações, cartões ativos (quando houver), cancelados e transações no período;
- g) Ranking dos condutores e estabelecimentos com transações bloqueadas.

7.10.5. A prestação dos serviços deverá atender a frota pertencente ao patrimônio do órgão Contratante e outros veículos que venham a ser substituídos ou acrescidos à atual frota, bem como aqueles que estejam à disposição/serviço cedidos Contratante por meio de convênio, contratos, cessões, comodatos ou ordem judicial, e ainda, aos veículos porventura locados pelo órgão, se houver.

7.10.6. Os estabelecimentos a serem credenciados pela licitante vencedora deverão atentar para os critérios de sustentabilidade ambiental constantes da IN SLTI nº 01 de 19/01/2010, dando ênfase àqueles que possuam relação com objeto do Termo de Referência.

7.10.7. Os insumos a serem fornecidos constam no rol que se segue:

- a) Gasolina comum.
- b) Etanol comum.
- c) Diesel do tipo S-10, ou qualquer outro necessário ao perfeito funcionamento do veículo.
- d) Qualquer outro tipo de combustível a ser indicado pela Contratante necessário ao perfeito abastecimento do veículo.

7.10.8. Compete à Contratada:

- a) Apresentar a relação de sua rede credenciada na plataforma, que deve estar atualizada e apta a atender em todas as regiões de atuação do Contratante, e de forma a atender a todas as espécies, marcas, modelos e tipos de veículos que compõem sua frota, e outros que vierem a ser incorporados ao patrimônio da Contratante;
- b) Manter um representante/preposto para prestar, junto a Contratante, esclarecimentos e atender às reclamações que porventura surgirem durante a execução do contrato, fornecendo os meios de contato disponíveis como números de telefone, endereços de correio eletrônico ou outro meio de comunicação que possibilite tempestivamente o permanente e irrestrito contato Contratante - Contratada, inclusive fora dos dias e horários normais de atendimento, sábados, domingos e feriados;
- c) Disponibilizar sistema de gerenciamento integrado que ofereça relatórios gerenciais de controle das despesas, bem como quaisquer equipamentos periféricos que viabilizem o gerenciamento de informações da frota;
- d) Em caráter excepcional, no caso de falha do sistema on-line, a Contratada deverá disponibilizar meios alternativos e igualmente seguros que possibilitem realizar a transação de modo a não interferir na rotina operacional da Contratante, garantindo a continuidade dos serviços contratados sem prejuízo da transparência e conformidade das operações realizadas;
- e) Sempre que houver interesse da Contratante, a Contratada deverá providenciar, às suas expensas, o credenciamento de novo estabelecimento, conforme solicitação da Contratante, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

7.10.9. O sistema de gerenciamento integrado deverá permitir a emissão de relatórios cadastrais, operacionais e financeiros, com identificação de toda e qualquer transação efetuada na rede credenciada, possibilitando o efetivo controle e gestão sobre os veículos, usuários e respectivas despesas.

7.10.9.1. O sistema deverá gerar e disparar relatórios semestralmente para cada veículo cadastrado de forma a permitir a verificação do gasto realizado com o serviço de abastecimento veicular, com o detalhamento do gasto e do quantitativo realizado por tipo de combustível, por estabelecimento, por período, por quilometragem, indicando valores médios e medianos para cada parâmetro assim como o % de consumo do valor contratual para monitoramento do saldo do valor do contrato;

7.10.9.2. O sistema deverá enviar alertas de emissão, movimentação ou atualização das Notas Fiscais e demais solicitações, por e-mail, ao usuário solicitante do serviço de forma a atualizar o status do andamento de cada serviço e, deverá permitir a interação no ambiente virtual, com o registro da comunicação pelo envio da conversa do chat por e-mail, tanto com a Contratada quanto com os postos de combustíveis cadastrados;

7.10.9.3. O sistema deverá possibilitar que avisos de cobranças e demais alertas possam ser excluídos ou fechados pelos usuários após a confirmação e o registro de sua ciência;

7.10.9.4. O sistema deverá possibilitar o envio de e-mail com alerta de transações fora do padrão e também deverá permitir a liberação de transações bloqueadas via web em tempo real, respeitados os níveis de permissão concedidos pela Contratante a cada Usuário.

7.10.10. A solução proposta deverá possibilitar o registro dos dados de quilometragem, identificação do veículo e condutor, datas, horários, tipos de serviços realizados e produtos adquiridos, através de:

- a) Sistema de gerenciamento integrado, com banco de dados contendo todas as transações, de forma a viabilizar a emissão de relatórios gerenciais;
- b) Sistema tecnológico integrado para viabilizar o pagamento dos produtos e serviços adquiridos junto à rede credenciada no momento do abastecimento;
- c) Registro informatizado dos dados de abastecimento disponíveis para consulta via Internet (web) em tempo real (on- line);
- d) Acesso para os Gestores, Fiscais e demais usuários cadastrados no sistema, possibilitando a consulta, a autorização, a aprovação, a rejeição, a correção de transações, a emissão e a consulta de relatórios, permitindo ainda o cadastramento de usuários em diferentes perfis de acesso, conforme indicação formalizada pela Contratante;
- e) Informatização dos dados do veículo: unidade de lotação, quilometragem, custos, identificação, datas e horários, tipos de produtos e serviços a serem alimentados por meio eletrônico em base gerencial de dados disponíveis;
- f) Rede de postos de abastecimento equipados para aceitar transações do sistema tecnológico da Contratada;
- g) Interface digital e amigável;
- h) Sistema que disponibilize a localização georreferenciada dos estabelecimentos cadastrados, com indicação dos mesmos em mapa;
- i) Sistema que disponibilize aviso via e-mail quando do descadastramento e cadastramento de novos postos de combustíveis, ou quando houver qualquer falha no sistema ou na máquina operadora dos cartões dos postos de combustíveis que impossibilitem o reconhecimento do serviço prestado;
- j) Sistema que disponibilize a funcionalidade de comparação de preços praticados na rede credenciada, bem como filtros por cidade e por estabelecimento credenciado, permitindo à Contratante avaliar as melhores condições de fornecimento.
- k) Aplicativo interligado com o sistema da Contratada e compatível com o sistema operacional de informática usado pela Contratante, disponível para instalação em aparelho celular móvel, com informações da rede credenciada, localização dos estabelecimentos, com os preços praticados pelos estabelecimentos da rede credenciada, e demais informações que sejam identificadas como necessárias para a satisfatória execução contratual;

7.10.11. O prazo para atendimento inicial das ocorrências relativas ao sistema da Contratada deverá ser de até 2 (duas) horas, contadas da notificação realizada pela Contratante.

7.10.12. As informações relativas às transações realizadas deverão ser disponibilizadas online no sistema de gestão;

7.10.13. A autorização da execução dos serviços será realizada exclusivamente pela Contratante, por meio do sistema da contratada.

7.10.14. O controle de transações deverá ser auditado pela própria Contratada a partir da assinatura do contrato, promovendo as diligências e os saneamentos necessários à implantação e manutenção do sistema, sem prejuízo das auditorias promovidas pela contratante ou pelos órgãos de controle da Administração Pública Federal, a qualquer tempo.

7.10.15. Os relatórios gerenciais disponibilizados pela(s) Contratada(s) deverão permitir à Contratante verificar o consumo de combustível e demais produtos e serviços utilizados pela frota, por tipo de combustível, a quantidade de transações, o valor pago por tipo de transação, o histórico da Unidade de Abastecimento, diagnosticar diferenças significativas de consumo de combustível e outros, de forma geral, por unidade regional e individual.

7.10.16. A contratada será responsável por garantir que os postos credenciados deverão possuir autorização da ANP e estar em situação regular perante os órgãos fiscalizadores.

7.10.17. O contrato também poderá ser utilizado para abastecimento de equipamentos diversos que necessitem de combustível do tipo automotivo ou assemelhado, utilizados no âmbito da contratante desde que expressamente autorizados pela Contratante.

7.10.18. Para atender às excepcionalidades do contratante, o sistema de controle de abastecimento deverá possibilitar o lançamento manual das transações com autorização fornecida via telefone, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, de forma a manter os serviços contratados em casos de pane ou de inoperância do sistema informatizado no local de abastecimento ou ainda de perda dos cartões dos veículos ou dos usuários.

7.10.19. O sistema para a administração e a manutenção básica de cartões de controle de abastecimento deverá ser disponibilizado para a Contratante de maneira a realizar procedimentos como correção de transações, alterações de senhas, atualização, bloqueio e liberação.

7.10.20. A rede credenciada deverá estar equipada de forma a integrar o sistema de abastecimento com a utilização dos cartões de usuário e veículo.

7.10.21. No ato da utilização dos produtos ou serviços será obrigatória a utilização do cartão do veículo, que deverá possuir senha individual.

7.10.22. Cada usuário será cadastrado no sistema de controle de abastecimento da Contratada e identificado por características básicas de, no mínimo, nome e matrícula.

7.10.23. As senhas deverão ser informadas de forma segura e inviolável, através de correspondência, eletrônica ou comercial, no prazo máximo de até 03 (três) dias, a partir da solicitação feita pelo fiscal.

7.10.24. O condutor, devidamente identificado e validado no momento do abastecimento, será considerado responsável pela respectiva transação.

7.10.25. Não será permitido abastecimento de veículos não cadastrados, por responsável não identificado ou sem que esteja previamente autorizado.

7.10.26. O sistema de controle de abastecimento deverá possibilitar a utilização de diversos combustíveis para um mesmo veículo e/ou equipamento, face a existência de veículos bicom bustíveis na frota do contratante, bem como dos demais produtos e serviços constantes no objeto do Termo de Referência.

7.10.27. Caso a transferência de veículos ou usuários entre as Unidades Descentralizadas implique na confecção de novos cartões, este custo será ressarcido pela Contratante.

7.10.28. O sistema de controle de abastecimento deverá possibilitar o bloqueio imediato do uso de qualquer cartão, localmente pelo respectivo fiscal e nacionalmente pelo gestor nacional, ou ainda quando da comunicação de perda ou extravio ao serviço de suporte técnico.

7.10.29. O sistema de controle de abastecimento deverá possibilitar o bloqueio temporário a fim de evitar custos com confecção e emissão de novo cartão.

- 7.10.30. O sistema de controle de abastecimento deverá ter a funcionalidade de solicitação e emissão de segunda via de cartões. Quando a substituição de cartões for necessária em razão do desgaste decorrente do seu uso normal, a Contratada deverá providenciar a sua substituição, sendo ressarcida pela Contratante.
- 7.10.31. A Contratante desconsiderará possíveis transações efetuadas depois da comunicação de dano físico, perda ou extravio do cartão à Contratada.
- 7.10.32. O sistema de controle de abastecimento deverá emitir comprovante da transação contendo as informações a seguir, independentemente da solicitação do condutor:
- a) Identificação do posto (nome, município, UF);
 - b) Identificação do veículo (marca/modelo, placa, lotação);
 - c) Registro de hodômetro;
 - d) Tipo de combustível;
 - e) Data e hora da transação;
 - f) Quantidade referente a unidade da transação executada;
 - g) Valor da operação;
 - h) Saldo (crédito ainda existente no cartão do veículo);
 - i) Identificação do Condutor (Nome e Matrícula).
- 7.10.33. Em casos excepcionais, em que a transação for realizada off-line, ou seja, mediante preenchimento manual de formulário ou outro meio cabível, o registro deverá conter as informações constantes no subitem anterior.
- 7.10.34. A Contratada deverá prover suporte técnico operacional disponível 24 horas por dia, inclusive aos finais de semana e feriados, através de atendimento via correio eletrônico (email) ou de telefonia para solução de inconsistências técnicas apresentadas nos serviços.
- 7.10.35. Todos os produtos deverão ser fornecidos de acordo com a regulamentação específica do setor, especialmente quanto às diretrizes emitidas pela Agência Nacional do Petróleo – ANP.
- 7.10.36. Compete à Contratada manter controle dos estabelecimentos de abastecimento quanto a regularidade e qualidade dos combustíveis.
- 7.10.37. No caso de identificação da adulteração de combustíveis, infrações legais ou normativas cometidas pelos estabelecimentos credenciados, a Contratada obriga-se a informar de imediato à Contratante e denunciar às autoridades competentes as irregularidades, adotando em paralelo medidas necessárias ao saneamento.
- 7.10.38. Promoções, descontos ou vantagens promovidas pelos estabelecimentos credenciados deverão estender-se irrestritamente à Contratante.
- 7.10.39. Os valores unitários dos combustíveis serão aferidos em confrontação com os dados dos valores médios praticados por unidade da Federação divulgados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP) a título de checagem quanto à adequação aos preços praticados pelo mercado.
- 7.10.40. O preço a ser pago pelo combustível terá como limite o valor praticado a vista.
- 7.10.41. Serão configurados como abusivos os valores superiores ao máximo praticado por região divulgado nas tabelas da Agência Nacional do Petróleo - ANP - relativo ao respectivo tipo de combustível.
- 7.10.42. No caso de configuração de valor abusivo, a Contratada deverá submeter justificativa do preço praticado à Contratante, respondendo por eventual dolo ou culpa decorrente de erro ou omissão, inclusive com o ressarcimento de valores.
- 7.10.43. A Contratante, a qualquer tempo, se reserva ao direito de promover diligências sobre quaisquer preços de produtos ou serviços informados pela Contratada, configurados como abusivos ou não.
- 7.10.44. Eventuais danos comprovadamente causados por utilização de combustível de baixa qualidade fornecido em loja credenciada serão reparados pela Contratante, sem prejuízo de diligências para aferimento da qualidade do produto ofertado no respectivo estabelecimento e responsabilização da Contratada, caso seja comprovado.

7.11. Cronograma de realização dos serviços:

- 7.11.1. A Contratada terá o prazo de até 15 (quinze) dias úteis entre a assinatura do contrato e o início da execução propriamente dita dos serviços para as adequações necessárias quanto à implantação e disponibilização dos sistemas, inclusive quanto ao cadastro dos usuários autorizados pela gestão contratual, e quanto ao credenciamento dos estabelecimentos das redes que suportarão a execução dos serviços de abastecimento e de manutenção veicular, sob risco de sanção tendo em vista o possível impacto no andamento das atividades do Contratante decorrente desse atraso.

Após o início da execução contratual, a Contratada terá o prazo de 30 dias corridos para o treinamento da equipe de usuários cadastrados nos sistemas para capacitação dos mesmos na utilização das plataformas disponibilizadas.

Local e horário da prestação dos serviços

- 7.12. Os serviços de gestão de abastecimento e manutenção veicular serão executados de forma descentralizada, em rede de estabelecimentos credenciados pela contratada, abrangendo oficinas mecânicas, autopeças, postos de combustíveis e demais prestadores necessários à execução contratual.

- 7.12.1. O atendimento deverá estar disponível, no mínimo, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, e aos sábados, das 8h às 12h, podendo ocorrer, de forma eventual, aos domingos e feriados, mediante solicitação do setor responsável.
- 7.12.2. Em razão da natureza contínua do serviço, o abastecimento veicular deverá permanecer disponível diariamente, inclusive aos domingos e feriados, no horário das 6h às 22h, de modo a atender às demandas fora do expediente regular.
- 7.12.3. A contratada deverá indicar responsável técnico pelo contrato, mantendo canal de comunicação telefônico disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, a fim de atender prontamente às solicitações e ocorrências emergenciais.

Rotinas a serem cumpridas

- 7.13. A execução contratual dos dois serviços observará as rotinas abaixo.

- 7.13.1. Comunicar à Administração, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data da entrega ou da execução do serviço pretendido nas contratações em questão, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação e as opções para o reagendamento, caso cabível.

- 7.13.2. As comunicações a serem estabelecidas entre o órgão e a(s) prestadora(s) de serviços serão preferencialmente:

a) Por mensagem eletrônica para tratativas com a fiscalização do contrato e envio das Notas Fiscais.

b) Os faturamentos serão realizados por Nota Fiscal Eletrônica, devendo constar em seu corpo o valor total de cada Item, acrescentada a descrição de Taxa de Administração - também na descrição dos serviços - ou o devido desconto no rodapé do documento fiscal, conforme o caso.

7.13.3. Os preços dos serviços e peças cobrados na rede credenciada da contratada para a execução do serviço de administração/ gerenciamento - manutenção de veículos, para aprovação e posterior pagamento através do sistema, serão aqueles praticados no mercado, conforme orçamentos apresentados pelo sistema e aprovado pelo Fiscal e/ou Gestor, a depender do caso.

7.13.4. A contratante efetuará o pagamento dos créditos efetivamente utilizados, acrescido do percentual ou desconto relativo à taxa de administração dos serviços de controle de abastecimento e do serviço gestão de frotas de veículos automotivos para permitir o gerenciamento da frota de forma satisfatória.

Material a serem disponibilizado

7.14. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades exigidas pelas normas técnicas relativas aos objetos contratados, promovendo sua substituição quando necessário.

7.14.1. Considerando ainda que a prestação de serviços mecânicos de manutenção de veículos é uma atividade complexa e especializada, com utilização de ferramentas diversas, aparelhos computadorizados, devido ao fato de os veículos possuírem componentes eletroeletrônicos que necessitam de monitoramento e diagnósticos precisos, a licitante deve dispor de estrutura mínima composta de: instalações físicas adequadas (Oficina), aparatos tecnológicos traduzido em máquinas e equipamentos eletroeletrônicos apropriados de monitoramento e diagnóstico com mão de obra especializada em mecânica em geral, e ainda:

7.14.1.1. Possuir os recursos essenciais para que os serviços prestados tenham a técnica qualidade/presteza exigida para os padrões do fabricante dos veículos tais como pessoal treinado para executar os serviços nos veículos de cada marca específica;

7.14.1.2. As oficinas cadastradas nas capitais e cidades de médio e grande porte deverão ser equipadas, com pelo menos:

- a) (um) equipamento eletrônico de rastreamento de problemas elétrico - eletrônicos nos veículos;
- b) 01 (uma) máquina de limpeza do sistema de arrefecimento/radiador de veículo;
- c) 01 (um) carregador de baterias;
- d) 01 (um) teste para análise de baterias;
- e) 01 (uma) bancada de teste para bomba elétrica de combustível (gasolina /álcool):
- f) Equipamentos para regulagem eletrônica de motor: scanner, teste de bico, ultrassom e multímetro;
- g) Equipamentos para serviços de suspensão: prensa hidráulica, torquímetro e paquímetro;
- h) Equipamentos para serviços de troca de correias: gabarito, relógio comparador e pistola de ponto;
- i) Elevadores hidráulicos ou elétricos para suspensão dos veículos;
- j) Rampa própria e adequada para recepcionar os veículos pesados, de forma que possa atender os serviços a serem executados de forma segura e satisfatória;
- k) Kaptor ou rastreador para a análise de sistemas de injeção eletrônica;
- l) Ferramentas adequadas para a realização dos reparos nos veículos com segurança e precisão;
- m) 01 (um) equipamento de regulagem de faróis;
- n) outros.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

- 7.15. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 7.15.1. A frota atual do contratante compreende os veículos relacionados na planilha a seguir, extraídas dos Estudos Técnicos Preliminares, Anexo I do Termo de Referência

7.15.2. Os quantitativos estimados para a contratação foram definidos com base na relação de veículos apresentada na tabela abaixo, a qual contempla, de forma detalhada, todos os veículos pertencentes ou vinculados a cada órgão participante:

ITEM 1 - SRA/MS					
Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul					
MARCA	MODELO	PLACAS	ANO	COR	COMBUSTÍVEL
FORD	RANGER XLS CD2 25	NRZ3325	2013	BRANCA	GASOLINA/ETANOL
FIAT	DOBLO ADV 1.8	NRZ3C34	2013	BRANCA	GASOLINA/ETANOL

ITEM 2 - CGU/MS					
Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul					
MARCA	MODELO	PLACAS	ANO	COR	COMBUSTÍVEL
MITISUBSHI	L200-TRITON	QAV2J16	20/20	BRANCA	DIESEL S10
CHEVROLET	PRISMA 1.0 MT	AXZ6960	14/14	PRATA	GASOLINA/ETANOL
RENAULT	DUSTER 2.0 4X2A	QAB5461	17/17	BRANCA	GASOLINA/ETANOL

ITEM 3 - SPU/MS					
Superintendência do Patrimônio da União no Mato Grosso do Sul					
MARCA	MODELO	PLACAS	ANO	COR	COMBUSTÍVEL

mitsubishi	PAJERO DAKAR	OOU9H77	2015	PRETA	DIESEL S10 S10
mitsubishi	L200 TRITON	NRL9283	2015	BRANCA	DIESEL S10 S10
jeep	COMPASS	QAB5913	2018	BRANCA	DIESEL S10 S10
NISSAN	VERSA	HTO3E36	2013	BRANCA	GASOLINA/ETANOL

ITEM 4 - PFN/MS					
Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado de Mato Grosso do Sul					
MARCA	MODELO	PLACAS	ANO	COR	COMBUSTÍVEL
FIAT	DOBLO	HTO3648	2013	BRANCA	GASOLINA/ETANOL
FORD	RANGER	NRZ3701	2013	BRANCA	GASOLINA/ETANOL

ITEM 5 - SRTE/MS					
Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul					
MARCA	MODELO	PLACAS	ANO	COR	COMBUSTÍVEL
CHEVROLET	TRAILBLAZER	SSK1B36	2023	BRANCA	DIESEL S10
mitsubishi	PAJERO DAKAR	NRL8626	2013	BRANCA	DIESEL S10
mitsubishi	L200 TRITON GL	PAC8590	2015	AZUL	DIESEL S10
mitsubishi	PAJERO DAKAR	HTO3383	2013	PRATA	DIESEL S10
mitsubishi	PAJERO DAKAR	NRZ3143	2012	PRATA	DIESEL S10
mitsubishi	PAJERO DAKAR	HTO3674	2012	PRATA	DIESEL S10
mitsubishi	PAJERO DAKAR	NRL8625	2013	BRANCA	DIESEL S10
TOYOTA	ETIOS HB	FQM0749	2018	BRANCA	GASOLINA/ETANOL
TOYOTA	HILUX SWS	QAD7958	2016	PRATA	DIESEL S10
TOYOTA	ETIOS HB	FPK8081	2018	BRANCA	GASOLINA/ETANOL
TOYOTA	COROLLA GLI UPPER	GCI7874	2018	PRETA	GASOLINA/ETANOL
TOYOTA	HILUX SW4	OOR5789	2015	PRATA	DIESEL S10
TOYOTA	ETIOS HB	FWC3358	2018	BRANCA	GASOLINA/ETANOL
TOYOTA	HILUX	NRJ8600	2010	PRATA	DIESEL S10
TOYOTA	HILUX	QAA1420	2016	PRATA	DIESEL S10
TOYOTA	COROLLA ALTIS	NHU6068	2013	BRANCA	GASOLINA/ETANOL
TOYOTA	HILUX SWS	RWB9F57	2022	CINZA	DIESEL S10
VOLKSWAGEN	VOYAGE CITY	AYM9272	2014	PRATA	GASOLINA/ETANOL

8. QUANTITATIVOS DE SERVIÇOS POR ÓRGÃO

8.1. A tabela abaixo apresenta a estimativa das quantidades de combustíveis, serviços de guincho, lavagens, geometria veicular (alinhamento e balanceamento), bem como de manutenções preventivas e corretivas a serem contratadas.

8.2. Os quantitativos foram apurados e validados por meio de consulta formal realizada junto aos órgãos demandantes, utilizando-se de comunicação eletrônica (e-mail).

8.3. Como referência, adotou-se o histórico de consumo e utilização do contrato anterior, devidamente ajustado para refletir a variação da frota de veículos atualmente em operação.

8.4. Os quantitativos apresentados possuem caráter meramente estimativo, sendo utilizados exclusivamente para fins de planejamento da contratação e formação de preços no Sistema de Registro de Preços, não constituindo compromisso de consumo integral por parte da Administração.

SRA/MS			
SERVIÇOS	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
COMBUSTÍVEIS	Gasolina comum	Litro	1000
	Etanol	Litro	400
GUINCHO	veículos leves	Serviços	10
	veículos utilitários	Serviços	10
	Adicional km rodado	km	1000
LAVAGENS e POLIMENTO	Lavagem simples veículos leves	Serviços	12
	Lavagem completa veículos leves	Serviços	12
	Lavagem simples veículos utilitários	Serviços	12
	Lavagem completa veículos utilitários	Serviços	12
	Polimento cristalizado veículos leves	Serviços	1
	Polimento cristalizado veículos utilitários	Serviços	1
ALINHAMENTO e BALANCEAMENTO	Veículos leves	Serviços	10
	Veículos utilitários	Serviços	10
MANUTENÇÃO PREVENTIVA	Veículos leves	Serviços	10
	Veículos Utilitários	Serviços	10
MANUTENÇÃO CORRETIVA	Veículos leves	Hora	50
	Veículos Utilitários	Hora	50

CGU/MS

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
COMBUSTÍVEIS	Gasolina comum	Litro	2000
	Etanol	Litro	200
	Diesel S10	Litro	2100
GUINCHO	veículos leves	Serviços	10
	veículos utilitários	Serviços	10
	Adicional km rodado	km	1000
LAVAGENS e POLIMENTO	Lavagem simples veículos leves	Serviços	38
	Lavagem completa veículos leves	Serviços	44
	Lavagem simples veículos utilitários	Serviços	28
	Lavagem completa veículos utilitários	Serviços	30
	Polimento cristalizado veículos leves	Serviços	4
	Polimento cristalizado veículos utilitários	Serviços	2
ALINHAMENTO e BALANCEAMENTO	Veículos leves	Serviços	10
	Veículos utilitários	Serviços	10
MANUTENÇÃO PREVENTIVA	Veículos leves	Serviços	10
	Veículos Utilitários	Serviços	10
MANUTENÇÃO CORRETIVA	Veículos leves	Hora	100
	Veículos Utilitários	Hora	200

SPU/MS			
SERVIÇOS	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
COMBUSTÍVEIS	Gasolina comum	Litro	1000
	Diesel S10	Litro	6000
GUINCHO	veículos leves	Serviços	10
	veículos utilitários	Serviços	10
	Adicional km rodado	km	1000
LAVAGENS e POLIMENTO	Lavagem simples veículos utilitários	Serviços	50
	Lavagem completa veículos utilitários	Serviços	50
	Polimento cristalizado veículos leves	Serviços	3
	Polimento cristalizado veículos utilitários	Serviços	6
ALINHAMENTO e BALANCEAMENTO	Veículos utilitários	Serviços	16
MANUTENÇÃO PREVENTIVA	Veículos Utilitários	Serviços	100
MANUTENÇÃO CORRETIVA	Veículos Utilitários	Hora	200

PFN/MS			
SERVIÇOS	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
COMBUSTÍVEIS	Gasolina comum	Litro	1380
GUINCHO	veículos leves	Serviços	5
	veículos utilitários	Serviços	5
	Adicional km rodado	km	500
LAVAGENS e POLIMENTO	Lavagem simples veículos leves	Serviços	20
	Lavagem completa veículos leves	Serviços	12
	Lavagem simples veículos utilitários	Serviços	20
	Lavagem completa veículos utilitários	Serviços	12
ALINHAMENTO e BALANCEAMENTO	Veículos utilitários	Serviços	10
MANUTENÇÃO PREVENTIVA	Veículos Utilitários	Serviços	10
MANUTENÇÃO CORRETIVA	Veículos Utilitários	Hora	200

SRTE/MS			
SERVIÇOS	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT.
COMBUSTÍVEIS	Gasolina comum	Litro	2500
	Etanol	Litro	2500
	Diesel S10	Litro	25.000
GUINCHO	veículos leves	Serviços	10
	veículos utilitários	Serviços	10
	Adicional km rodado	km	5000
LAVAGENS e POLIMENTO	Lavagem simples veículos leves	Serviços	144
	Lavagem completa veículos leves	Serviços	70
	Lavagem simples veículos utilitários	Serviços	400
	Lavagem completa veículos utilitários	Serviços	40

	Polimento cristalizado veículos leves	Serviços	7
	Polimento cristalizado veículos utilitários	Serviços	12
ALINHAMENTO e BALANCEAMENTO	Veículos leves	Serviços	10
	Veículos utilitários	Serviços	25
MANUTENÇÃO PREVENTIVA	Veículos leves	Serviços	10
	Veículos Utilitários	Serviços	42
MANUTENÇÃO CORRETIVA	Veículos leves	Hora	200
	Veículos Utilitários	Hora	1000

9. PACOTE DE PEÇAS POR VEÍCULOS

9.1. A estimativa de consumo foi definida com base em levantamentos prévios e históricos de utilização da frota, contemplando serviços de manutenção preventiva e corretiva, bem como fornecimento de peças e insumos necessários ao pleno funcionamento dos veículos oficiais.

9.2. Tais quantitativos possuem caráter meramente estimativo, servindo apenas como referência para a formação dos preços e para a adjudicação da contratação no âmbito do Sistema de Registro de Preços, não representando compromisso de consumo integral por parte da Administração.

9.3. Ao todo, foram definidos 14 pacotes de peças que atendem integralmente a frota composta pelos 30 veículos.

9.4. Todos os materiais, peças e insumos eventualmente descritos na planilha de composição de custos da manutenção preventiva deverão ter o valor da respectiva mão de obra já incluso, sendo vedada a cobrança adicional por serviços necessários à correta instalação, substituição ou aplicação dos itens fornecidos.

9.4.1. Para a manutenção corretiva, em razão da imprevisibilidade dos serviços e materiais a serem aplicados, o valor da mão de obra será remunerado conforme o preço unitário da hora técnica contratada, observando-se o orçamento prévio e a autorização do fiscal do contrato. Os materiais e peças utilizados serão reembolsados conforme as condições e valores aprovados na proposta e planilha de referência.

9.5. A contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), de forma que os itens e quantitativos estimados poderão ser acionados conforme a demanda efetiva dos órgãos participantes, não havendo obrigatoriedade de utilização integral do quantitativo registrado.

9.6. A tabela abaixo apresenta os veículos e a composição detalhada de cada pacote de peças, para fins de referência técnica e de padronização da execução contratual.

9.7. Os valores apresentados no Anexo 1 – Planilha de Composição do Preço Estimado possuem caráter estimativo e servem apenas para composição do valor global de referência da contratação, não constituindo base de julgamento. A remuneração efetiva da contratada ocorrerá pela taxa de administração ofertada, incidente sobre o valor das transações efetivamente realizadas no sistema informatizado, conforme verificação da fiscalização técnica.

9.8. As peças e insumos utilizados deverão observar as especificações técnicas do fabricante do veículo, conforme manual de manutenção, admitindo-se peças equivalentes ou de qualidade superior, desde que compatíveis e adequadas ao modelo do veículo.

PACOTE 1			CHEVROLET PRISMA 1.0 MT 2014 - Prata - AXZ6960 - GASOLINA/ETANOL - (CGU/MS)
Quant	Unid	Descrição	
1	Jogo	Pastilhas de freio dianteiras	
1	Jogo	Discos de freio dianteiros	
8	Litros	Óleo W-30 (API SN ou superior, Dexos1 Gen2 é indicado).	
2	Peça	Filtro de ar do motor	
2	Peça	Filtro de óleo do motor	
2	Peça	Filtro de combustível	
1	Conjunto	Bateria 12V 45Ah	
4	Peças	Pneus 185/65 R14	

PACOTE 2			JEEP COMPASS 2018 - Branca - QAB5913 - DIESEL S10 - (SPU/MS)
Quant	Unid	Descrição	
1	Jogo	Pastilhas de freio dianteiras	
1	Jogo	Discos de freio dianteiros	
1	Jogo	Pastilhas de freio traseiras	
12	Litros	Óleo 5W-30 (ACEA C2 ou API SN, conforme manual).	
2	Peça	Filtro de ar do motor	
2	Peça	Filtro de óleo do motor	
2	Peça	Filtro de combustível	
1	Conjunto	Bateria 12V 70Ah	
4	Peças	Pneus 225/60 R17	

PACOTE 3			RENAULT DUSTER 2.0 4X2 - 2017 - Branca - QAB5461 - GASOLINA/ETANOL - (CGU/MS)
Quant	Unid	Descrição	
1	Jogo	Pastilhas de freio dianteiras	
1	Jogo	Discos de freio dianteiros	
12	Litros	Óleo do motor 5W-30(API SN ou superior)	
2	Peça	Filtro de ar do motor	
2	Peça	Filtro de óleo do motor	

2	Peça	Filtro de combustível
1	Conjunto	Bateria 12V 70Ah
4	Peças	Pneus 215/65 R16

PACOTE 4	NISSAN VERSA 2013 - Branca - HTO3E36 - GASOLINA/ETANOL - (SPU/MS)	
Quant	Unid	Descrição
1	Jogo	Pastilhas de freio dianteiras
1	Jogo	Discos de freio dianteiros
8	Litros	Óleo do motor 5W-30 (API SN ou superior)
2	Peça	Filtro de ar do motor
2	Peça	Filtro de óleo do motor
2	Peça	Filtro de combustível
1	Conjunto	Bateria 12V 45Ah
4	Peças	Pneus 185/65 R15

PACOTE 5	TOYOTA COROLLA GLI 2018 - Preta - GCI7874 - GASOLINA/ETANOL - (SRTE/MS) TOYOTA COROLLA ALTIS 2013 - Branca - NHU6068 - GASOLINA/ETANOL - (SRTE/MS)	
Quant	Unid	Descrição
1	Jogo	Pastilhas de freio dianteiras
1	Jogo	Discos de freio dianteiros
10	Litros	Óleo do motor 0W-20 (API SN ou superior)
2	Peça	Filtro de ar do motor
2	Peça	Filtro de óleo do motor
2	Peça	Filtro de combustível
1	Conjunto	Bateria 12V60Ah
4	Peças	Pneus 205/55 R16

PACOTE 6	VOLKSWAGEN VOYAGE CITY - 2014 - Prata - AYM9272 - GASOLINA/ETANOL - (SRTE/MS)	
Quant	Unid	Descrição
1	Jogo	Pastilhas de freio dianteiras
1	Jogo	Discos de freio dianteiros
8	Litros	Óleo do motor 5W-300(API SN ou superior)
2	Peça	Filtro de ar do motor
2	Peça	Filtro de óleo do motor
2	Peça	Filtro de combustível
1	Conjunto	Bateria 12V 60Ah
4	Peças	Pneus 185/60 R14

PACOTE 7	TOYOTA ETIOS HB - 2018 - Branca - FQM0749 - GASOLINA/ETANOL - (SRTE/MS) TOYOTA ETIOS HB - 2018 - Branca - FPK8081 - GASOLINA/ETANOL - (SRTE/MS) TOYOTA ETIOS HB - 2018 - Branca - FWC3358 - GASOLINA/ETANOL - (SRTE/MS)	
Quant	Unid	Descrição
1	Jogo	Pastilhas de freio dianteiras
1	Jogo	Discos de freio dianteiros
2	Litros	Óleo do motor 0W-20(API SN ou superior)
2	Peça	Filtro de ar do motor
2	Peça	Filtro de óleo do motor
2	Peça	Filtro de combustível
1	Conjunto	Bateria 12V 45Ah
4	Peças	Pneus 175/65 R14

PACOTE 8	FIAT DOBLO 1.8 2013- Branca - NRZ3C34 - Gasolina/Etanol - (SRA/MS) FIAT DOBLO 1.8 2013 - Branca - HTO3648 - Gasolina/Etanol - (PFN/MS)	
Quant	Unid	Descrição
1	Jogo	Pastilhas de freio dianteiras
1	Jogo	Discos de freio dianteiros
8	Litros	Óleo do motor 5W-30 ou 15W-40 (API SN ou superior)

2	Peça	Filtro de ar do motor
2	Peça	Filtro de óleo do motor
2	Peça	Filtro de combustível
1	Conjunto	Bateria 12V60 Ah
4	Peças	Pneus 195/65 R15

PACOTE 9	FORD RANGER XLS CD 2.25 - 2013 - Branca - NRZ3701 - GASOLINA/ETANOL - (PFN/MS)	
	FORD RANGER XLS CD 2.25 - 2013 - Branca - NRZ3325 - GASOLINA/ETANOL - (SRA/MS)	
Quant	Unid	Descrição
1	Jogo	Pastilhas de freio dianteiras
1	Jogo	Discos de freio dianteiros
10	Litros	Óleo do motor 5W-30(API SN ou superior)
2	Peça	Filtro de ar do motor
2	Peça	Filtro de óleo do motor
2	Peça	Filtro de combustível
1	Conjunto	Bateria 12V 70Ah
4	Peças	Pneus 225/70 R16

PACOTE 10		CHEVROLET TRAILBLAZER 2023 - Branca - SSK1B36 - DIESEL S10 - (SRTE/MS)
Quant	Unid	Descrição
1	Jogo	Pastilhas de freio dianteiras
1	Jogo	Discos de freio dianteiros
10	Litros	5W-30 dexos1 Gen3
2	Peça	Filtro de ar do motor
2	Peça	Filtro de óleo do motor
2	Peça	Filtro de combustível (diesel)
1	Conjunto	Bateria 12V 70Ah
4	Peças	Pneus 265/70 R16

PACOTE 11	MITSUBISHI L200 TRITON 2015 - Azul - PAC8590 - DIESEL S10 - (SRTE/MS)	
	MITSUBISHI L200 TRITON 2015 - Branca -NRL9283 - DIESEL S10 - (SPU/MS)	
	MITSUBISHI L200 TRITON 2020 - Branca - QAV2J16 - DIESEL S10 - (CGU/MS)	
Quant	Unid	Descrição
1	Jogo	Pastilhas de freio dianteiras
1	Jogo	Discos de freio dianteiros
10	Litros	Óleo do motor 10W-30 (API CI-4 superior)
2	Peça	Filtro de ar do motor
2	Peça	Filtro de óleo do motor
2	Peça	Filtro de combustível
1	Conjunto	Bateria 12V 70Ah
4	Peças	Pneus 265/65 R17

PACOTE 12	MITSUBISHI PAJERO DAKAR 2013 - Branca - NRL8626 - Diesel S10 - (SRTE/MS)	
	MITSUBISHI PAJERO DAKAR 2013 - Prata - HTO3383 - Diesel S10 - (SRTE/MS)	
	MITSUBISHI PAJERO DAKAR 2012 - Prata - NRZ3143 - Diesel S10- (SRTE/MS)	
	MITSUBISHI PAJERO DAKAR 2012 - Prata - HTO3674 - Diesel S10 - (SRTE/MS)	
	MITSUBISHI PAJERO DAKAR 2013 - Branca - NRL8625 - Diesel S10 - (SRTE/MS)	
	MITSUBISHI PAJERO DAKAR 2015 - Preta - OOU9H77 - Diesel S10 - (SPU/MS)	
Quant	Unid	Descrição
1	Jogo	Pastilhas de freio dianteiras
1	Jogo	Discos de freio dianteiros
14	Litros	5W-30 ou 0W-30 (API CI-4 ou superior – motor diesel)
2	Peça	Filtro de ar do motor
2	Peça	Filtro de óleo do motor
2	Peça	Filtro de combustível (diesel)
1	Conjunto	Bateria 12V 70Ah
4	Peças	Pneus 265/70 R16

PACOTE 13	TOYOTA HILUX 2010 - Prata - NRJ8600 - DIESEL S10 - (SRTE/MS)	
	TOYOTA HILUX 2016 - Prata - QAA1420 - DIESEL S10 - (SRTE/MS)	
Quant	Unid	Descrição
1	Jogo	Pastilhas de freio dianteiras
1	Jogo	Discos de freio dianteiros
14	Litros	10W-30 (API CI-4 ou superior)
2	Peça	Filtro de ar do motor
2	Peça	Filtro de óleo do motor
2	Peça	Filtro de combustível (diesel)
1	Conjunto	Bateria 12V 70Ah
4	Peças	Pneus 265/65 R17

PACOTE 14	TOYOTA SW4 2016 - Prata - QAD7958 - DIESEL S10 - (SRTE/MS)	
	TOYOTA SW4 2015 - Prata - OOR5789 - DIESEL S10 - (SRTE/MS)	
	TOYOTA SW4 2022 - Cinza - RWB9F57 - DIESEL S10 - (SRTE/MS)	
Quant	Unid	Descrição
1	Jogo	Pastilhas de freio dianteiras
1	Jogo	Discos de freio dianteiros
14	Litros	5W-30 ou 0W-30 (API CI-4 ou superior – motor diesel)
2	Peça	Filtro de ar do motor
2	Peça	Filtro de óleo do motor
2	Peça	Filtro de combustível (diesel)
1	Conjunto	Bateria 12V 70Ah
4	Peças	Pneus 265/70 R16

10. MANUTENÇÃO PREVENTIVA

10.1. A manutenção preventiva constitui-se em um conjunto de ações técnicas programadas, realizadas com base na periodicidade de tempo ou na quilometragem rodada, conforme orientações do fabricante e boas práticas consolidadas na gestão de frotas públicas e privadas.

10.2. As manutenções preventivas devem ser realizadas por empresas especializadas, observando as recomendações dos fabricantes dos veículos e os manuais técnicos disponíveis;

10.3. As substituições de peças e fluidos deverão utilizar insumos novos e compatíveis, vedando-se o uso de peças reconcondicionadas ou adaptadas;

10.4. PLANO BÁSICO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

10.4.1. MOTOR

- 10.4.1.1. Verificar nível e estado do óleo lubrificante do motor;
- 10.4.1.2. Trocar óleo e filtro do motor (conforme prazo ou quilometragem);
- 10.4.1.3. Verificar fluido de arrefecimento (nível, vazamentos, mangueiras e reservatório);
- 10.4.1.4. Verificar estado de tensão, alinhamento e desgaste da correia do alternador e demais correias;
- 10.4.1.5. Verificar vestígios de vazamentos de óleo, combustível ou água;
- 10.4.1.6. Inspeccionar filtro de ar e substituir conforme periodicidade;
- 10.4.1.7. Verificar filtro de combustível e substituir conforme periodicidade;
- 10.4.1.8. Verificar ruídos e vibrações anormais no motor (funcionamento em marcha lenta).

10.4.2. SISTEMA DE TRANSMISSÃO

- 10.4.2.1. Verificar nível e vazamentos de óleo da caixa de marchas;
- 10.4.2.2. Inspeccionar sistema de embreagem (se aplicável);
- 10.4.2.3. Verificar juntas homocinéticas e eixos de transmissão;
- 10.4.2.4. Verificar operação do câmbio automático/manual.

10.4.3. SISTEMA DE FREIOS

- 10.4.3.1. Verificar pastilhas e discos de freio (desgaste, ruído, espessura);
- 10.4.3.2. Verificar lonas e tambores (se aplicável);
- 10.4.3.3. Verificar fluido de freio (nível, prazo de troca);
- 10.4.3.4. Testar freio de estacionamento;
- 10.4.3.5. Verificar vazamentos no sistema hidráulico.

10.4.4. SISTEMA DE SUSPENSÃO E DIREÇÃO

- 10.4.4.1. Verificar amortecedores (vazamentos e eficiência);
- 10.4.4.2. Verificar molas e batentes;
- 10.4.4.3. Inspeccionar buchas e bandejas;
- 10.4.4.4. Verificar alinhamento e balanceamento;

10.4.4.5. Verificar sistema de direção (elétrica, mecânica ou hidráulica/fluido);

10.4.5. **RODAS E PNEUS**

- 10.4.5.1. Verificar pressão dos pneus e calibrar (inclusive estepe);
- 10.4.5.2. Verificar estado de conservação e desgaste da banda de rodagem (TWI);
- 10.4.5.3. Verificar estado (empeno) das rodas e parafusos de fixação.

10.4.6. **SISTEMA ELÉTRICO**

- 10.4.6.1. Verificar funcionamento dos faróis, lanternas, luzes de freio, ré e setas;
- 10.4.6.2. Verificar luzes internas e painel de instrumentos;
- 10.4.6.3. Verificar bateria (estado, polos, carga, fixação);
- 10.4.6.4. Verificar alternador e motor de partida.

10.4.7. **SISTEMA DE VISIBILIDADE**

- 10.4.7.1. Verificar funcionamento e estado das palhetas do limpador de para-brisa;
- 10.4.7.2. Verificar reservatório e jatos do lavador de para-brisa;
- 10.4.7.3. Verificar limpador de para-brisa e desembaçador traseiro (se aplicável);
- 10.4.7.4. Verificar espelhos retrovisores (ajuste, integridade).

10.4.8. **ITENS DE SEGURANÇA**

- 10.4.8.1. Verificar presença e estado do macaco, chave de roda e estepe;
- 10.4.8.2. Verificar iluminação do painel e estado dos bancos;
- 10.4.8.3. Verificar ruídos anormais durante o uso;
- 10.4.8.4. Inspeccionar carroceria (corrosões, batidas, lanternas danificadas).

10.4.9. **AR-CONDICIONADO E FILTROS**

- 10.4.9.1. Verificar funcionamento do ar-condicionado;
- 10.4.9.2. Verificar estado do filtro de cabine (antipólen), substituir se necessário;
- 10.4.9.3. Verificar eficiência do sistema de ventilação interna.

10.4.10. **LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DO VEÍCULO**

- 10.4.10.1. Lavagem da carroceria com produtos neutros, evitando abrasivos;
- 10.4.10.2. Remoção de resíduos sólidos e manchas (lama, insetos, piche, etc.);
- 10.4.10.3. Limpeza dos vidros, faróis e lanternas;
- 10.4.10.4. Lavagem das rodas, caixas de rodas e para-lamas;
- 10.4.10.5. Aspiração completa do interior, incluindo porta-malas;
- 10.4.10.6. Limpeza dos tapetes, bancos e painéis;
- 10.4.10.7. Higienização de superfícies de contato (volante, câmbio, maçanetas, cintos);
- 10.4.10.8. Eliminação de odores internos, quando aplicável.

10.5. **PROCEDIMENTO DE AUTORIZAÇÃO E CONTROLE DE CUSTOS DAS MANUTENÇÕES PREVENTIVAS**

- 10.5.1. As manutenções preventivas que envolvam substituição de peças, fluidos ou insumos deverão ser precedidas de apresentação de orçamento detalhado pela contratada, contendo descrição dos serviços, valores unitários e totais, identificação das peças (marca, modelo e referência) e prazo de execução.
- 10.5.2. A Fiscalização poderá utilizar como referência bancos oficiais de preços, publicações especializadas ou médias regionais de mercado.
- 10.5.3. A autorização da Fiscalização deverá ser formalizada no sistema informatizado de gestão de frota, vinculada à respectiva Ordem de Serviço digital, antes da execução do serviço.
- 10.5.4. Compete à Contratada manter registro histórico das manutenções preventivas realizadas, incluindo quilometragem, data, peças aplicadas e custo total, de modo a permitir o acompanhamento técnico e financeiro da frota.
- 10.5.5. A execução sem prévia autorização ou sem registro eletrônico será considerada irregular e poderá implicar glosa.

10.6. **REGISTRO E CONTROLE DE MANUTENÇÃO**

- 10.6.1. O sistema informatizado deverá manter histórico consolidado das manutenções preventivas e corretivas realizadas, incluindo data, quilometragem, peças aplicadas, valores, garantia e número da Ordem de Serviço, de modo a permitir auditoria e gestão da frota por indicadores.

10.7. As especificações e exigências técnicas descritas nesta seção têm como base as justificativas constantes do Estudo Técnico Preliminar, item 4.4.2, que instrui o presente processo, o qual integra este documento para todos os efeitos.

11. **MANUTENÇÃO CORRETIVA**

11.1. A manutenção corretiva compreende os serviços de reparo, substituição ou restauração de componentes, conjuntos e sistemas do veículo, quando verificada falha, avaria, desgaste acentuado ou mau funcionamento que comprometa a segurança, o desempenho ou a conservação do bem.

11.2. A necessidade de manutenção corretiva deverá ser constatada pela contratada ou pela Fiscalização Técnica, devendo ser emitido relatório de diagnóstico contendo, no mínimo:

- a) identificação do veículo (placa, marca, modelo, chassi e quilometragem);
- b) descrição detalhada da irregularidade verificada;
- c) indicação dos componentes a reparar ou substituir;
- d) estimativa do tempo de imobilização;
- e) evidências fotográficas ou relatórios do sistema de diagnóstico eletrônico, quando aplicável.

- 11.3. Após a emissão do relatório técnico, a contratada deverá apresentar orçamento detalhado, discriminando os serviços e peças necessários, com valores unitários e totais, identificação das marcas e prazos de garantia.
- 11.4. O orçamento será submetido à aprovação prévia da Fiscalização Técnica, que avaliará a razoabilidade e compatibilidade com o mercado local, a pertinência das intervenções propostas e a compatibilidade dos preços com os praticados no mercado.
- 11.5. A autorização da Fiscalização deverá ser formalizada no sistema informatizado de gestão de frota, vinculada à respectiva Ordem de Serviço digital, antes da execução do serviço.
- 11.6. Em caso de serviços emergenciais, necessários à liberação imediata do veículo, a contratada poderá realizar o reparo após autorização verbal ou eletrônica da Fiscalização, devendo registrar a justificativa e o orçamento correspondente no sistema até o primeiro dia útil subsequente.
- 11.7. A contratada deverá utilizar peças novas, originais ou equivalentes, observando a qualidade e a procedência, vedado o uso de peças reconcondicionadas ou adaptadas.
- 11.8. A Fiscalização Técnica poderá, a qualquer momento, solicitar documentos comprobatórios de origem das peças, notas fiscais, catálogos técnicos e relatórios de garantia, a fim de assegurar a rastreabilidade e o controle de qualidade.
- 11.9. Compete à Contratada manter, no sistema informatizado, histórico completo das manutenções corretivas realizadas, com registro dos relatórios técnicos, orçamentos, autorizações, notas fiscais e garantias aplicáveis.
- 11.10. O descumprimento do procedimento de autorização prévia, bem como a execução de serviços sem o devido registro no sistema, poderá ensejar a glosa dos valores correspondentes e aplicação das sanções contratuais cabíveis.
- 11.11. As justificativas técnicas referente a aprovação prévia do fiscal técnico constam do Estudo Técnico Preliminar, item 4.7.2, que compõe o presente processo.
- 11.12. **Relação de peças previstas para execução de manutenção corretiva:**

11.12.1. Apresenta-se, a seguir, uma lista exemplificativa de peças comumente utilizadas em manutenções corretivas veiculares.

11.12.2. Alguns itens não listados poderão ser demandados, conforme o diagnóstico técnico, uso e desgaste do veículo

11.12.3. A Administração se reserva o direito de avaliar tecnicamente a pertinência da substituição de quaisquer peças não previstas na listagem exemplificativa abaixo.

11.12.3.1. **Motor**

a) Filtro de óleo

b) Filtro de ar

c) Filtro de combustível

d) Vela de ignição

e) Cabos de vela

f) Bomba de combustível

g) Bomba d’água

h) Junta do cabeçote

i) Retentores diversos

j) Sensor de temperatura

k) Sensor de detonação

l) Correia dentada ou corrente de comando

m) Tensor da correia

n) Polias

o) Carter do motor

p) Coxins do motor

11.12.3.2. **Arrefecimento**

a) Radiador

b) Tampa do radiador ou do reservatório

c) Válvula termostática

d) Mangueiras de arrefecimento

e) Reservatório de expansão

f) Eletroventilador

g) Sensor de temperatura

h) Conectores e abraçadeiras

11.12.3.3. **Sistema de Transmissão**

a) Disco de embreagem

b) Platô

c) Atuador hidráulico ou rolamento

d) Eixo homocinético

e) Coifa da homocinética

f) Retentor da caixa de marchas

g) Cabo do câmbio

h) Sensor de velocidade

- i) Trambulador
- j) Óleo da transmissão

11.12.3.4. **Freios**

- a) Pastilhas e discos de freio
- b) Lonas e tambores
- c) Cilindro mestre
- d) Servo freio (hidrovácuo)
- e) Pinças de freio
- f) Cilindros de roda
- g) Mangueiras e tubos de freio
- h) Fluido de freio
- i) Sensores ABS

11.12.3.5. **Suspensão e Direção**

- a) Amortecedores
- b) Molas helicoidais
- c) Coxins, batentes e coifas
- d) Buchas de bandeja
- e) Pivôs de suspensão
- f) Barras estabilizadoras
- g) Terminais de direção
- h) Caixa de direção (mecânica ou hidráulica)
- i) Fluido da direção hidráulica

11.12.3.6. **Sistema Elétrico e Eletrônico**

- a) Bateria
- b) Alternador
- c) Motor de partida
- d) Relés e fusíveis
- e) Chicote elétrico
- f) Interruptores e botões
- g) Sensores e atuadores
- h) Módulo eletrônico (ECU)
- i) Iluminação externa e interna
- j) Painel de instrumentos

11.12.3.7. **Rodagem**

- a) Pneus
- b) Rodas (aros)
- c) Porcas/parafusos
- d) Rolamentos de roda
- e) Cubo de roda
- f) Flanges

11.12.3.8. **Sistema de Escape**

- a) Tubulação do escapamento
- b) Silencioso intermediário e traseiro
- c) Catalisador
- d) Junta do escapamento
- e) Suportes e fixadores
- f) Sensor de oxigênio (sonda lambda)

11.12.3.9. **Carroceria e Conforto**

- a) Para-brisas
- b) Maçanetas e fechaduras
- c) Vidros e canaletas
- d) Mecanismos de vidro e travas
- e) Palhetas do limpador
- f) Motor do limpador
- g) Revestimentos internos

- h) Cintos de segurança
- i) Espelhos retrovisores
- j) Painéis de portas

11.12.3.10. Sistema de Ar-condicionado

- a) Filtro de cabine
- b) Compressor
- c) Condensador
- d) Evaporador
- e) Válvula de expansão
- f) Correias e polias
- g) Sensor de temperatura interna
- h) Ventoinha interna

11.12.3.11. Após efetuação da manutenção corretiva a contratada deverá providenciar a lavagem completa do veículo.

11.13. A Fiscalização poderá solicitar segunda avaliação técnica ou parecer independente sempre que houver divergência relevante entre diagnóstico e orçamento, sem ônus adicional à Administração.

12. LAVAGEM

13.1. Os serviços de lavagem simples e completa dos veículos deverão ser executados por meio de rede de empresas credenciadas e previamente disponibilizadas pela contratada, com atendimento em horário comercial e observância dos padrões de qualidade e sustentabilidade previstos neste Caderno de Especificações.

13.1.1. Caberá à contratada fornecer todos os materiais, equipamentos e produtos necessários à execução dos serviços, devendo utilizar substâncias adequadas à conservação da pintura, dos acabamentos e das superfícies internas e externas dos veículos, sem uso de produtos corrosivos ou agressivos ao meio ambiente.

13.1.2. O pagamento pelos serviços de lavagem será efetuado conforme os valores unitários estabelecidos na proposta vencedora e constantes da planilha de preços, observadas as quantidades estimadas no edital e em seus anexos.

13.2. Tipos de Lavagem

12.0.1. Lavagem simples

A lavagem simples compreende, **no mínimo**, a execução das seguintes atividades:

- a) lavagem externa, utilizando material adequado e sabão neutro próprio para pinturas veiculares;
- b) secagem completa da carroceria;
- c) limpeza de pneus;
- d) limpeza dos para-brisas (interno e externo), com produto específico para remoção de sujeiras em áreas envidraçadas;
- e) limpeza dos espelhos retrovisores (interno e externo);
- f) lavagem e higienização dos tapetes;
- g) aspiração do interior do veículo, incluindo o porta-malas;
- h) limpeza dos componentes internos (painel, portas, maçanetas, borrachas e similares), utilizando produto não corrosivo e compatível com os materiais;
- i) demais procedimentos complementares necessários à boa conservação e aparência do veículo.

12.0.2. Lavagem completa

A lavagem completa compreende, além dos serviços previstos na lavagem simples, as seguintes atividades adicionais:

- a) lavagem do assoalho e partes inferiores do veículo (inclusive para-lamas e para-choques);
- b) aplicação de produtos adequados à remoção de resíduos aderidos, tais como lama e óleo;
- c) enceramento da pintura (aplicação e polimento), utilizando equipamento e produto apropriados à conservação da superfície;
- d) limpeza minuciosa de vidros, espelhos, pneus e componentes internos;
- e) aspiração completa do interior, inclusive porta-malas;
- f) execução de outros serviços necessários para garantir a conservação e a apresentação do veículo em condições adequadas de uso.

12.0.3. Polimento e Cristalização

12.0.3.1. O serviço de polimento cristalizado tem por finalidade restaurar o brilho e a aparência da pintura automotiva, removendo manchas e micro-imperfeições causadas por resina de árvores, fezes de pássaros, insetos, oxidação solar e riscos superficiais.

12.0.3.2. A execução deverá ser realizada mediante o uso de massa de polir aplicada com politriz de alta rotação, finalizando com enceramento e aplicação de cera pasta protetora, utilizando apenas produtos adequados e compatíveis com a superfície tratada.

12.1. Condições de Execução e Sustentabilidade

12.1.1. Os serviços de lavagem deverão observar boas práticas ambientais, com uso racional de água e produtos biodegradáveis, preferencialmente em locais que disponham de sistemas de reaproveitamento ou separação de efluentes, conforme diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (AGU, 2023).

12.1.2. A contratada deverá garantir que os prestadores credenciados atuem de forma regularizada perante os órgãos ambientais e sanitários, responsabilizando-se pela correta destinação de resíduos, óleos e efluentes resultantes da lavagem dos veículos.

13. SERVIÇO DE SOCORRO MECÂNICO E GUINCHO

13.1. Socorro Mecânico e Guincho

13.1.1. Compete à Contratada garantir a prestação dos serviços de socorro mecânico e reboque, por meio de carro guincho, aos veículos da frota oficial que apresentarem impossibilidade de locomoção em razão de falhas mecânicas, elétricas ou acidentes que impeçam o deslocamento seguro até oficina ou posto de atendimento credenciado.

- 13.1.2. O serviço de socorro e reboque deverá ser prestado em regime de plantão contínuo, com disponibilidade de atendimento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, devendo ser fornecido à contratante número de telefone e canais digitais de contato para chamados emergenciais, inclusive fora do horário comercial, sem qualquer ônus adicional para a Administração.
- 13.1.3. O prazo máximo para atendimento dos chamados observará os seguintes parâmetros:
- a) atendimento e execução do serviço de socorro mecânico (guincho) em um raio de até 100 (cem) quilômetros a partir do endereço do órgão requisitante, no prazo máximo de 1 (uma) hora após a solicitação;
 - b) para distâncias superiores a 100 (cem) quilômetros, o prazo de atendimento será de 1 (uma) hora para cada fração de 100 (cem) quilômetros ou fração, contadas a partir da solicitação do serviço;
 - c) o tempo de deslocamento será contado a partir do registro do chamado no sistema informatizado ou por telefone, devendo a contratada manter registro eletrônico de todas as ocorrências e respectivos tempos de resposta.
- 13.1.4. A contratada poderá, sob sua inteira responsabilidade, subcontratar empresas especializadas para execução do serviço de guincho, desde que estas estejam regularmente credenciadas, atendam às normas de segurança e qualidade e garantam o cumprimento integral dos prazos e condições contratuais.
- 13.1.5. A contratada será responsável por todos os danos causados aos veículos durante o reboque, transporte ou manuseio, devendo assegurar a integridade do bem até sua entrega no local de destino indicado pela Administração.
- 13.1.6. Os valores aplicáveis aos serviços de reboque, incluindo acionamentos e quilômetros adicionais, serão aqueles constantes da proposta vencedora e da planilha de preços homologada, não sendo admitida qualquer cobrança fora dos parâmetros contratuais.
- 13.1.7. O serviço deverá estar disponível em todo o território do Estado de Mato Grosso do Sul, de forma compatível com a cobertura da rede credenciada de oficinas, assegurando atendimento rápido e contínuo aos órgãos participantes, inclusive em rodovias estaduais e federais.
- 13.1.8. O sistema informatizado da contratada deverá registrar todos os atendimentos realizados, contendo data, horário, local de acionamento, veículo atendido, condutor responsável, empresa executora e tempo total de resposta, de modo a permitir o acompanhamento e auditoria pela fiscalização contratual.

14. ROTINA E CRITÉRIOS TÉCNICOS DE ABASTECIMENTO

- 14.1. O abastecimento deverá ocorrer exclusivamente em postos de combustíveis credenciados, mediante identificação eletrônica do veículo e do condutor, assegurando o registro automático de todas as operações no sistema informatizado de gestão.
- 14.2. O sistema deverá bloquear automaticamente abastecimentos duplicados, fora de horário autorizado ou acima do limite preestabelecido para cada veículo, conforme parâmetros definidos pela Administração.
- 14.3. É vedado o abastecimento em postos não credenciados, exceto em situações emergenciais devidamente autorizadas pela fiscalização, devendo o evento ser registrado e justificado no sistema.
- 14.4. O registro de cada abastecimento deverá conter, no mínimo: placa do veículo, hodômetro, data, horário, tipo e quantidade de combustível, valor unitário e total, identificação do condutor e do posto credenciado responsável pela operação.
- 14.5. Os estabelecimentos integrantes da rede credenciada deverão emitir documento fiscal correspondente ao combustível fornecido ou ao serviço executado, observada a legislação tributária aplicável, podendo tais documentos ser emitidos em nome da Administração, na condição de consumidora final da operação.
- 14.5.1. A emissão do documento fiscal deverá ocorrer no momento da realização do abastecimento ou da execução do serviço, devendo a respectiva operação ser registrada simultaneamente no sistema informatizado de gestão disponibilizado pela Contratada.
 - 14.5.2. Os dados constantes dos documentos fiscais emitidos pelos estabelecimentos credenciados deverão corresponder às informações registradas no sistema informatizado de gestão da frota, permitindo a rastreabilidade, conferência e fiscalização das transações pela Administração.
 - 14.5.3. A emissão de documento fiscal pelos estabelecimentos credenciados não caracteriza relação contratual direta entre a Administração e os referidos estabelecimentos, observando-se que o fluxo de faturamento, repasse e liquidação financeira ocorrerá conforme disposto no item 15.3 deste Caderno de Especificações.
- 14.6. O sistema de gestão deverá adotar, como referência técnica para controle de preços, os valores divulgados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP, observando o menor valor entre o preço de bomba praticado pelo posto credenciado e o valor médio informado pela ANP para o município ou região correspondente.
- 14.7. O desconto contratual aplicável aos combustíveis deverá incidir sempre sobre o menor valor de referência disponível (bomba ou tabela ANP), assegurando a economicidade da contratação e a compatibilidade com as práticas de mercado. Quando o combustível não for objeto de desconto, o sistema deverá apenas registrar e aplicar o menor valor entre as referências de bomba e ANP, conforme previsto no Termo de Referência.
- 14.8. O sistema informatizado deverá possuir campo específico para registro e auditoria dos valores da ANP vigentes, permitindo conferência automática entre os preços praticados na bomba e os valores de referência, mantendo histórico atualizado e acessível à fiscalização por, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses.
- 14.9. Todos os postos integrantes da rede credenciada deverão estar devidamente registrados e em situação regular perante a ANP, observando o disposto na Resolução ANP nº 9/2007 e demais normas complementares.
- 14.10. Caberá à contratada monitorar permanentemente a conformidade da rede credenciada, substituindo de imediato os postos autuados, interditados ou em situação irregular perante a ANP, de forma a garantir a qualidade dos combustíveis e a regularidade da execução contratual.
- 14.11. O sistema deverá gerar relatórios consolidados de abastecimento, contendo quantitativos, valores, médias de consumo e eventuais inconsistências, possibilitando auditoria pela Administração e acompanhamento dos indicadores de desempenho da frota.

15. DESCRIÇÃO DETALHADA DOS MÉTODOS, ROTINAS E PERIODICIDADE DE EXECUÇÃO

15.1. Método de trabalho

- 15.1.1. A execução dos serviços deverá ocorrer de forma integrada e automatizada, por meio de sistema informatizado de gestão de frotas, capaz de registrar, controlar e consolidar todas as operações relativas a abastecimento, manutenção, guincho, lavagem e demais serviços vinculados à frota oficial.
- 15.1.2. O sistema deverá permitir rastreabilidade total das transações, desde a identificação do veículo e do condutor até a emissão da nota fiscal e o fechamento mensal das despesas, integrando informações em tempo real com a Administração contratante.

15.2. Rotinas e etapas operacionais

- a) Credenciamento da rede: a contratada deverá manter rede de postos e oficinas credenciadas previamente aprovadas, garantindo cobertura em todos os municípios atendidos.
- b) Abastecimento: identificação eletrônica do veículo e do condutor; registro automático da operação; bloqueio de abastecimentos duplicados ou fora do limite autorizado; comparação entre preço de bomba e tabela ANP, com adoção do menor valor.
- c) Manutenção preventiva e corretiva: agendamento eletrônico; autorização via sistema; execução conforme especificações do fabricante; emissão de relatório técnico de serviço; liberação do veículo mediante aprovação da fiscalização.
- d) Serviços de lavagem: atendimento mediante credenciamento; controle de quantidade e tipo de lavagem; uso obrigatório de produtos biodegradáveis; registro automático da execução no sistema.
- e) Guincho e socorro mecânico: atendimento 24h; registro eletrônico do chamado; rastreabilidade do deslocamento; comprovação de execução mediante laudo de atendimento.
- f) Relatórios de gestão: consolidação automática mensal com resumo de consumos, custos, quilometragem, média de consumo por veículo, incidência de manutenções e histórico de abastecimentos.

15.3. Fluxo de faturamento, repasse e liquidação financeira

- 15.3.1. Todas as operações de abastecimento, manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, lavagem, guincho e demais serviços vinculados à frota oficial deverão ser registradas no sistema informatizado de gestão disponibilizado pela Contratada, assegurando a rastreabilidade completa das transações realizadas.
- 15.3.2. O registro das operações deverá conter, no mínimo, identificação do veículo, condutor, estabelecimento credenciado responsável pela execução do serviço ou fornecimento, data, horário, quantitativo, valores praticados e demais informações necessárias ao acompanhamento e fiscalização contratual.
- 15.3.3. Os estabelecimentos integrantes da rede credenciada deverão emitir os documentos fiscais relativos aos combustíveis fornecidos ou aos serviços executados em nome da CONTRATADA, responsável pela gestão administrativa, operacional e financeira das transações realizadas no âmbito da rede credenciada, observada a legislação tributária aplicável.
- 15.3.4. Os documentos fiscais emitidos pelos estabelecimentos credenciados terão finalidade de comprovação das operações realizadas e de registro contábil e fiscal das transações efetuadas no sistema informatizado de gestão da frota, não caracterizando relação contratual ou obrigação de pagamento direto entre a Administração e os referidos estabelecimentos.
- 15.3.5. A gestão administrativa, operacional e financeira da rede credenciada será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, incluindo o processamento das transações registradas no sistema, bem como a liquidação financeira e o pagamento aos estabelecimentos credenciados pelos serviços executados ou produtos fornecidos.
- 15.3.6. A Administração efetuará pagamento exclusivamente à CONTRATADA, mediante apresentação de nota fiscal ou fatura consolidada referente ao período de faturamento, correspondente ao valor total das transações registradas no sistema informatizado de gestão da frota, relativas aos serviços executados e produtos fornecidos pela rede credenciada, observadas as condições contratuais e a eventual incidência da taxa de administração proposta na licitação.
- 15.3.6.1. Para fins de liquidação da despesa, será considerada a nota fiscal ou fatura consolidada emitida pela Contratada, acompanhada dos relatórios gerenciais extraídos do sistema informatizado de gestão da frota.
- 15.3.6.2. Os documentos fiscais emitidos pelos estabelecimentos integrantes da rede credenciada constituem documentação comprobatória das operações realizadas, devendo permanecer registrados no sistema informatizado de gestão da frota para fins de conferência, auditoria e fiscalização pela Administração.
- 15.3.7. A nota fiscal ou fatura apresentada pela CONTRATADA deverá estar acompanhada de relatórios consolidados extraídos do sistema informatizado de gestão da frota, contendo, no mínimo:
- a) identificação do veículo;
 - b) órgão usuário;
 - c) estabelecimento credenciado responsável pela execução do serviço ou fornecimento;
 - d) tipo de serviço executado ou produto fornecido;
 - e) data da operação;
 - f) quantidades registradas;
 - g) valores unitários e totais das operações realizadas no período.
- 15.3.8. Eventuais relações comerciais, condições negociais ou descontos comerciais estabelecidos entre a Contratada e os integrantes da rede credenciada constituem relações próprias da gestão da rede, não gerando vínculo jurídico direto entre a Administração e os referidos estabelecimentos.
- 15.3.9. A emissão de documentos fiscais pelos estabelecimentos credenciados em nome da Administração não caracteriza relação contratual direta entre a Administração e tais estabelecimentos, cabendo exclusivamente à Contratada a responsabilidade pela gestão, operacionalização e liquidação financeira das transações realizadas no âmbito do contrato.
- 15.3.10. É vedada a cobrança direta à Administração por parte dos estabelecimentos integrantes da rede credenciada, devendo todas as relações comerciais e financeiras ocorrer exclusivamente entre tais estabelecimentos e a CONTRATADA.
- 15.3.11. Todo o fluxo operacional e financeiro deverá permanecer registrado no sistema informatizado de gestão da frota, garantindo rastreabilidade integral das transações e permitindo auditoria e fiscalização pela Administração durante toda a vigência contratual.

15.4. Procedimentos e tecnologias

- 15.4.1. Os serviços deverão ser executados utilizando tecnologias de rastreamento, controle e integração eletrônica, com interface web segura, permitindo acesso simultâneo da fiscalização e geração de relatórios customizáveis.
- 15.4.2. Os lançamentos deverão ocorrer de forma on-line e georreferenciada, impedindo registros manuais que não tenham lastro eletrônico.
- 15.4.3. Compete à Contratada adotar ferramentas de controle automatizado de consumo, com alertas de desvios e bloqueios configuráveis, integradas a banco de dados auditáveis pela Administração.

15.5. Frequência e periodicidade de execução

- a) Abastecimento: conforme necessidade operacional dos órgãos participantes, em regime contínuo, 24h por dia.
- b) Manutenções preventivas: conforme cronograma técnico definido por veículo pelo fabricante.

- c) Manutenções corretivas: sob demanda, mediante autorização prévia e registro no sistema.
- d) Lavagens: conforme necessidade e frequência determinada pela fiscalização de cada órgão.
- e) Guincho e socorro mecânico: atendimento contínuo, em regime de plantão 24 horas, 7 dias por semana.
- f) Relatórios gerenciais e de controle: emissão mensal obrigatória, até o 5º dia útil do mês subsequente, com consolidação automática no sistema.

15.6. **Responsabilidades e conformidade técnica**

15.6.1. A contratada deverá assegurar o cumprimento dos prazos, a precisão das informações lançadas e a conformidade técnica dos serviços prestados, mantendo equipe de suporte operacional disponível para esclarecimentos, correções e ajustes de sistema durante toda a vigência contratual.

15.7. **Auditoria e rastreabilidade**

15.7.1. Todas as transações registradas deverão permanecer acessíveis à Administração por, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, com possibilidade de exportação para auditoria externa ou cruzamento com bases de dados da ANP e do sistema Compras.gov.br.

16. **GARANTIA**

16.1. A contratada responderá pela qualidade, conformidade e adequação dos serviços prestados, observando o disposto no artigo 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), e no artigo 121, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

- 16.2. Os prazos de garantia e responsabilidade da contratada observarão os seguintes critérios:
- a) Para serviços de natureza durável ou de resultado técnico, como manutenções preventivas e corretivas, o prazo de garantia será de 90 (noventa) dias, contado da data de conclusão do serviço, abrangendo peças e mão de obra.
 - b) Para o sistema informatizado de gestão e controle de frotas, a garantia será vigente durante todo o período contratual, assegurando seu funcionamento contínuo e a correção de falhas ou indisponibilidades sem ônus adicional.

17. **PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS**

17.1. Compete à Contratada implementar os seguintes procedimentos no âmbito do contrato:

17.1.1. **Controle de Acesso e Autorização**

- a) Emissão de cartões com chip vinculados a cada veículo e condutor autorizado;
- b) Registro de cada transação de abastecimento, lavagem ou manutenção no sistema informatizado, com geolocalização e controle de data/hora.

17.1.2. **Gestão Integrada por Sistema Informatizado**

- a) A plataforma deverá permitir o acompanhamento em tempo real das despesas e serviços executados, com geração de relatórios gerenciais, dashboards e alertas automatizados;
- b) Cada evento (abastecimento, manutenção, lavagem etc.) deverá ser vinculado ao veículo e conter a documentação digital correspondente (NF-e, OS, relatório técnico).

17.1.3. **Atendimento Emergencial**

- a) Disponibilidade de canal de atendimento 24 horas para acionamento de socorro mecânico e guincho;
- b) Atendimento a panes, falhas ou acidentes com tempo de resposta compatível com os prazos estabelecidos neste Caderno de Especificações.

17.1.4. **Rastreabilidade e Auditoria**

- a) Todos os serviços executados deverão ser documentados digitalmente e disponíveis para auditoria da Administração;
- b) Compete à Contratada manter histórico completo por veículo, com registro de serviços, peças aplicadas, datas e responsáveis técnicos.

17.1.5. **Relatórios Mensais**

- a) Resumo de abastecimentos por veículo, por tipo de combustível e por condutor
- b) Lista de serviços de manutenção realizados (preventiva e corretiva)
- c) Registro de atendimentos emergenciais
- d) Quilometragem acumulada e consumo médio por veículo
- e) Situações de divergência ou não conformidade detectadas
- f) Os relatórios deverão ser disponibilizados em formato digital e compatível com planilhas eletrônicas, permitindo análise estatística e consolidação de dados pela Fiscalização.

18. **SISTEMA DE GESTÃO E CONTROLE**

18.1. O sistema informatizado deverá operar em plataforma web, com acesso restrito por login e senha, permitindo consultas, bloqueios e liberações em tempo real.

18.2. As principais funcionalidades mínimas do sistema deverão incluir:

- a) controle individualizado de veículos e condutores;
- b) registro eletrônico de abastecimentos, lavagens, manutenções e guinchos;
- c) controle de limites de consumo e quilometragem;
- d) emissão automática de relatórios de gestão e consolidação mensal;
- e) rastreamento geográfico do ponto de atendimento;
- f) exportação de dados em formato aberto (CSV, XLS ou equivalente).

18.3. O sistema deverá possuir redundância e backup automático, garantindo a integridade dos dados e a rastreabilidade de todas as operações realizadas.

19. **INSUMOS**

19.1. Todos os insumos necessários à execução dos serviços contratados deverão estar incluídos nos valores propostos pela contratada, sem qualquer custo adicional para a Administração Pública. A seguir, relacionam-se os insumos de uso geral e recorrente no escopo do contrato:

- a) Produtos para lavagem veicular: shampoo automotivo, desengraxante, cera líquida, flanelas, panos, escovas e esponjas;
- b) Água desmineralizada e produtos biodegradáveis para limpeza técnica;
- c) Graxas, lubrificantes e limpa contatos para uso em manutenções leves;
- d) Conectores simples, terminais elétricos e abraçadeiras plásticas;
- e) Fita isolante, fita dupla face e fita de vedação automotiva;
- f) Parafusos, porcas, arruelas e demais materiais de fixação de uso geral;
- g) Adesivos e massas de vedação para ajustes operacionais emergenciais;
- h) Sacos plásticos, panos de descarte e materiais para acondicionamento e descarte ambientalmente adequado de resíduos;
- i) Outros materiais de consumo necessários à execução regular dos serviços previstos, desde que não se enquadrem como peças substituíveis dos veículos.

20. RECURSOS OPERACIONAIS, FERRAMENTAS, EQUIPAMENTOS, EPI E EPC

20.1. Todos os recursos operacionais e demais meios necessários à adequada execução do objeto contratual são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, incluindo aqueles necessários à operação do sistema informatizado de gestão da frota, à administração da rede credenciada e ao suporte operacional à CONTRATANTE. Incluem-se entre esses recursos, sem prejuízo de outros que se façam necessários:

- a) sistema informatizado de gestão de frota, incluindo infraestrutura tecnológica, meios de comunicação, segurança da informação, armazenamento de dados, licenças, suporte técnico, manutenção evolutiva e demais recursos necessários ao pleno funcionamento da solução;
- b) cartões, dispositivos eletrônicos, credenciais, aplicativos ou outros meios de identificação e controle utilizados para registro e autorização das operações realizadas no sistema;
- c) estrutura de atendimento operacional e suporte técnico, incluindo central de atendimento e canais de comunicação aptos a receber, registrar e acompanhar solicitações, especialmente aquelas classificadas como emergenciais;
- d) infraestrutura administrativa e tecnológica necessária à gestão, ao controle e ao registro das operações realizadas pela rede credenciada no sistema informatizado.

20.2. Os recursos operacionais, ferramentas, equipamentos, veículos, instrumentos de medição, dispositivos de diagnóstico, EPIs, EPCs e demais meios materiais necessários à execução dos serviços de abastecimento, manutenção veicular, lavagem, socorro mecânico, guincho e demais atividades correlatas serão de responsabilidade dos estabelecimentos integrantes da rede credenciada da CONTRATADA, observadas as normas técnicas e de segurança aplicáveis.

20.3. Os recursos operacionais, ferramentas, equipamentos, veículos, instrumentos de medição, dispositivos de diagnóstico, EPIs, EPCs e demais meios materiais necessários à execução dos serviços de abastecimento, manutenção veicular, lavagem, socorro mecânico, guincho e demais atividades correlatas serão de responsabilidade dos estabelecimentos integrantes da rede credenciada da CONTRATADA, observadas as normas técnicas e de segurança aplicáveis.

20.4. A indisponibilidade, insuficiência, inadequação ou falha nos recursos operacionais, tecnológicos ou humanos necessários à execução do objeto contratual, inclusive aqueles relacionados à rede credenciada da CONTRATADA, será considerada como falha na prestação do serviço e refletirá diretamente na apuração dos indicadores de desempenho, para fins de aplicação do IMR/SLA e dos eventuais ajustes ou descontos previstos contratualmente.

20.5. Todo e qualquer custo decorrente do fornecimento, manutenção, substituição, operação ou uso desses recursos, inclusive aqueles relacionados à rede credenciada, está incluído nos preços contratados, não cabendo qualquer ônus adicional à Administração.

20.6.

21. CONTROLE, MONITORAMENTO E INDICADORES

21.1. Indicadores de desempenho e metas de nível de serviço.

21.1.1. Compete à Contratada atender, no mínimo, aos seguintes níveis de serviço mensais:

- a) disponibilidade do sistema informatizado: igual ou superior a 99,5%;
- b) tempo médio de atendimento de socorro mecânico: até 1 (uma) hora em áreas urbanas e 1 (uma) hora por fração de 100 km em áreas rodoviárias;
- c) tempo médio de imobilização por manutenção corretiva de veículos leves: até 3 dias úteis;
- d) taxa de retrabalho em serviços em garantia (30 dias): até 2% das ordens de serviço;
- e) acurácia dos dados registrados (NF-e, quilometragem e OS aprovadas): igual ou superior a 98%.

21.1.2. O não atendimento a cada meta implicará desconto proporcional sobre o valor faturado do mês, conforme metodologia definida no IMR, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

21.1.3. A contratada deverá apresentar, até o 5º dia útil do mês subsequente, relatório de desempenho (IMR) contendo evidências das metas atingidas e plano de ação corretiva e preventiva para eventuais desvios de desempenho.

21.2. As especificações e exigências técnicas descritas nesta seção têm como base as justificativas constantes do Estudo Técnico Preliminar, item 4.4.4., que instrui o presente processo, o qual integra este documento para todos os efeitos.

22. SISTEMA INFORMATIZADO

22.1. Requisitos do sistema informatizado

22.1.1. O sistema deverá possuir autenticação multifator para usuários com perfil de gestor e fiscal, controle de acesso por perfil e trilhas de auditoria imutáveis, identificando data, hora, usuário e operação realizada.

22.1.2. Os dados deverão ser armazenados em datacenters localizados no território nacional ou em países com nível de proteção equivalente, com backup diário e retenção mínima de 60 (sessenta) dias.

22.1.3. O sistema deverá garantir recuperação em até 4 horas (RTO) e perda máxima de dados de até 1 hora (RPO).

22.1.4. Deverá permitir exportação dos dados em formato CSV ou XLSX, integração por API e vinculação obrigatória da NF-e (XML) à respectiva Ordem de Serviço.

- 22.1.5. O sistema deverá estar em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados), incluindo registro de incidentes de segurança, atendimento a titulares e elaboração de relatório de impacto (DPIA) quando aplicável.
- 22.1.6. Os registros e dados deverão permanecer disponíveis para consulta pela Administração pelo prazo mínimo de 60 meses após o encerramento do contrato.
- 22.1.7. As especificações e exigências técnicas descritas nesta seção têm como base as justificativas constantes do Estudo Técnico Preliminar, item 4.4.5., que instrui o presente processo, o qual integra este documento para todos os efeitos.

23. SUSTENTABILIDADE E CONFORMIDADE

23.1. Sustentabilidade e conformidade técnica

- 23.1.1. Os resíduos gerados nas manutenções, tais como óleos, filtros, pneus, baterias e embalagens, deverão ter destinação ambientalmente adequada, comprovada por meio de Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) ou certificados emitidos por empresas licenciadas.
- 23.1.2. A comprovação deverá ser anexada nos relatórios mensais de execução, sob pena de glosa proporcional.
- 23.1.3. As peças e insumos sujeitos à certificação de conformidade deverão possuir selo do INMETRO ou certificação equivalente, quando aplicável.
- 23.1.4. Os serviços de segurança veicular deverão observar as resoluções do CONTRAN e campanhas de recall vigentes, cabendo à contratada verificar eventuais pendências antes da liberação do veículo.
- 23.1.5. Nos casos de abastecimento vinculados à gestão da frota, poderá ser utilizado como referência o preço médio da ANP, conforme prática consolidada e orientação jurisprudencial do TCU, assegurada a rastreabilidade por CNPJ do posto, data, hora e geolocalização.
- 23.1.6. As especificações e exigências técnicas descritas nesta seção têm como base as justificativas constantes do Estudo Técnico Preliminar, item 4.4.6., que instrui o presente processo, o qual integra este documento para todos os efeitos.

24. MOBILIZAÇÃO INICIAL

24.1. Mobilização e treinamento inicial

- 24.1.1. A contratada deverá apresentar, em até 10 dias corridos após a assinatura do contrato, plano de mobilização contendo: cadastro da frota, registro de usuários, distribuição de cartões, catálogos homologados de peças e serviços, fluxos de autorização, contatos de emergência e manual do usuário.
- 24.1.2. Compete à Contratada realizar treinamento remoto ou presencial aos condutores, gestores e fiscais, fornecendo material didático e suporte técnico durante o período de implantação.

24.2. As especificações e exigências técnicas descritas nesta seção têm como base as justificativas constantes do Estudo Técnico Preliminar, item 4.4.9., que instrui o presente processo, o qual integra este documento para todos os efeitos.

25. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DAS LICITANTES

- 25.1. A licitante deverá comprovar sua aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- 25.2. Serão aceitos atestados emitidos em nome da matriz ou de qualquer filial da licitante, desde que pertencentes ao mesmo CNPJ raiz da proponente, devendo essa vinculação ser comprovada por meio de cartão do CNPJ atualizado.
- 25.3. Os atestados deverão demonstrar experiência prévia em serviços de natureza equivalente aos ora contratados, compreendendo, no todo ou em parte, atividades de gestão de frota de veículos automotores e/ou de manutenção automotiva preventiva e corretiva, preferencialmente contemplando:
 - a) utilização de sistema informatizado para controle de ordens de serviço e rastreabilidade de custos;
 - b) execução de serviços de manutenção automotiva preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, fluidos e insumos;
 - c) atendimento a múltiplos tipos de veículos, abrangendo veículos leves e utilitários, com motores flex e diesel;
 - d) rede credenciada de oficinas e postos de combustível ou estrutura logística equivalente.
 - e) prestação de serviços de socorro mecânico e atendimento emergencial, inclusive com disponibilização de guincho ou reboque;
 - f) execução de serviços de lavagem e higienização de veículos, internos e externos;
 - g) controle de abastecimento, trocas de óleo e lubrificantes;
 - h) emissão e controle de ordens de serviço digitais e gestão de históricos de manutenção.
- 25.4. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, será exigida a apresentação de atestado(s) que demonstre(m) a execução de serviços compatíveis com o objeto da contratação, correspondentes a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do volume financeiro e da quantidade de veículos gerenciados, considerados de forma proporcional à complexidade do objeto. A comprovação poderá ser realizada por meio de um ou mais atestados, desde que, em conjunto, atendam ao percentual mínimo exigido, sendo admitida a equivalência técnica entre serviços similares, ainda que não haja correspondência literal entre as descrições constantes dos atestados e o objeto licitado.
- 25.5. Serão considerados válidos atestados referentes a serviços executados ou concluídos nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente da data de publicação do edital, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021, e com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União.
- 25.6. A comprovação da capacidade técnico-operacional poderá ser feita mediante declaração de disponibilidade de sistema informatizado, acompanhada de documentação que demonstre o funcionamento do sistema ou declaração de compatibilidade técnica emitida pelo desenvolvedor responsável.
- 25.7. A análise dos atestados levará em conta a equivalência técnica e a pertinência entre as atividades comprovadas e o objeto licitado, não se exigindo correspondência literal entre as descrições constantes dos documentos e as expressões deste caderno, desde que demonstrada, de forma clara, a compatibilidade de escopo. A equivalência técnica será aferida pela equipe de fiscalização designada, mediante juízo técnico devidamente fundamentado.
- 25.8. As exigências de qualificação técnica previstas neste item têm fundamento no art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021, e são limitadas ao necessário para assegurar a adequada execução contratual, observando-se os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
- 25.9. As exigências de qualificação técnica constantes deste Caderno de Especificações integram o Termo de Referência para todos os efeitos, sendo aplicáveis às fases de habilitação e execução contratual.

JORGE YABUSAME
Engenheiro



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Yabusame, Engenheiro(a)**, em 20/03/2026, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **58866226** e o código CRC **C59FBCBB**.



ANEXO 2 EDITAL - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

1. ORIENTAÇÕES QUANTO A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 1.1. Elaborar a proposta de preços em papel com identificação da empresa contendo:
- a) CNPJ;
 - b) Razão social/nome de fantasia;
 - c) Endereço completo;
 - d) Contato (e-mail, telefone fixo)
 - e) Prazo de validade da proposta;
 - f) Data e local da elaboração da proposta;
 - g) Assinatura do responsável;
 - h) Identificação do responsável;
- 1.2. Ressalta-se, ainda, que os itens 4.1 a 4.6 (Declarações), indicados nas orientações para elaboração da proposta de preços, devem obrigatoriamente constar no corpo da proposta, sob pena de desclassificação.

2. MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS

2.1.

GRUPO 1						
item	Descrição/Especificação	CATSER	Quant.	Valor Estimado	Valor Desconto	Valor Ofertado
1	Serviço de Gestão de Frotas - SRA/MS	25518	1	R\$ 54.394,00		
2	Serviço de Gestão de Frotas - SRTE/MS	25518	1	R\$ 565.331,67		
3	Serviço de Gestão de Frotas - SPU/MS	25518	1	R\$ 153.316,67		
4	Serviço de Gestão de Frotas - CGU/MS	25518	1	R\$ 131.205,33		
5	Serviço de Gestão de Frotas - PFN/MS	25518	1	R\$ 66.501,67		
Valor Global				R\$ 970.749,34		

Percentual do desconto (taxa de administração)	%
--	---

- 2.2. Instrução quanto ao preenchimento:
- 2.2.1. Nos itens 1 a 5 preencher os campos de Valor desconto e Valor ofertado.
- 2.2.2. Nos valores ofertados, nos itens 1 a 5, não será admitida a atribuição de valores superiores aos respectivos estimados.
- 2.2.3. O percentual de desconto aplicado entre o valor estimado e o valor ofertado deverá ser explicitamente indicado pelo licitante, tanto por extenso quanto em numeral.
- 2.2.4. O percentual de desconto informado será convertido em **taxa de administração**, a qual será aplicada ao longo de toda a vigência contratual.

3. DA ORIGEM DOS VALORES ESTIMADOS

- 3.1. Os valores estimados constantes dos itens do GRUPO 1 decorrem da composição do valor estimado da contratação, elaborada pela Administração e detalhada no ANEXO 1 EL – Planilha de composição do preço estimado, juntado aos autos sob o SEI nº 57736307.
- 3.2. Referidos valores resultam de pesquisa de preços e metodologia de apuração devidamente fundamentadas, constituindo valores máximos de referência para a formulação das propostas.
- 3.3. Não será admitida, em nenhuma hipótese, a apresentação de valores unitários ou globais superiores aos respectivos valores estimados, devendo o licitante aplicar o percentual de desconto (taxa de administração), nos termos do edital.

4. DECLARAÇÕES

- 4.1. Declaramos que os serviços cotados atendem integralmente às exigências estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 90011/2025 e seus anexos, inclusive no que se refere às especificações e características técnicas, estando a empresa de pleno acordo com todas as condições previstas no instrumento convocatório.
- 4.2. Informamos que os preços apresentados contemplam todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto licitado, incluindo taxas administrativas, lucro, encargos trabalhistas, seguros, frete, mão de obra e demais despesas operacionais, compreendendo a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta estando excluídos da composição dos preços o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme legislação vigente.
- 4.3. Estabelecemos o prazo de validade da proposta em ____ dias (mínimo de 60 dias), contados a partir da data de sua apresentação.
- 4.4. Em caso de adjudicação do objeto, comprometemo-nos a receber a nota de empenho no prazo estipulado no edital, indicando para tanto o representante legal abaixo assinado.
- 4.5. Dados bancários para fins de pagamento:

- Nº Banco: _____
- Banco: _____
- Agência: _____
- Conta-corrente: _____

4.6. Por fim, reiteramos que a proposta apresentada está em plena conformidade com todas as exigências do edital e seus anexos, e que os serviços ofertados atendem às especificações requeridas.

(Local), ____ de _____ de ____.

(Assinatura do representante da empresa)

Nome:

Cargo:

CPF:

Carimbo da empresa ou Assinatura digital

JORGE YABUSAME
Engenheiro



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Yabusame, Engenheiro(a)**, em 11/02/2026, às 10:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **57738246** e o código CRC **4E93476A**.



MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS
Secretaria de Serviços Compartilhados
Superintendência Regional de Administração no Estado do Mato Grosso do Sul
Planejamento e Licitação

ANEXO 03 EDITAL - MINUTA DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento, conforme previsto no ANEXO V-B, da IN nº 05/2017 para a avaliação da qualidade do serviço. A Fiscalização Técnica do contrato deve avaliar constantemente a execução do objeto e, se for o caso, poderá utilizar o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, e a aplicação de sanções contratuais cabíveis, incluindo as previstas no presente anexo, sempre que a contratada:

- não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

2. OBJETIVOS A ATINGIR

2.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços, cujo principal objetivo é assegurar a prestação dos serviços, no qual a CONTRATADA deverá executá-los conforme rotinas previstas nas especificações contidas neste Instrumento, de forma contínua e com elevados níveis de qualidade, sob a supervisão da Equipe de Fiscalização do Instituto, identificando eventuais falhas ou outras situações que possam influenciar a medição de resultados na prestação do serviço.

3. FORMA DE AVALIAÇÃO

3.1. Definição de situações que caracterizem o não atingimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor do pagamento devido. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

3.2. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

3.3. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

4. SANÇÕES

4.1. Embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

4.2. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços

4.3. O IMR deve ser considerado e entendido pela Contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Contratante. O IMR é um instrumento ágil e objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida. Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.

4.4. O IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados. Para consecução destes objetivos deverá ser adotada as regras e metodologias de medição de resultado descritas nos indicadores abaixo.

4.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato. A análise dos resultados destas avaliações pela Contratante poderá resultar em penalidades, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a Contratada não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.

4.6. A depender da abrangência da ocorrência, a mesma poderá ser pontuada, simultaneamente, em mais de um item do IMR mensal, sujeitando a CONTRATADA às respectivas glosas e sanções. O somatório das glosas mensais fica limitada ao percentual de 10% (dez por cento) das medições, estando, contudo, a CONTRATADA sujeita às demais sanções e penalidades contratuais cabíveis.

4.7. Para efeito de cálculo de Glosas, salvo se orientado de maneira específica nos quadros de indicadores do IMR, quando a referência para o cálculo for o valor da Medição Mensal, considerar-se-á o valor da medição correspondente à data da ocorrência do fato apontado. Quando não for possível afirmar tal data, considerar-se-á a data da constatação pela Fiscalização da CONTRATANTE.

5. DESCRIÇÃO DOS ITENS AVALIADOS POR POSTO DE SERVIÇO

5.1. A avaliação corresponde à atribuição mensal dos conceitos “Adequado”, “Não Adequado” ou “Não aplicável para o mês de medição” para cada item avaliado e as respectivas justificativas, se necessário.

5.2. Para tanto, serão quatro indicadores distintos que serão avaliados, cada um com seu respectivo peso no cômputo geral, formando a pontuação final que será aplicada na faixa de tolerância:

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR		
CONFORME ANEXO V-B da IN 05/2017 - SEGES/MPDG		
Processo 11597.000350/2025-96 - Pregão Eletrônico SRP nº 90011/2025 - Gestão de Frotas		
INDICADORES		
1	Eficiência no Atendimento às Ordens de Serviço	
2	Índice de retrabalho técnico	
3	Disponibilidade Operacional da Frota	
4	Conformidade no Abastecimento e Controle de Consumo	
INDICADOR Nº 01: Eficiência no Atendimento às Ordens de Serviço		
Finalidade	Garantir a agilidade no atendimento das solicitações de manutenção e suporte operacional aos veículos da frota.	
Meta a Cumprir	Chamados emergenciais: ≤ 2 h para resposta da contratada indicando a solução e o prestador credenciado.; Chamados não emergenciais: ≤ 12 h para resposta da contratada indicando a solução e o prestador credenciado.;	
Instrumento de Medição	Tempo decorrido entre o registro do chamado no sistema informatizado da contratada (abertura da Ordem de Serviço) e o registro da resposta da contratada contendo: — identificação do prestador credenciado responsável pelo atendimento; — indicação da solução proposta; — previsão de início do atendimento ou execução do serviço.	
Forma de Acompanhamento	Através do Fiscal do contrato e responsáveis pelos setores.	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da Vigência	Conforme contrato, prazo estabelecido e por meio de emissão de Ordem de Serviços.	
Ocorrências / Pontuação	Não atendimento das OS dentro do prazo estabelecido em contrato.	1,0 ponto por ocorrência registrada na Ordem de Serviço.
	Atraso reiterado no atendimento das Ordens de Serviço, caracterizado pelo descumprimento de prazos em mais de 30% das demandas emitidas no período de medição	3,0 pontos por ocorrência registrada na Ordem de Serviço.
Faixas de ajustes no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de Descontos.	
Observações	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.	
	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.	
	A pontuação será zerada para o mês seguinte.	

INDICADOR Nº 02 – Índice de retrabalho técnico		
Finalidade	Avaliar a qualidade dos serviços executados.	
Meta a Cumprir	100%	
Instrumento de Medição	Relação entre serviços reexecutados e total de serviços realizados..	
Forma de Acompanhamento	Através do Fiscal do contrato e responsáveis pelos setores.	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da Vigência	Conforme contrato.	
Ocorrências / Pontuação	Reexecução de serviço devido a falha ou execução inadequada.	0,5 ponto por ocorrência registrada na Ordem de Serviço.

	Reexecução de serviço no mesmo equipamento por falha técnica identificada em até 15 dias após a primeira intervenção.	1,5 ponto por ocorrência registrada na Ordem de Serviço.
	Realização de retrabalho em serviço corretivo cuja falha decorreu de diagnóstico inadequado ou incompleto.	1,0 pontos por ocorrência registrada na Ordem de Serviço.
	Realização de retrabalho por uso de peça incompatível ou de procedência duvidosa.	0,5 pontos por ocorrência registrada na Ordem de Serviço.
	Reexecução motivada por ausência de testes funcionais ou regulagens mínimas na primeira visita técnica.	1,0 pontos por ocorrência registrada na Ordem de Serviço.
Faixas de ajustes no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e o somatório dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de Descontos.	
Observações	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.	
	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.	
	A pontuação será zerada para o mês seguinte.	

INDICADOR Nº 03 - Tempo de autorização do serviço		
Finalidade	Garantir a disponibilidade e o funcionamento dos veículos necessários às atividades administrativas, mediante gestão eficiente das Ordens de Serviço e acompanhamento dos atendimentos junto à rede credenciada.	
Meta a Cumprir	Manter nível mínimo de 95% (noventa e cinco por cento) de disponibilidade operacional da frota, considerando apenas situações cuja causa seja atribuível à gestão da contratada.	
Instrumento de Medição	Verificação das Ordens de Serviço registradas no sistema de gestão da contratada, bem como análise dos registros de encaminhamento, autorização e acompanhamento das intervenções realizadas pela rede credenciada.	
Forma de Acompanhamento	Através do Fiscal do contrato e responsáveis pelos setores.	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da Vigência	Conforme contrato.	
Ocorrências / Pontuação	Veículo imobilizado por período superior a 72 (setenta e duas) horas úteis, quando caracterizada demora injustificada da gerenciadora no encaminhamento, autorização ou acompanhamento da Ordem de Serviço.	1,0 por ocorrência registrada na Ordem de Serviço.
	Disponibilidade mensal inferior ao percentual estabelecido, quando comprovado que a indisponibilidade decorreu de falha de gestão ou atraso operacional atribuível à gerenciadora.	1,5 por ocorrência registrada na Ordem de Serviço.
	Veículo não recuperado no prazo previsto para execução do serviço, quando caracterizada demora da gerenciadora na autorização, encaminhamento ou acompanhamento da Ordem de Serviço junto à rede credenciada.	1,0 por ocorrência registrada na Ordem de Serviço.
Faixas de ajustes no Pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e o somatório dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, sendo efetuado o desconto no pagamento conforme tabela de descontos.	
Observações	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.	
	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.	
	A pontuação será zerada para o mês seguinte.	

INDICADOR Nº 04 - Conformidade no Abastecimento e Controle de Consumo	
Finalidade	Assegurar a regularidade do abastecimento, controle de consumo e emissão de relatórios.
Meta a Cumprir	100% das transações registradas corretamente no sistema, sem divergências.
Instrumento de Medição	Confronto entre registros do sistema e documentos fiscais/relatórios de uso.

Forma de Acompanhamento	Através do Fiscal do contrato e responsáveis pelos setores.	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de Cálculo	Será aplicada a pontuação atribuída para cada ocorrência verificada.	
Início da Vigência	Conforme contrato.	
Ocorrências / Pontuação	Divergência entre relatório de abastecimento e documento fiscal correspondente.	1,0 ponto por ocorrência registrada na transação de abastecimento no sistema de gestão de frota.
	Falha na atualização das informações no sistema por período superior a 24 (vinte e quatro) horas após a realização da transação.	1,0 ponto por ocorrência registrada na transação de abastecimento no sistema.
	Erro de vinculação entre veículo, condutor ou unidade administrativa na transação registrada.	1,5 ponto por ocorrência registrada na transação de abastecimento no sistema.
Faixas de ajustes no pagamento	Serão registradas as ocorrências constatadas e a somatória dos pontos acumulados, pelo fiscal do contrato, e efetuado o desconto no pagamento, conforme tabela de Descontos.	
Observações	Os pontos acumulados em cada indicador são cumulativos aos pontos dos demais indicadores.	
	O acúmulo de pontos é mensal, sendo aplicado o desconto relativo às ocorrências do mês de prestação de serviços.	
	A pontuação será zerada para o mês seguinte.	

DESCONTOS	
Pontos	Desconto
2,0 a 5,0	0,5% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
5,1 a 8,0	1% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
8,1 a 11,0	2% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
11,1 a 14,0	3% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
14,1 a 16,0	4% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
16,1 a 20,0	5% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
20,1 a 25,0	7% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
25,1 a 30,0	10% de desconto sobre o valor apurado para o mês de ocorrência
1.	O descumprimento da mesma condição contratual (reincidência), apurada por ocorrência, dentro do mês de competência, sofrerá acréscimo de 2,0 pontos na contagem final do desconto. Considera-se reincidência a ocorrência de duas ou mais falhas de mesma natureza registradas no período de medição mensal. Esse acréscimo será aplicado uma única vez por tipo de ocorrência reincidente no período de medição.
2.	Condutas reincidentes caracterizadas quando a mesma falha ocorrer mais de uma vez para o mesmo veículo ou mesma Ordem de Serviço no período de medição no decorrer do contrato devem ser avaliadas pela Gestão do contrato para a aplicação das devidas sanções, sem prejuízo do desconto correspondente.
3.	Para os casos de acúmulo acima de 30 (trinta) pontos no mês, por não cumprimento das metas previstas no presente instrumento de medição de resultados, configurará a inexecução parcial do contrato, a qual será tratada conforme sanções previstas no Termo de Referência.

6. **FORMA DE AFERIÇÃO E ANOTAÇÃO DOS RESULTADOS**

6.1. O Fiscal Técnico do Contrato deverá utilizar as tabelas abaixo para registrar as ocorrências dentro do período de aferição:

INDICADOR 1 - Eficiência no Atendimento	
Total de ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição

INDICADOR 2 - Índice de retrabalho técnico	
Total de ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição
INDICADOR 3 - Tempo de autorização do serviço	
Total de ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição
INDICADOR 4 - Conformidade no Abastecimento e Controle de Consumo	
Total de ocorrências	
Data da Ocorrência	Descrição
NOTA FINAL	
PERÍODO DE AFERIÇÃO	
PONTUAÇÃO FINAL	
Observações:	

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 7.1. Este instrumento define expectativas de serviços e responsabilidades entre a Contratante, Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos/MS e a Contratada, a empresa [razão social]_____, CNPJ nº_____, com sede à _____, por meio de seu representante legal abaixo assinado, e é parte integrante do contrato decorrente do Pregão Eletrônico nº 90011/2025, celebrado para a Contratação, por meio do sistema de registro de preços de empresa de Gestão de Frotas para atendimento dos órgãos SRA/MS, CGU/MS, SRTE/MS, SPU/MS, PFN/MS e PSFN/MS.
- 7.2. Ademais, este instrumento tem por finalidade esclarecer e consolidar os compromissos firmados entre as partes, promovendo a atuação conjunta na prestação de serviços com qualidade e eficiência, em atendimento ao interesse público.
- 7.3. As assinaturas deste instrumento atestam que as partes procederam à sua revisão e que, quanto às necessidades envolvidas, foram estabelecidos objetivos factíveis e passíveis de mensuração durante a execução dos serviços.

(Local), ____ de _____ de ____.

(Assinatura do representante da empresa contratada)

Nome:

Cargo:

CPF:

Carimbo da empresa ou Assinatura digital

(Assinatura do representante do órgão contratante)

Nome:

Cargo/Função:

JORGE YABUSAME
Engenheiro



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Yabusame, Engenheiro(a)**, em 20/03/2026, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **58858807** e o código CRC **8FCD4449**.



ANEXO 4 EDITAL - MODELO DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

1. INSTRUÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

1.1. Para fins de comprovação da qualificação técnica do licitante, nos termos da Lei nº 14.133/2021, deverá ser apresentado **Atestado de Capacidade Técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução satisfatória de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto ora licitado.

1.2. O atestado tem por finalidade:

- 1.2.1. Comprovar experiência prévia da empresa licitante na execução de objeto similar;
- 1.2.2. Demonstrar aptidão técnica para a execução contratual;
- 1.2.3. Assegurar confiabilidade e reduzir os riscos na contratação;
- 1.2.4. Atender aos requisitos técnicos estabelecidos no edital.

2. REQUISITOS MÍNIMOS DO ATESTADO

2.1. O atestado de capacidade técnica deve ser emitido pela empresa contratante, detalhando a execução de serviços que sejam compatíveis com o objeto da licitação.

2.2. O atestado deverá ser apresentado em papel timbrado da emitente, devidamente datado e assinado, manualmente ou por meio eletrônico com certificação digital válida;

2.3. Serão aceitos apenas atestados que mencionem explicitamente os serviços executados e sua correlação com o objeto licitado;

2.4. A Administração reserva-se o direito de diligenciar junto à entidade emissora para confirmação da veracidade das informações;

2.5. As informações mínimas que o atestado de capacidade técnica deve conter para ser considerado válido são:

2.5.1. Identificação da Empresa Emitente

- Razão social e CNPJ;
- Endereço completo, telefone e e-mail institucional;
- Nome, cargo e assinatura do responsável pela emissão (preferencialmente com carimbo ou identificação funcional);

2.5.2. Identificação da Empresa Licitante

- Razão social e CNPJ da empresa que executou os serviços;
- Nome do representante legal da empresa atestada;
- Declaração de que a empresa possuía profissional habilitado, devidamente registrado em conselho de classe competente, vinculado à execução contratual.

2.5.3. Descrição do Serviço Executado

- Tipo de serviço prestado;
- Escopo detalhado das atividades realizadas;
- Local de execução (obra, unidade, projeto ou endereço);
- Período de execução (datas de início e término);
- Informações sobre a execução direta ou por subcontratação, se houver;

2.5.4. Resultados e Desempenho

- Declaração objetiva de que os serviços foram executados de forma satisfatória, atendendo às condições contratuais e prazos estabelecidos;
- Cumprimento das obrigações contratuais sem registro de inadimplemento.

2.5.5. Compatibilidade com o Objeto da Licitação

- É essencial que o atestado comprove que o serviço realizado tenha características compatíveis com o objeto da licitação.
- Para ser considerado válido, o atestado deverá demonstrar a execução de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos do objeto licitado, em natureza e complexidade semelhantes.
- Será admitido o somatório de mais de um atestado emitido em nome da mesma pessoa jurídica, identificada pelo mesmo número de raiz do CNPJ, incluindo matriz e filiais, desde que, em conjunto, comprovem a execução mínima exigida.
- Os atestados deverão referir-se a serviços executados nos últimos 5 (cinco) anos, contados da data de publicação do edital.



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Yabusame, Integrante Técnico(a)**, em 13/01/2026, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **56324444** e o código CRC **47FF938C**.



ANEXO 5 EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTA INDEPENDENTE

1. ORIENTAÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTA INDEPENDENTE

- 1.1. A declaração deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa e conter, obrigatoriamente, as seguintes informações:
- a) Razão social e nome fantasia (se houver);
 - b) Número do CNPJ;
 - c) Endereço completo da empresa;
 - d) Informações de contato: e-mail, telefone fixo, celular e/ou WhatsApp;
 - e) Local e data de emissão da declaração;
 - f) Nome completo, cargo e assinatura do responsável legal pela empresa.

2. MODELO DA DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO DE PROPOSTA INDEPENDENTE

Dispensa de Licitação nº 90011/2025

A empresa [razão social] _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, por meio de seu representante legal abaixo assinado, declara, para os fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº 90011/2025 e sob as penas da lei, especialmente o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- a) a proposta apresentada foi elaborada de forma independente, sem qualquer participação, colaboração, influência ou troca de informações com outros licitantes, reais ou potenciais;
- b) não houve comunicação prévia com concorrentes quanto à intenção de participar ou quanto ao conteúdo da proposta;
- c) não buscou influenciar, de forma direta ou indireta, a decisão de outros licitantes sobre sua participação no certame;
- d) compromete-se a manter sigilo sobre o conteúdo da proposta até a adjudicação do objeto licitado;
- e) a proposta não foi discutida ou revelada, total ou parcialmente, a qualquer integrante da Administração Pública antes da abertura oficial das propostas;
- f) está plenamente ciente do teor e das implicações legais desta declaração, e declara possuir plenos poderes para firmá-la.

(Local), ____ de _____ de ____.

(Assinatura do representante da empresa)

Nome:

Cargo:

CPF:

Carimbo da empresa ou Assinatura digital

JORGE YABUSAME
Engenheiro



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Yabusame, Integrante Técnico(a)**, em 13/01/2026, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **56324445** e o código CRC **D5EFEC AA**.



ANEXO 6 EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO VÍNCULO FAMILIAR

1. ORIENTAÇÕES QUANTO A ELABORAÇÃO DA DECLARAÇÃO

1.1. Elaborar a declaração em papel com identificação da empresa, contendo:

- a) CNPJ;
- b) razão social/nome de fantasia;
- c) endereço;
- d) contato (e-mail, telefone fixo, celular, whatsapp, etc.);
- e) data e local da elaboração da declaração;
- f) assinatura do responsável;
- g) identificação do responsável;

1.2. Caso o licitante **possua** vínculo familiar com agente público vinculado à Administração contratante, deverá consultar a Tabela de Grau de Parentesco abaixo para identificar e declarar expressamente o grau correspondente, conforme exigido pela legislação vigente:

PARENTES EM LINHA RETA		
Grau	Vínculo de Cosanguinidade	Vínculo de Afinidade
1º	Pai, mãe, filho ou filha do agente público	Sogro, sogra, genro, nora, padrasto, madrastra, enteado ou enteada do agente público
2º	Avô, avó, neto ou neta do agente público	Avô, avó, neto ou neta do cônjuge ou companheiro do agente público
3º	Bisavô, bisavó, bisneto ou bisneta do agente público	Bisavô, bisavó, bisneto ou bisneta do cônjuge ou companheiro do agente público

PARENTES EM LINHA COLATERAL		
Grau	Vínculo de Cosanguinidade	Vínculo de Afinidade
1º	não se aplica	não se aplica
2º	Irmão ou irmã do agente público	Cunhado ou cunhada do agente público
3º	Tio, tia, sobrinho ou sobrinha do agente público	Tio, tia, sobrinho ou sobrinha do cônjuge ou companheiro do agente público

2. MODELO DA DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE VÍNCULO/NÃO VÍNCULO FAMILIAR

Dispensa de Licitação nº 90011/2025

A empresa [razão social] _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, por meio de seu representante legal abaixo assinado, declara estar ciente da vedação da prática de nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal, nos termos do Decreto nº 7.203 de 04 de junho de 2010 e da portaria ME nº 1.144, de 3 de fevereiro de 2021 e declara que:

() **NÃO POSSUO** vínculo por consanguinidade ou de afinidade com ocupantes de cargos em comissão ou funções de confiança no âmbito do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

() **POSSUO** vínculo com servidor ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos:

Havendo vínculo familiar informar:

- Grau: _____
- Cosanguinidade: _____
- Vínculo: _____

Tipo de Cargo ou Função ocupado no âmbito do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

- () Natureza Especial - CNE
- () DAS ou FCPE (1 a 6)
- () Função gratificada FG (1 a 3)

Declaro, sob as penas da lei, que as informações acima são verdadeiras, ciente de que a falsidade desta declaração poderá ensejar a aplicação de sanções civis, administrativas e penais, nos termos do artigo 299 do Código Penal.

_____, ____ de _____ de 2026

(Assinatura do representante da empresa)

Nome:

Cargo:

CPF:

Carimbo da empresa ou Assinatura digital

JORGE YABUSAME
Engenheiro



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Yabusame, Integrante Técnico(a)**, em 13/01/2026, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **56324446** e o código CRC **8471E3F5**.



ANEXO 7 EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP

1. ORIENTAÇÕES QUANTO A ELABORAÇÃO DA DECLARAÇÃO

1.1. Elaborar a declaração em papel com identificação da empresa, contendo:

- a) CNPJ;
- b) razão social/nome de fantasia;
- c) endereço;
- d) contato (e-mail, telefone fixo, celular, whatsapp, etc.);
- e) data e local da elaboração da declaração;
- f) assinatura do responsável;
- g) identificação do responsável.

2. MODELO DA DECLARAÇÃO

Pregão eletrônico nº 90011/2025

A empresa [razão social] _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, por meio de seu representante legal abaixo assinado, declara para os fins do disposto no Pregão Eletrônico nº 90011/2025, que, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, MICROEMPRESA – ME ou EMPRESA DE PEQUENO PORTE – EPP, constituídas no Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, sendo apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da referida Lei Complementar e ainda declaro, para os devidos fins, não haver nenhum dos impedimentos previstos no § 4º, do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

(Local), ____ de _____ de ____.

(Assinatura do representante da empresa)

Nome:

Cargo:

CPF:

Carimbo da empresa ou Assinatura digital

JORGE YABUSAME

Engenheiro



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Yabusame, Integrante Técnico(a)**, em 13/01/2026, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **56324453** e o código CRC **E7E045DC**.



ANEXO 8 EDITAL - MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA SOBRE AS CONDIÇÕES DOS LOCAIS, INFORMAÇÕES E EXECUÇÃO DO CONTRATO DE SERVIÇOS

1. ORIENTAÇÕES QUANTO A ELABORAÇÃO DA DECLARAÇÃO

- 1.1. Elaborar a declaração em papel com identificação da empresa, contendo:
- a) CNPJ;
 - b) razão social/nome de fantasia;
 - c) endereço;
 - d) contato (e-mail, telefone fixo, celular, whatsapp, etc.);
 - e) data e local da elaboração da declaração;
 - f) assinatura do responsável;
 - g) identificação do responsável;

2. MODELO DA DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA SOBRE AS CONDIÇÕES DOS LOCAIS, INFORMAÇÕES E EXECUÇÃO DO CONTRATO DE SERVIÇOS

Pregão eletrônico nº 90011/2025

A empresa [razão social] _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à _____, por meio de seu representante legal abaixo assinado, declara para os fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº 90011/2025, pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, como requisito para a celebração do contrato, incluindo os locais e o grau de dificuldade envolvidos, bem como das informações pertinentes à correta execução dos serviços. Estou ciente de que será INDEFERIDA toda e qualquer solicitação de vantagens, reajuste ou outros pedidos decorrentes do desconhecimento das condições e do grau de dificuldade existentes para a execução do contrato.

(Local), ____ de _____ de ____.

(Assinatura do representante da empresa)

Nome:

Cargo:

CPF:

Carimbo da empresa ou Assinatura digital

JORGE YABUSAME
Engenheiro



Documento assinado eletronicamente por **Jorge Yabusame, Integrante Técnico(a)**, em 13/01/2026, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **56324484** e o código CRC **1F330208**.

SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-MS

Contrato 24/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
24/2025	170106-SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-MS	JORGE YABUSAME	10/02/2026 15:23 (v 0.3)
Status			
RASCUNHO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	49/2025	11597.000350/2025-96

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

(Processo Administrativo nº11597.000350/2025-96)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/xxxx, QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
E

A União, por intermédio da Superintendência Regional da Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos no Mato Grosso do Sul, com sede na Rua Pimenta Bueno, 139 - Bairro Amambai, na cidade de Campo Grande/MS, inscrita no CNPJ sob o nº 00.489.828/0103-80, neste ato representado pelo Superintendente Regional de Administração, Sr. Mauricio Benicio dos Santos, nomeado(a) pela Portaria nº 8.341, de 2 de agosto de 2023, publicada no DOU 2 de agosto de 2023, portador da Matrícula Funcional nº 1370012, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 11597.000350/2025-96 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90011/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a Contratação, por meio do Sistema de Registro de Preços, de empresa especializada na gestão de frota de veículos.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Especificação	CATSER	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Serviço de Gestão de Frotas	25518	Serviço	1		

1.2.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

Subitem	Descrição/Especificação	Catser	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	Serviço de Gestão de Frotas - SRA/MS	25518	Serviço	1		
2	Serviço de Gestão de Frotas - SRTE/MS	25518	Serviço	1		
3	Serviço de Gestão de Frotas - SPU/MS	25518	Serviço	1		
4	Serviço de Gestão de Frotas - CGU/MS	25518	Serviço	1		
5	Serviço de Gestão de Frotas - PFN/MS	25518	Serviço	1		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

~~2.1. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.[A2]~~

OU

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **1 (um) ano** contados **a partir da data de sua assinatura**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem com à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin) ~~atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:~~

2.2. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

OU

~~2.9. O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo - máximo de um ano] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021[A4].~~

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

~~5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx), perfazendo o valor total de R\$ xxxxxx (xxxxxxxx).~~

~~ou~~

5.2. O valor total da contratação é de: R\$ xxxxxxxxxxxx(xxxxxxxxx)

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. A Administração terá o prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.[A1]

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **30 (trinta) dias úteis**;

~~8.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais[A3];~~

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO[A5] ;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ~~ou para qualificação na contratação direta~~;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

9.25. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

9.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.28. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD. [A2]

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados. [A3]

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.[A4]

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.[A1]

OU

~~11.2. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.~~

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

~~13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.~~

~~13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.~~

~~13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:~~

~~13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e~~

~~13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual~~

OU

~~13.4. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes[A1].~~

~~13.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.~~

~~13.6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.~~

~~13.7. Caso a notificação da não continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.[A2]~~

OU

13.8. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133 /2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes[A3] contraentes.

13.9. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.10. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.11. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.12. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.13. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.13.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.13.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.13.3 Das indenizações e multas.

13.14. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.15. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.15.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.15.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.16. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, ~~e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).~~

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A1]

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

~~15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:~~

~~I) Gestão/unidade: [...];~~

~~II) Fonte de recursos: [...];~~

~~III) Programa de trabalho: [...];~~

~~IV) Elemento de despesa: [...]; e~~

~~V) Plano interno: [...]; e~~

~~VI) Nota de empenho: [...];~~

~~15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.[A1]~~

15.1. A presente contratação decorre de adesão a Ata de Registro de Preços, caracterizando-se como contratação futura e eventual, razão pela qual a indicação da dotação orçamentária não é exigida nesta fase.

15.2. Os recursos necessários à execução deste contrato correrão à conta do Orçamento Geral da União, devendo a dotação orçamentária ser indicada no momento da formalização de cada contratação, por meio da respectiva Nota de Empenho ou instrumento congênere, observadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021.

15.3. Nos casos de contratações a serem realizadas em exercícios financeiros subsequentes, a dotação orçamentária será indicada após a aprovação da respectiva Lei Orçamentária e a liberação dos créditos necessários, mediante apostilamento ao contrato, quando for o caso.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em **XXXXX**, Seção Judiciária de **XXXXX** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2- [A1]

19. Responsáveis

Nenhum responsável informado.

SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-MS

Ata de Registro de Preços 36/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
36/2025	170106-SUPERINTENDENCIA REG ADMINISTRAÇÃO DO MGI-MS	JORGE YABUSAME	10/02/2026 15:27 (v 0.3)
Status			
RASCUNHO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	49/2025	11597.000350/2025-96

1. Processo Administrativo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx

Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

Superintendência Regional de Administração em Mato Grosso do Sul

Processo Administrativo nº 11597.000350/2025-96

Ata de Registro de Preços nº XX/XXXX

A Superintendência Regional de Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos em Mato Grosso do Sul (SRA/MS) com sede na Rua Pimenta Bueno, nº 139, Bairro Amambai, na cidade de Campo Grande - MS, inscrito no CNPJ sob o nº 00.489.829/0103-80, neste ato representado pelo Superintendente Regional de Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos no Mato Grosso do Sul,, Sr. MAURICIO BENICIO DOS SANTOS, nomeado pela Portaria nº DGP/SSC/MGI nº 8.341, de 02 de agosto de 2023 , portador da Matrícula Funcional nº 1370012, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica] ~~OU [procedimento de contratação direta]~~, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 11597.000350/2025-96, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ~~OU [Aviso da Contratação Direta]~~, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual Contratação, por meio do Sistema de Registro de Preços, de empresa especializada na gestão de frota de veículos para atendimento às demandas dos seguintes órgãos: Superintendência Regional de Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos no Estado do Mato Grosso do Sul (SRA/MS), Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Mato Grosso do Sul (SRTE/MS), Superintendência do Patrimônio da União no Mato Grosso do Sul (SPU/MS), Controladoria-Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul (CGU/MS) e Procuradoria da Fazenda Nacional no Mato Grosso do Sul (PFN /MS) especificado(s) no(s) item(ns) 1.1 do Termo de Referência, anexo 1 do Edital de Licitação ~~OU [aviso da contratação direta]~~ n.º 90011/2025, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado[A1] , as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item[A2] , fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Razão Social:						
CNPJ:						
Endereço:						
Contato						
E-mail:						
Representante:						
Item	Especificação	Unidade	Quant. Máximo	Quant. Mínimo	Valor Unitário	Prazo Validade
1	Gestão de frotas de veículos	Serviços	1	0		12 meses
2	Gestão de frotas de veículos	Serviços	1	0		12 meses
3	Gestão de frotas de veículos	Serviços	1	0		12 meses
4	Gestão de frotas de veículos	Serviços	1	0		12 meses
5	Gestão de frotas de veículos	Serviços	1	0		12 meses

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.[A3]

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será a **Superintendência Regional de Administração do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos em Mato Grosso do Sul (SRA-MGI/MS)**.

~~3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.~~

ou

3.3. Além do gerenciador, são órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços

iitem	Órgão	Unidade	Quant
1	Superintendência Regional de Administração do MGI no Estado de Mato Grosso do Sul (SRA/MS)	Serviços	1
2	Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Mato Grosso do Sul (SRTE/MS)		1
3	Superintendência do Patrimônio da União no Mato Grosso do Sul (SPU/MS)		1
4	Controladoria Geral da União no Estado de Mato Grosso do Sul (CGU/MS)		1
5	Procuradoria da Fazenda Nacional no Estado de Mato Grosso do Sul (PFN/MS)		1

4. DA ADESAO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

~~4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços [A1] decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.~~

~~ou~~

4.2. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.2.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.2.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.2.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.3.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.4. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.5. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.6. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.9. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.

4.10. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.11. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir[A1] do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, **podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.**

5.1.1. *Em caso de prorrogação da ata, [poderá] OU ~~[não poderá]~~ ser renovado o quantitativo originalmente registrado.[A2]*

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no [edital] ~~OU [aviso de contratação direta]~~ e se obrigar nos limites dela;

5.4.2.. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no [edital] ~~OU [aviso de contratação direta]~~; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou ~~no aviso de contratação direta~~, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do ~~[edital]~~ ~~ou aviso de contratação direta~~, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021[A1] ;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.[A1]

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023[A2] .

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no [edital] ~~OU [aviso de contratação direta]~~.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente[A1] após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao [edital] ~~OU [aviso de contratação direta]~~.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes ~~(se houver)~~.

Campo Grande, xx de xxxx de 2025.

MAURICIO BENICIO DOS SANTOS

Autoridade competente

12. ANEXO - CADASTRO RESERVA

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item	Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]
do	
TR	

X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

13. Responsáveis

Nenhum responsável informado.